

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

IONARA ANA MANFRIN

**A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017
IMIGRASYON AYISYEN YO NAN VIL PALOTINA, 2010-2017**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2019

IONARA ANA MANFRIN

A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017
IMIGRASYON AYISYEN YO NAN VIL PALOTINA, 2010-2017

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - *campus* de Marechal Cândido Rondon, como condição obrigatória para obtenção do título de mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmica territorial e conflitos sociais em espaço de fronteira.

Área de Concentração: Espaço de fronteira: território e ambiente

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Manfrin, Ionara Ana

A imigração haitiana no município de Palotina PR, 2010-2017 / Ionara Ana Manfrin; orientador(a), Tarcísio Vanderlinde, 2019.

156 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

1. Migração. 2. Haitianos. 3. Trabalho. 4. Palotina (PR). I. Vanderlinde, Tarcísio . II. Título.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE IONARA ANA MANFRIN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 29 dia(s) do mês de março de 2019 às 14h00min, no(a) Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Ionara Ana Manfrin, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - nível de Mestrado, na área de concentração em Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Tarcísio Vanderlinde, Karin Linete Hornes, Anderson Sandro da Rocha, Lia Dorotéa Pfluck. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Tarcísio Vanderlinde, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "A Imigração Haitiana no Município de Palotina PR, 2010-2017". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Karin Linete Hornes, Anderson Sandro da Rocha, Lia Dorotéa Pfluck. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Tarcísio Vanderlinde

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Karin Linete Hornes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE IONARA ANA MANFRIN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Lia Dorotéa Pfluck

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Anderson Sandro da Rocha

Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR - Campus de Santa Helena (UTFPR)

Ionara Ana Manfrin
Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Aos meus pais Victorino Guilherme
Manfrin (*in memoriam*) e Juraci de Vargas
Manfrin (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza.

A minha família, marido e a minha luz inspiradora, minha filha amada.

A minha família, que direta ou indiretamente, acreditou em mim; em especial, a minha irmã Vanda e a minha amiga Iva pela força dada nos momentos de apuros.

Aos médicos que cuidaram de mim quando passei por um problema de saúde (AVC) em 2012 e me fizeram acreditar que era possível voltar a ficar bem intelectualmente.

Ao meu orientador Tarcísio Vanderlinde, que sempre me entusiasmou, me tratou com profundo respeito e enriqueceu minha vida intelectual.

A todos aqueles que tiveram participações e influenciaram no processo de criação desta pesquisa.

Aos sujeitos desta pesquisa, os haitianos entrevistados, que confiaram em mim, disponibilizando seu tempo; em especial, a minha colega e tradutora Mykatie e à comunidade palotinense pela colaboração no repasse de informações e esclarecimento de dúvidas.

“Emigrar, tentar a aventura da partida, da expatriação, é entrar em ruptura com um dado meio geográfico e sociocultural. É também compreender e aceitar que existem outros espaços, além do espaço local e cotidiano” (ALMEIDA, 1975, p. 207).

RESUMO

Pela pesquisa procurou analisar a recente imigração haitiana para o Brasil, em especial para o município de Palotina, no Estado do Paraná PR, 2010-2017, com informações sobre as motivações que levaram os haitianos a imigrar e como ocorreu a territorialização destes na sociedade palotinese. Através de literatura específica e sondagem de campo, buscou-se refletir sobre as inter-relações entre trabalho e migração na contemporaneidade. Discutiu-se, ainda, sobre os processos de territorialização e a territorialidade que vai se materializando a partir da presença destes migrantes, que deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida.

Palavras-Chave: Migração; haitianos; território; trabalho; Palotina (PR).

ABSTRACT

Haitian immigration to the municipality of Palotina (Pr), 2010-2017

The research sought to analyze the recent Haitian immigration to Brazil, especially to the municipality of Palotina, in the State of Paraná PR, 2010-2017, with information about the motivations that led the Haitians to immigrate and how it occurred the territorialization of these in Palotinese society. Through specific literature and field surveys, we sought to reflect on the interrelationships between work and migration in contemporary times. It was also discussed the processes of territorialization and territoriality that is materializing from the presence of these migrants, who left their native land in search of better living conditions.

Key Words: Migration; haitians; territory; job; Palotina (PR).

REZIME

Imigrasyon ayisyen yo nan vil Palotina, 2010-2017

Rechèch la t'ap chache analize imigrasyon resan ayisyen an nan Brezil, espesyalman pou Zòn Palotina, nan Eta Paraná PR, 2010-2017, ak enfòmasyon sou motivasyon you ki te mennen Ayisyen yo imigre ak kijan terityalizasyon an te fèt nan sosyete Palotinyen an. Atravè literati espesifik ak sondaj jaden, nou te chache reflechi sou relasyon yo ant travay ak migrasyon nan tan kontanporen. Li te tou diskite sou pwosesis terityalizasyon ak terityalite ki konstitye de prezans imigran sa yo, ki te kite peyi natif natal yo nan rechèch pou pi bon kondisyon lavi yo.

Mo kle: Migrasyon; ayisyen; teritwa; travay; Palotina (PR).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desembarque de imigrantes no Porto de Santos (SP), 1907.	26
Figura 2 - Alunas haitianas participando de festa junina no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) de Palotina (PR).	45
Figura 3 - Localização geográfica da República do Haiti.	51
Figura 4 - Jean Claude Duvalier, o <i>Baby Doc</i> , posa junto do pai, o <i>Papa Doc</i> , no palácio presidencial, na capital Porto Príncipe.	58
Figura 5 - Localização geográfica do município de Palotina (PR).	66
Figura 6 - Localização geográfica da República do Haiti - divisão política.	76
Figura 7 - Haiti - localização do epicentro do terremoto de 2010 e sua intensidade na escala de Mercalli e as comunas de onde vieram os haitianos que estão em Palotina.	78
Figura 8 - Mapa das principais rotas migratórias de haitianos para Palotina (2010-2018).	85
Figura 9 - Vínculo dos trabalhadores imigrantes formais no Brasil	99
Figura 10 - Reunião da Associação de Haitianos de Palotina (ASHAP).	100
Figura 11 - Logotipo da ASHAP (2018).	101
Figura 12 - Curso de português para haitianos.	102
Figura 13 - Inauguração da Igreja Haitiana em Palotina (PR) (2015).	116
Figura 14 - Haitianos que residem em Palotina participam de confraternização natalina.	118
Figura 15 - Distribuição de imigrantes haitianos residentes em bairros de Palotina.	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o sexo.....	70
Gráfico 2 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo a faixa etária.	71
Gráfico 3 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o sexo e a faixa etária. ...	71
Gráfico 4 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo a nacionalidade.	72
Gráfico 5 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o estado civil, conforme o sexo.....	72
Gráfico 6 – Entrevista: Local onde mora o cônjuge do entrevistado.	73
Gráfico 7 – Entrevista: Onde se encontram os filhos de haitianos que estão em Palotina (PR).	74
Gráfico 8 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo a cidade haitiana de onde vieram.....	75
Gráfico 9 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o ano da chegada ao município de Palotina (PR).	79
Gráfico 10 – Entrevista: Documentos brasileiros adquiridos no Brasil.	80
Gráfico 11 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo as línguas nativas.	83
Gráfico 12 – Entrevista: Com quem veio ao Brasil?	86
Gráfico 13 – Entrevista: Gastos com a viagem ao Brasil.	87
Gráfico 14 – Entrevista: Motivos por ter deixado o Haiti.....	88
Gráfico 15 – Entrevista: Migrar ao Brasil está de acordo com o que desejava?	90
Gráfico 16: Entrevista: Seu destino era o município de Palotina (PR)?	91
Gráfico 17 – Entrevista: Gosta de morar no município de Palotina (PR)?	92
Gráfico 18 – Entrevista: Já está trabalhando?.....	93
Gráfico 19 – Entrevista: Distribuição de haitianos conforme a profissão que exerciam no Haiti.	94
Gráfico 20 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o grau de escolaridade.....	107
Gráfico 21 – Entrevista: Distribuição dos haitianos segundo a religião.	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de imigrantes haitianos, por ano de entrada, Brasil, 2010-2016.	40
Quadro 2 - Lista de operações de paz efetuadas pela ONU no Haiti entre o período de 1993 e 2018.....	60
Quadro 3 - Palotina: censo demográfico (1960-2000).....	68
Quadro 4 - Número total de haitianos considerados imigrantes, por sexo, Brasil, 2010-2016.	70
Quadro 5 - Principais países em número de carteiras de trabalho emitidas no Brasil no período de 2010 a 2014.	96
Quadro 6 - Números de carteiras de trabalho e Previdência Social emitidas segundo principais países, Brasil - 2016/2017.....	96
Quadro 7 - Admissão e demissão de haitianos segundo escolaridade, Brasil, 2016.	109

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ASHAP - Associação de Haitianos de Palotina
BPC - Benefício de Transferência Continuada
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CARICOM - Comunidade do Caribe
CEE - Conselho Estadual de Educação
CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos
CIME - Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias
CNIg - Conselho Nacional de Imigração
COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná
CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
COOPAVEL - Cooperativa Agroindustrial
CPF - Cadastro Nacional de Pessoa Física
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
EJA - Escola de Jovens e Adultos
EUA - Estados Unidos da América
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPDH - Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MIF - *Multinational Interim Force* (Força Multinacional Interina)
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais
OEA - Organização dos Estados Americanos
OIM - Organização Internacional para as Migrações
OIR - Organização Internacional para Refugiados
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas
PF - Polícia Federal
PNH - Polícia Nacional do Haiti
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR - Paraná
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RG - Registro Geral
RNE - Registro Nacional de Estrangeiro
RNM - Registro Nacional Migratório
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
SINCRE- Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SINTOMEGE - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Toledo
UESPAR - União de Ensino Superior do Paraná
UF - Unidade Federativa
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UNASUL - União de Nações Sul-americanas
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
CAPÍTULO 2 – MIGRAÇÕES	25
2.1 MIGRAÇÃO NA GEOGRAFIA.....	25
2.2 LEIS DA MIGRAÇÃO	36
2.3 DISCUSSÃO CONCEITUAL RELACIONADA ÀS MIGRAÇÕES	41
CAPÍTULO 3 - HISTÓRIA DO HAITI	50
3.1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO HAITI	50
3.2 AS DITADURAS DE <i>PAPA DOC</i> E <i>BABY DOC</i> (1957-1986)	56
3.3 SEGURANÇA HUMANA - INTERVENÇÃO INTERNACIONAL	61
CAPÍTULO 4 - A PRESENÇA HAITIANA EM PALOTINA (PR)	65
4.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PALOTINA (PR)	65
4.2 O PERFIL DOS IMIGRANTES HAITIANOS EM PALOTINA (PR)	69
4.2.1 A importância da língua <i>créole</i>	81
4.2.2 O trajeto	84
4.3 O ACESSO AO TRABALHO	93
4.4 ASSOCIAÇÃO DOS HAITIANOS DE PALOTINA (PR).....	100
4.4.1 Escola de idiomas ligada à ASHAP	101
4.5 PODER PÚBLICO/SECRETARIAS MUNICIPAIS	103
4.5.1 Secretaria de Assistência Social	103
4.5.2 Secretaria de Educação	106
4.5.3 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	110
4.6 ALGUMAS EMPRESAS QUE EMPREGAM HAITIANOS EM PALOTINA ...	111
4.6.1 Entrevista com representante da C.Vale	112
4.6.2 Entrevista com representante do Sintomege	113
4.7 O ACOLHIMENTO ATRAVÉS DA RELIGIÃO.....	115
4.8 ONDE MORAM OS IMIGRANTES HAITIANOS EM PALOTINA?.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126
VOCABULÁRIO CRIOULO	134
APÊNDICES	135
QUESTIONÁRIOS SEMIESTUTURADOS	136

APÊNDICE A - Questionário Aplicado aos Imigrantes Haitianos.....	136
APÊNDICE B - Questionário Traduzido e Aplicado Aos Imigrantes Haitianos Na Língua <i>Créole</i>.....	138
QUESTIONÁRIOS NÃO ESTRUTURADOS.....	140
APÊNDICE C - Questionário Aplicado Via E-Mail à Diretora Da ASHAP.....	140
APÊNDICE D - Questionário Aplicado Via E-Mail ao Representante Da C.VALE	141
APÊNDICE E - Questionário Aplicado Via E-Mail ao Representante Do SINTOMEGE.....	142
APÊNDICE F - Questionário Aplicado Via E-Mail à Secretaria de Educação de Palotina	143
APÊNDICE G - Questionário Aplicado ao Pastor da Igreja Evangélica Montes das Oliveiras.....	144
APÊNDICE H - Questionário Aplicado e Gravado Com a Professora Responsável pelo Aprendizado da Língua Portuguesa com os Haitianos	145
APÊNDICE I - Questionário Aplicado e Gravado Com a Secretaria De Assistência Social De Palotina - Entrevista com a assistente social do CRAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social de Palotina.....	146
APÊNDICE J - Questionário Aplicado Via E-Mail à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Palotina.....	147
APÊNDICE K - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	148
APÊNDICE L - Modelo na Língua <i>Créole</i> - Tèm Konsantman Lib Epi Klè.....	149
ANEXOS	150
ANEXO A - Lei nº 2.575	151

INTRODUÇÃO

O tema migrações, para a ciência geográfica, tem se tornado relevante no tempo presente. Pela dissertação se propôs a trabalhar um assunto de grande importância para o entendimento da dinâmica espacial atual e que vem, de forma crescente, afetando muitas vidas. O interesse à temática “migrações” veio ao encontro de um fenômeno em curso no município de Palotina, no Estado do Paraná (PR), ou seja, a imigração de haitianos.

Percebeu-se a necessidade de um aprofundamento teórico-científico sobre o fenômeno imigratório no município de Palotina (PR), com o objetivo geral de discutir a imigração haitiana e suas especificidades entre 2010-2017 e objetivos específicos, como traçar o perfil dos haitianos, identificar os fatores que os levaram a sair do Haiti, discutir os motivos que constituem a sua expectativa pelo Brasil, avaliar a efetiva inserção e a relação entre a expectativa inicial e a experiência atual da migração haitiana em Palotina (PR), além de caracterizar a atividade laboral dos haitianos no município.

Cabe ressaltar que presentemente milhares de pessoas estão procurando o Brasil para morar, como é o caso do grupo de sujeitos desta pesquisa. É notório que não somente países “desenvolvidos” atraem fluxos migratórios internacionais, mas também nações “em desenvolvimento”, como o Brasil. Na atualidade, as migrações internacionais acontecem por diversos motivos e para destinos diferentes.

As constantes mudanças dos modos de produção no mundo globalizado, unidas às facilidades da mobilidade de imensos contingentes populacionais devido à evolução tecnológica, estão desencadeando várias diásporas. Na maioria das vezes, a atração exercida por um ou outro país está relacionada à força de trabalho. Registre-se, contudo, que conflitos armados, catástrofes naturais e regimes ditatoriais também forçaram migrantes a deixar seus países de origem, muitos dos quais como refugiados.

Estudos mostram que não é recente a mobilidade humana. Migrações territorializam, desterritorializam e reterritorializam diversos lugares do mundo. Elas fazem parte da essência humana de sobrevivência e provocam as mais diversas reações. Quando as pessoas se deslocam seja por qualquer razão trazem consigo a essência de suas paisagens e de sua cultura, e ao atingir outro local manifestam, absorvem e transformam tanto a sua subjetividade quanto o novo espaço.

A história territorial do Brasil é constituída por uma gama de migrações que proporcionaram a este país a sua pluralidade cultural. Começou com a vinda dos escravos (migração forçada para as plantações de cana-de-açúcar) e posteriormente de outras nacionalidades, como italianos, portugueses, espanhóis, alemães e poloneses para trabalharem nas grandes fazendas de café. Nos últimos séculos, japoneses, libaneses, turcos, sírios, africanos e bolivianos, procurando uma vida melhor através do trabalho, também chegaram ao Brasil. No atual século, grupos significativos de haitianos, juntamente com grupos de sírios e venezuelanos, procuram melhorar de vida fugindo de situações sociais e econômicas precárias e da guerra civil.

O destaque desta investigação é para o contingente haitiano. Desde 2010 a vinda dos haitianos toma uma colocação considerável entre os povos que aqui imigraram. No município de Palotina está ocorrendo uma significativa entrada deste povo, tornando perceptível no espaço. Acredita-se que existam cerca de 450 haitianos vivendo em Palotina. No entanto, pouco se sabe a respeito das motivações, dos perfis demográficos, das necessidades sociais e da “visão” cultural que estes desenvolveram a respeito do Brasil. Nesse sentido, a presente pesquisa teve como intenção caracterizar as motivações, a faixa etária, o sexo, o grau de escolaridade, a religião, a atividade laboral e a adaptação à cidade de Palotina.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro discute os procedimentos metodológicos aplicados a esta pesquisa feitos a partir de observação e estudos exploratórios envolvendo entrevistas semiestruturadas com 59 imigrantes haitianos e não estruturadas com outros representantes da sociedade palotinese. Além das entrevistas, as informações e demais dados foram obtidos por meio de levantamento de referencial teórico (documentos acadêmicos, legislativos e midiáticos) e também por consultas a banco de dados de instituições federais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Ministério do Trabalho e Emprego e Polícia Federal (PF).

O segundo capítulo apresenta uma análise sobre as migrações, enfatizando algumas teorias. Num dos primeiros estudos pautados em mobilidade populacional, o geógrafo Pierre George (1971) aponta que as transferências da população dão-se de forma temporária ou definitiva. No Brasil as migrações se configuraram nas duas formas: momentos de emigrações, principalmente para países mais ricos em busca

de melhores salários, e momentos de imigrações, com grupos fugidos de seus países e se fixando no Brasil.

Para Almeida (1975), as migrações se baseiam na configuração do espaço, lugares melhores e outros piores. Essas diferenças, principalmente entre países desenvolvidos e não desenvolvidos, motivam a mobilidade populacional devido à busca incessante pelo trabalho.

Numa análise a partir de enfoque neoclássico e neomarxista, Gaudemar (1976) tenta estabelecer a razão que motiva as migrações, partindo do processo da industrialização como parâmetro para a atração e a falta de trabalho em alguns lugares como parâmetro para a repulsão. A partir da década de 1970, o capital reorganiza os espaços, sendo capaz de estipular forçadamente necessidades que comandam e configuram o espaço, exigindo ou não a força de trabalho.

Esclareça-se que as leis de migração, desde o fenômeno da Segunda Guerra Mundial, tornaram-se uma necessidade para estabelecer legalmente amparo às pessoas vítimas deste confronto. Segue-se ainda um debate sobre conceitos básicos da Geografia frente às migrações, como territorialidade, território, cultura, trabalho e identidade.

No terceiro capítulo é abordada a história da República do Haiti, baseada em momentos e pessoas importantes capazes de transformar uma colônia rica francesa no primeiro país independente da América Latina. Entre as instabilidades políticas sofridas pelos governos que assumiram o poder logo após a independência, enfatiza-se a dos governos ditadores da família duvaliarista.

Ao longo de sua história, o Haiti foi marcado por intervenções militares, ajudas humanitárias de diversos países e de organizações não governamentais (ONGs). Desde os anos 1990, o país teve missões das Nações Unidas para estabilização e manutenção da paz, devido a golpes governamentais. Teve a mais longa das missões das Nações Unidas chefiada pelo Brasil, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) entre os anos de 2004 e 2017. No caso, esclarecida sua importância na presente dissertação.

O quarto capítulo trata da história do município de Palotina (PR) e suas características econômicas e sociais, bem como apresenta o perfil dos imigrantes por meio de levantamento de dados da pesquisa e suas análises, contemplando o estudo de campo embasado nos resultados obtidos. Ainda neste capítulo deu-se importância à língua falada pelos haitianos, o *créole*, significando a mais forte das afirmações da

identidade haitiana. Por diversas vezes, palavras da língua *créole*, com sua devida tradução, foram utilizadas no estudo. Discutiu-se também o acesso ao trabalho e caracterizou-se a relação do trabalho como forte influência nos processos migratórios.

CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, trabalhou-se com a análise de casos concretos de movimentos migratórios, baseando-se em diferentes maneiras de pesquisas.

Nas pesquisas científicas, em que se deseja conhecer algumas características (parâmetros) de uma população, também podemos observar apenas uma amostra de seus elementos e, com base nos resultados da amostra, obter valores aproximados, ou estimativas, para os parâmetros de interesse. (BARBETTA, 1994, p. 41).

Para elaboração da pesquisa foi feita uma amostragem verificando alguns elementos informativos que se estabeleceram como dados alimentadores para as discussões. Na amostragem utilizada selecionou-se aleatoriamente a população, bem como os parâmetros estimados para atingir os objetivos do estudo.

A pesquisa foi resultado também de algumas observações individuais¹, de participação em reuniões, festas, visitas e cultos religiosos. A observação simples desempenhou papel imprescindível no processo do estudo para obtenção de informação. Entende-se por observação simples, segundo Gil (2008, p. 101)

aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator.

Conforme Gil (2008), ao longo do processo, pode surgir a necessidade de redefinição de objetivos devido à utilização da observação como maneira de captar informações, o que acabou acontecendo com a presente pesquisa.

Contudo, quando se trata de observação, “[...] a Geografia não pode se apoiar exclusivamente na observação da paisagem” (CLAVAL, 2011, p. 69). De acordo com o geógrafo francês Paul Claval (2011), o geógrafo interroga as populações que lhe interessam por meio de questionários e entrevistas, além da observação, pois busca compreender a maneira como vivem, como produzem e como se organizam no espaço.

O geógrafo, ao ir além da observação, sendo diferente dos demais pesquisadores, necessita analisar a paisagem em diversas escalas. A observação se

¹ “Observação individual realizada por um pesquisador” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 33).

apoia em realidades ao ar livre e o geógrafo procura ver na paisagem a distribuição do objeto de estudo e entendê-la (CLAVAL, 2011).

Para descrever com precisão as características dos grupos de pessoas pesquisadas foi necessário estabelecer, além da observação, estudos quantitativos de caráter exploratório a partir de questionários e entrevistas. A pesquisa exploratória, além de envolver um levantamento bibliográfico, entrevistas e análises, pode proporcionar maior familiaridade com o problema. Nos estudos exploratórios foram utilizadas entrevistas individuais com o propósito de melhorar o entendimento do objeto de estudo, bem como a compreensão e o fornecimento de elementos para a construção da coleta de dados (GIL, 2008).

A pesquisa adotou procedimentos quantitativos, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Para tanto, foi necessário o uso de recursos e técnicas estatísticas (percentagem, média, etc.) (SILVA; MENEZES, 2005).

As entrevistas individuais também podem ser utilizadas para investigar um tema. Neste caso, os procedimentos qualitativos pautados em entrevistas também foram adotados na pesquisa. Na elaboração do estudo, quanto à forma de abordagem do problema da pesquisa, as pesquisas qualitativas demonstraram, segundo Silva e Menezes (2005, p. 20),

[...] uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

A pesquisa passa, portanto, a ser um conjunto de ações e propostas para encontrar a solução para um problema. No caso do presente estudo, a imigração e a presença haitiana no município de Palotina (PR) têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-lo (SILVA; MENEZES, 2005). A pesquisa apresentou algumas respostas aos objetivos previstos.

As entrevistas adotadas foram não estruturadas² e semiestruturadas. As semiestruturadas contaram com um roteiro previamente estabelecido com perguntas de múltiplas escolhas, com questionários fechados e também com perguntas livres;

² Foi usada essa forma de entrevista com alguns, além da professora responsável pela escola de idiomas e da assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Palotina.

nas não estruturadas não houve rigidez no roteiro, permitindo que as questões abertas fossem amplamente exploradas (SILVA; MENEZES, 2005). Estabeleceu-se uma técnica, o questionário, capaz de auxiliar o procedimento da pesquisa conforme o objeto de estudo, no caso os imigrantes haitianos. Os questionários elaborados com uma série de perguntas foram respondidos pelos entrevistados. Houve dificuldades representadas pela barreira da língua, mas foi ressaltada a importância da participação e colaboração de todos os entrevistados.

As entrevistas não estruturadas (APÊNDICES C, D, E, F, G, H, I e J) permitiram explorar melhor as questões envolvidas na pesquisa, pois no momento da entrevista a liberdade de direcionar o assunto desejado foi possível com os entrevistados. “[...] A entrevista não estruturada é também conhecida como entrevista aberta ou não diretiva” (MANZINI, 2004, p. 2).

As entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A) respondidas pelos haitianos tiveram perguntas livres, que se valeram da liberdade de expressão dos entrevistados e a manutenção do foco do entrevistador. Nestas entrevistas, a flexibilização nas perguntas permitiu, a partir do tema central, adicionar novas questões que contribuíram a um melhor entendimento do que o entrevistado queria dizer.

As atividades com os levantamentos estatísticos desempenharam papel-chave, por meio das quais os dados coletados definiram muitas informações para a obtenção de resultados. A coleta de dados junto as unidades administrativas públicas, como IBGE, Iperdes, PF e Ministério do Trabalho e Emprego, foi essencial para a obtenção de resultados, facilitando e multiplicando as possibilidades da pesquisa, bem como permitindo o aprofundamento de informações. Quanto ao papel dos serviços públicos na coleta de dados, Claval (2011, p. 71) define-o como de suma importância, e destaca que “o desenvolvimento da Geografia teria sido difícil se não tivesse se beneficiado da coleta, da classificação e da publicação de uma massa crescente de dados pelos serviços públicos”. A coleta de dados está relacionada com o problema, a hipótese ou os pressupostos da pesquisa, buscando a obtenção de elementos para que os objetivos propostos da pesquisa possam ser alcançados.

Estudos bibliográficos foram imprescindíveis à pesquisa, a partir de levantamentos feitos por meio de livros, artigos, periódicos, jornais, sites, entre outras fontes. Com esses estudos foram obtidas informações sobre a situação atual do tema em outras cidades brasileiras, verificando opiniões similares ou diferentes (SILVA;

MENEZES, 2005). Tais recursos proporcionaram aprendizado, facilitando os métodos a serem utilizados e oferecendo subsídios para a redação e discussão da pesquisa.

Como já destacado, a principal dificuldade observada pelos haitianos durante a entrevista foi a diferença do idioma entre a pesquisadora e os entrevistados. Os questionários, porém, foram traduzidos na língua *créole* haitiano. Alguns entrevistados optaram por respondê-los em língua portuguesa, justificando que, desta forma, poderiam melhorar seus vocabulários, e em caso dúvidas pediriam esclarecimentos.

Na tradução dos documentos, como a ficha de identificação e o termo de consentimento livre e esclarecido (*fich de idantifikasyon ak la tèm konsantman lib epi klè*, em *créole* haitiano), a pesquisadora contou com a ajuda de uma haitiana de 18 anos, que está há cinco anos no Brasil. O apoio desta jovem foi de suma importância para o desenrolar da pesquisa em Palotina. Quando necessário, ela acompanhou visitas e serviu como intérprete.

O trabalho de levantamento de dados ocorreu entre os meses de novembro de 2017 e agosto de 2018, tendo sido entrevistados 59 num grupo de aproximadamente 450 haitianos residentes em Palotina (PALOTINA oferece..., 2018, p. 15). Este número de entrevistados chega a 1,43% da população residente no município de um total estimado de 31.366 habitantes em 2017 (IBGE). Os resultados obtidos contaram com a participação e colaboração dos próprios sujeitos da pesquisa - haitianos -, que sempre prestaram informações de forma atenciosa e respeitosa. Os entrevistados assinaram termo de consentimento livre e esclarecimento (APÊNDICE K), documento básico e fundamental associado à pesquisa, dando legitimidade à mesma.

Nos questionários foram consideradas todas as respostas dos entrevistados. Os resultados e a discussão dos mesmos constam no capítulo 4 e, conforme levantamento, seguem a ordem do questionário fechado, todavia, às vezes, podem conter respostas do questionário aberto, aplicado e gravado com alguns sujeitos específicos da pesquisa.

CAPÍTULO 2 – MIGRAÇÕES

2.1 MIGRAÇÃO NA GEOGRAFIA

O fenômeno migratório populacional, ao longo da história, foi motivado diferentemente e direcionado a diversos lugares, trazendo transformações sociais, políticas e econômicas, abrangendo variadas partes do mundo de maneira desigual. Evento esse que fez com que milhares de pessoas deixassem seus países por vários motivos, como fome, guerras, violação de direitos humanos, perseguições políticas e religiosas, xenofobia, desemprego, tráfico humano, falta de segurança, catástrofes naturais, busca por melhores condições de vida, entre outros. Segundo Bauman (2005, p. 50):

Desde o princípio, a era moderna foi uma época de grandes migrações. Massas populacionais até agora não calculadas, e talvez incalculáveis, moveram-se pelo planeta, deixando seus países nativos, que não ofereciam condições de sobrevivência, por terras estrangeiras que lhes prometiam melhor sorte.

Esses episódios migratórios, que são um fenômeno na história da humanidade, resultam de inúmeras situações que determinaram as mudanças no destino, na intensidade, nos motivos, enfim, nas diferentes mobilidades. Para Almeida (1975, p. 207),

[...] emigrar, tentar a aventura da partida, da expatriação, é entrar em ruptura com um dado meio geográfico e sociocultural. É também compreender e aceitar que existem outros espaços, além do espaço local e cotidiano.

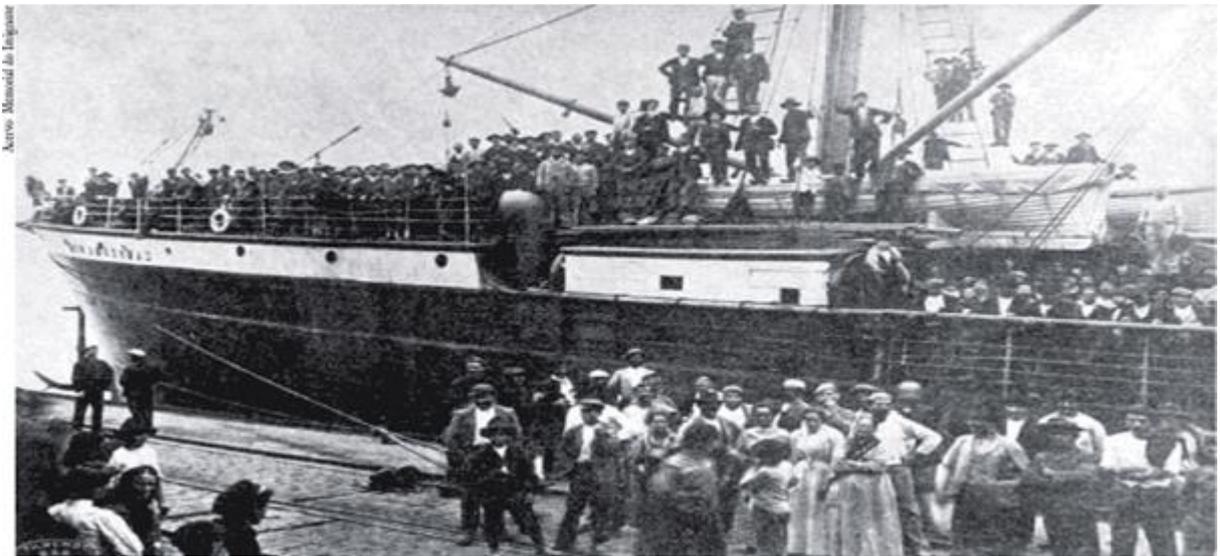
Os maiores, os mais generalizados e os mais complexos movimentos migratórios originaram-se em regiões onde ocorreram mudanças profundas que afetavam a vida dos homens. Conforme o historiador Gregory (2002, p. 40), o deslocamento levava as pessoas a querer algo melhor. A pobreza era a causa primordial da migração, bem como a falta de perspectivas de progresso ou o desejo de evitar o empobrecimento em um determinado lugar.

As migrações levadas em conta na dissertação foram as que aconteceram a partir do final do século XIX e início do século XX, período marcado por enormes ondas emigratórias, principalmente na Europa. Entre 1800 e 1930, 40 milhões de europeus deixaram seus países em busca de melhores condições de vida,

principalmente para as Américas (Figura 1). Foi um período de transformações radicais nos meios de comunicação pela expansão das ferrovias e pelo incremento da navegação a vapor (GREGORY, 2002). De acordo com Gregory (2002, p. 40):

Na Europa, houve, então, a destruição de um equilíbrio baseado na agricultura e em ofícios rurais provocada (SIC) pelo desenvolvimento da indústria fabril e dos meios de transporte. Mudaram as relações de produção. Houve, por isso, uma situação de repulsão na Europa e, ao mesmo tempo, uma situação de atração além-mar.

Figura 1 - Desembarque de imigrantes no Porto de Santos (SP), 1907.



Fonte: Disponível em: <<https://intelectuaisdahistoria2.wordpress.com/2013/03/26/desembarque-de-imigrantes-no-porto-de-santos-sp-1907-gif/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

Também era preciso aliviar as tensões do capitalismo e possibilitar a este a conquista de novas fronteiras, viabilizando a dispersão de mão de obra e o desbravamento dos vazios demográficos pelos europeus, adaptando modos de viver e de produzir. Daí se originaram grandes movimentos migratórios, que, ao mesmo tempo, eram uma fuga do capitalismo, uma necessidade para o alívio de sua crise e, ainda, uma construção para a sua difusão (GREGORY, 2002, p. 43).

Essa atração além-mar é percebida com otimismo na colonização do Brasil Meridional, a partir dos descritos do “Novo Mundo”, através de propagandas e agentes de migração favoráveis à emigração. Os motivos para alcançar esse novo espaço se pautavam nas propagandas de distribuição gratuita de terras devolutas ou na compra delas por preços baixos (GREGORY, 2002). Segundo o professor Dreher³, que abordou a imigração alemã no Brasil em vídeo, os motivos foram mais conjunturais

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=453A8fgdmFo>>. Acesso em: 12 set. 2018.

na Europa, por isso da repulsão demográfica. De acordo com Dreher, estava impossível viver por lá devido à deterioração da terra, da industrialização que mudava a estrutura social, da demasiada repartição de terra e das técnicas agrícolas obsoletas. O intenso êxodo rural, com alto crescimento da população, ao lado do acelerado processo de industrialização, afetaram diretamente as oportunidades de emprego naquele continente.

Destaca-se a Segunda Guerra Mundial como um dos maiores acontecimentos que provocaram grande fluxo migratório. Conforme afirma Paiva (2008, *online*):

O número de refugiados durante a Segunda Guerra Mundial, tanto na Europa quanto no Oriente, é bastante controverso. As cifras geralmente variam entre 8 milhões até 70 milhões, dependendo da fonte consultada. De qualquer forma, houve, durante este conflito, deslocamentos em massa de populações que fugiam do avanço nazista e, ao mesmo tempo, um deslocamento forçado, para fazendas e fábricas, que utilizavam pessoas para o trabalho escravo ou sua colocação em campos de concentração.

Só o Brasil, a partir de 1948, formalizou o recebimento de um grande fluxo de pessoas provenientes da Europa pós-guerra, sendo que em 1951 já haviam 25 mil imigrantes, refugiados ou descolocados pela guerra (PAIVA, 2008). No Brasil, o fluxo de alguns destes imigrantes foi associado ao desenvolvimento das atividades industriais, como esclarece Paiva (2008, *online*):

A partir de 1951, as atividades da O.I.R.⁴ foram paulatinamente reduzidas, como reflexo do fim da recolocação dos deslocados de guerra que viviam nos campos de refugiados na Alemanha e na Áustria. Um acordo entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (C.I.M.E.) - que substituiu a O.I.R. - manteve o fluxo para o país de uma imigração voltada para a inserção nas atividades industriais.

Com o advento da globalização tem-se intensificado as relações econômicas e sociais e com o desenvolvimento mais eficiente dos meios de transportes e telecomunicações facilitou-se a mobilidade espacial populacional. Entretanto, mudanças políticas, econômicas e culturais em curso têm transformado os padrões migratórios.

Assim, importantes estudos pautados em migração têm tentado mostrar respostas, todavia, por mais que tenham pontos em comum, inexistente unanimidade no entendimento. Na perspectiva científica geográfica, os primeiros estudos dedicados à

⁴ Organismo multilateral criado para auxiliar o deslocamento de populações pós Segunda Guerra Mundial: Organização Internacional para Refugiados (O.I.R.) entre 1947 e 1951 e Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (C.I.M.E.) a partir de 1951 até a década de 1980.

migração foram realizados pelo geógrafo inglês Ernst Georg Ravenstein (1880), que é considerado clássico na área dos movimentos migratórios. Seu interesse surgiu após realizar o censo demográfico britânico em 1871 e 1881. Em seu relatório do censo, Ravenstein (1980, p. 25) afirma seu interesse neste tema:

[...] com muita prosperidade que a melhoria das estradas, as facilidades oferecidas pelo sistema de transporte ferroviário, o espetacular desenvolvimento da marinha mercante, o hábito de viajar e a crescente educação dos trabalhadores **vêm facilitando o fluxo de pessoas dos locais onde não há procura pelo seu trabalho para áreas onde se manifesta esta procura.** O estabelecimento de uma manufatura ou a exploração de uma nova mina reúne homens não só das vizinhanças, mas, (sic) também, das mais remotas partes do Reino. As grandes cidades proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas possa a habitar. **Outros aspectos que induzem à migração são as facilidades educacionais, a salubridade do clima ou a carestia da vida.** (grifo nosso).

Após os recenseamentos periódicos de Ravenstein (1980, p. 43), ele classifica os migrantes. Aos que procedem de locais não mais longínquos do que a paróquia vizinha, denominou-se de migrantes locais; outros são naturais entre condados, chamados de migrantes de curta distância; os que saem de longa distância diretamente de suas áreas de origem a fim de morar numa parte distante do país, por viagem, busca de emprego, de paróquia em paróquia, por algum tempo, esses são chamados de migrantes temporários, que constituem um elemento importante, a “população flutuante”, que praticam migração por etapas. Muitos migram por obrigação e não por vocação.

Para Ravenstein (1980, p. 43):

[...] se inquirirmos sobre os motivos que os levaram a abandonar o lar, encontraremos também gama muito variada. Na maior parte dos casos, a resposta está associada à busca de trabalhos mais remunerados e atraentes do que os disponíveis nos locais de nascimento.

Ao redigir leis gerais sobre migração, Ravenstein (1885 apud SANTOS et al., 2010, *online*.) partiu dos seguintes pressupostos:

[...] a) há uma estreita relação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento do capitalismo; b) tanto a população quanto as atividades econômicas estão espacialmente distribuídas de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão de obra e outras com escassez, o que levaria à existência de áreas de absorção (centros comerciais e industriais) e áreas de dispersão de mão de obra (regiões agrícolas); c) o principal elemento motivador dos movimentos migratórios é a procura por mão de obra nos

grandes centros industriais; d) os migrantes se deslocam buscando melhorar a sua situação material.

A “lei de migração” elaborada por Ravenstein foi melhorada por outros teóricos, mas não deixa de representar um primeiro passo para a reflexão desta mobilidade, e cabe ressaltar a importância deste estudo nos dias de hoje. Em uma reflexão geográfica pragmática, entendemos que desde o início das discussões sobre migração houve várias trajetórias populacionais e vários foram os motivos. Percebe-se que as primeiras reflexões geográficas sobre migração surgiram de um estudo quantitativo que revelou a mobilidade populacional no país estudado, o Reino Unido.

A Geografia veio contribuir com mais estudos importantes sobre o assunto, como o do geógrafo francês Pierre George (1971, p. 103), que indaga em análise sobre as migrações de população: “quantas migrações não terão sido impostas pelas mudanças climáticas de que resta apenas o testemunho nas gravuras rupestres das estações paleolíticas e neolíticas?”.

Dentre os geógrafos, George (1971) esclarece o quanto difícil é limitar as formas das migrações contemporâneas, e define três tipos de migrações: a primeira trata das transferências impostas por decisão política no termo de uma prova de força entre dois grupos nacionais (as transferências de população); a segunda abrange as deslocamentos de maior ou menor duração, ligadas a uma complementariedade de oferta de força de trabalho e de necessidade de mão de obra, geralmente não especializada (migrações econômicas temporárias); e, a terceira apresenta-se como um prolongamento das grandes migrações de povoamento do século XIX e do início do século XX (as grandes migrações definitivas).

No que diz respeito à primeira, foram as transferências impostas por decisão política no final da Segunda Guerra Mundial, quando milhões de pessoas foram transferidas.

[...] Após as deportações maciças da guerra e a difícil absorção das ‘pessoas deslocadas’, isto é, de todos quantos não conseguiram integrar-se, em termo de trabalho, nos países de origem devido às modificações políticas e sociais que aí se tinham processado [...]. (GEORGE, 1971, p. 105).

Houve a partida de um milhão de europeus para “as Américas” no início do século XX. Outro fenômeno de migração de origem política foi a dissolução dos impérios coloniais, com a partida de certo número de europeus para aventuras no ultramar, especialmente para a América do Sul (GEORGE, 1971).

As migrações econômicas temporárias baseiam-se na necessidade de força de trabalho, que está no apogeu, e que só devem permanecer no local durante um pequeno número de anos. Assim, George (1971) explica que não se trata, neste caso, de migração de população, mas apenas migração de trabalhadores e, essencialmente, migração de homens dos 18 aos 30 anos. A maioria dos migrantes parte desses países com economias atrasadas e são trabalhadores não especializados, aceitam trabalhos ingratos, mal remunerados, insalubres e perigosos. George (1971, p. 108) exemplifica:

[...] os australianos, até a Segunda Guerra Mundial, utilizaram emigrantes temporários indianos nas plantações de cana-de-açúcar da zona tropical do seu continente. A preocupação que os dominava consistia precisamente em evitar que os indianos se instalassem na Austrália e criassem raízes no país. Tiveram por isso o cuidado de imprimir a essas migrações um caráter estritamente temporário.

Essas migrações são ingratas com as pessoas que delas participam, pois são forçadas a viver durante meses ou anos em condições difíceis e degradantes, na informalidade e se sujeitando às normas do empregador e, por fim, acabam sendo “expulsas” quando termina o trabalho. O país fornecedor desta mão de obra encontra nesta migração um fator de alívio do seu próprio mercado de emprego e uma fonte de rendas, mediante o envio de somas monetárias retiradas do salário do emigrado (GEORGE, 1971).

Neste segundo caso, também há migrações atuais específicas de países desenvolvidos (europeus e norte-americanos), pressupondo da parte dos interessados um alto nível de formação técnica e profissional, os quais se deslocam com uma missão junto de uma empresa industrial ou comercial, à disposição de negócios estrangeiros ou chamadas pelos governos fora do país de origem (GEORGE, 1971). Tais migrações temporárias têm o caráter de “fuga de cérebros”, ou seja, são pessoas que se especializam num setor qualquer e apresentam interesses de governos, de indústrias ou firmas para exercerem sua atividade fora do país de origem.

O terceiro tipo, as grandes migrações definitivas, se estabelece em alguns casos de migrações temporárias, em que, muitas vezes, o imigrante se torna definitivo ou num outro caso as migrações definitivas se tratam de migrações para o ultramar. Trata-se de um caso típico de migrações intercontinentais, registradas no final do século XIX e no início do XX, que tiveram a função de aliviar o excesso de povoamento

relativo das regiões rurais da Europa e o saturamento das terras disponíveis. Muitos desses acabaram povoando o Brasil Meridional (GEORGE, 1971; GREGORY, 2002). No Brasil Meridional, “muitos migraram justamente com a finalidade de poderem (sic) continuar a ser proprietários de um pedaço de terra ou virem a sê-lo” (GREGORY, 2002, p. 49).

Para Almeida (1975, p. 204), “[...] as migrações estabelecem uma relação em dois espaços. O facto migratório não se reduz, todavia, a uma simples transferência de pessoas de um espaço para outro”. Segundo ele, é preciso analisar dois quadros: um espacial (geográfico) e outro socioeconômico (político), os quais chamam a atenção às diferenças socioeconômicas entre as duas formações sociais, uma desenvolvida e outra subdesenvolvida (ALMEIDA, 1975).

Diásporas fazem parte da história dos homens e se, no início do século XX, elas foram caracterizadas pela mobilidade do hemisfério Norte em direção ao hemisfério Sul, no final do século é o inverso. São equatorianos, colombianos, bolivianos, argentinos, brasileiros, entre outros que alimentam a atual e intensa onda migratória em direção aos países europeus e da América do Norte que oferecem melhores condições de trabalho. (ALMEIDA, 2009, p. 192).

No entanto, percebe-se que a procura dos fluxos migratórios sentido países do Sul-países do Norte, numa direção aos países de economia mais fortes, é mais intensa. A relação migratória em direção ao Norte é percebida por Almeida (1975, p. 204):

Atualmente, os movimentos migratórios põem em relação aos países subdesenvolvidos (países de partida) com os países desenvolvidos (países de chegada). As migrações de mão de obra constituem, por conseguinte, um dos elementos essenciais do processo de desenvolvimento desigual das economias do sistema produtivo em nível global.

Os países de partida, fornecedores de mão de obra, estariam em três grupos: países com um nível econômico aproximado ao do país importador; países semi-industrializados e países subdesenvolvidos (colônias ou antigas colônias ou países sem relações coloniais) (ALMEIDA, 1975). Nos movimentos migratórios, conforme Almeida (1975), além da simples transferência de pessoas de um lugar para outro, há também transferências impostas por decisão política, as quais caracterizam uma prova de força entre dois grupos nacionais, sendo países desenvolvidos, onde se polariza o poder econômico, político e social, e países subdesenvolvidos, que são

“espaços dominados”⁵. O primeiro não consegue absorver o excedente de trabalhadores que o segundo libera, fazendo do segundo grupo de países um espaço de êxodo, portanto, de emigração contínua. Esses grupos nacionais estabelecem uma relação de forças desequilibradas. A necessidade de atração de mão de obra pelos países desenvolvidos consiste no poder de emigração dos países subdesenvolvidos.

Neste contexto, Almeida (1975) se reafirma pelas investigações elaboradas por Ravenstein (1980, p. 64) quando este realizou o censo britânico e desenvolveu “as leis da migração”:

A procura de mão de obra em nossos centros industriais e comerciais é, sem dúvida, a causa primeira das correntes migratórias [...]. Portanto, se aludirmos um tanto pretensiosamente às ‘leis da migração’, estaremos apenas tratando do modo pelo qual a falta de braços existentes em certas partes do país é suprida por outras partes onde a população é abundante.

Bauman (2017) alerta que esse tipo migração tem acompanhado a era moderna desde seus primórdios. De acordo com ele, são muitos impactos nos pontos de chegada e reações nessas regiões ou países receptores. Na parte “desenvolvida” do planeta, em que tanto migrantes econômicos quanto refugiados buscam abrigo, cria-se uma tensão entre esses e a massa da população, que já anda assombrada pela fragilidade existencial e pela precariedade de sua condição e de suas perspectivas sociais quanto a esse influxo de pessoas que sinaliza ainda mais competição pelo mercado de trabalho.

Neste cenário, em que a relação entre migração e força de trabalho tem sentido importante, outra interpretação é abordada pela professora e geógrafa Olga Becker em dois enfoques, um neoclássico e outro neomarxista⁶. Até os anos 1970, o fenômeno migratório era visto dentro de uma perspectiva neoclássica, sendo descritiva e dualista. Os movimentos eram estudados através da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais. A sociedade era estudada e

⁵ Entende-se, com isso, que os países quanto mais pobres, mais dominados são, estando à mercê dos parceiros, com desvantagens políticas e econômicas.

⁶ “É notório que os anos 1970 configuram um marco nos estudos de mobilidade, quando o enfoque neomarxista tornou-se relevante, enquanto os estudos neoclássicos minimizaram em importância. É mister contextualizar que estes enfoques destinados aos estudos de mobilidade da população também correspondem à evolução do pensamento geográfico, quando emerge a Geografia Crítica (anos 70) em detrimento da Geografia Pragmática. Numa breve correlação, os estudos neoclássicos de ordem quantitativa configuraram o período em que a Geografia Pragmática, em busca de novos métodos de análise, assumiu um caráter também quantitativo, inclusive fazendo uso de dados estatísticos e demográficos. Já os estudos neomarxistas irão se situar no âmbito da Geografia Crítica, a qual se desenvolve também à luz do materialismo histórico” (GRIZZO; ROCHA, 2008, p. 104).

considerada sob um enfoque individualizado. A decisão de migrar era decorrente apenas da decisão pessoal e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas (BECKER, 1997).

Para entender melhor o fenômeno migratório a partir da ótica neoclássica, os estudos tradicionais analisavam o migrante com características pessoais e fatores que condicionavam a atração ou repulsão. Isso criaria situações de vida responsáveis pela satisfação ou não do local de origem ou do escolhido. As mudanças estruturais nas economias dos países em desenvolvimento, também significativas, eram definidas em termos elevados de trabalhadores das atividades da agricultura para as industriais. A industrialização foi considerada como uma força propulsora das migrações (BECKER, 1997).

A visão neoclássica das migrações baseava-se num enfoque determinista, a partir do qual o fenômeno migratório estava reduzido à identificação e quantificação de algumas causas e efeitos. A migração era vista de forma isolada e pontual, tornando-se a-histórica e a-política, em oposição ao enfoque neomarxista (BECKER, 1997). Estes estudos privilegiavam as análises estatísticas com poucas reflexões das suas causas e efeitos, desconsiderando a complexidade social e enfocando no ato pessoal de migrar.

Quanto ao enfoque neomarxista, é exemplo o trabalho de Gaudemar (1976), que discute o seu caráter histórico como um fenômeno social e historicamente construído, sendo resultado de mudanças ao longo da história. A partir de meados dos anos 1970, a migração passou a ser concebida como mobilidade forçada pelas necessidades do capital e não mais como um ato soberano de vontade pessoal (BECKER, 1997). Observa-se que neste contexto histórico forças capazes de produzir a exclusão crescente de trabalhadores, como a globalização e o neoliberalismo econômico, emergiram nas sociedades, sendo capazes de uma nova configuração do espaço. Onde o mercado se reorganiza, se refaz entre as crises e a força de trabalho migra procurando um espaço para sobreviver.

A migração passou a ser entendida por Becker (1997) como a crescente sujeição do trabalho ao capital. A mobilidade da força de trabalho pode ser percebida pelas necessidades do capital, tendo os locais de recepção ou exclusão preparados pelo capital. O fenômeno migratório implica em quais circunstâncias o trabalho se torna uma “mercadoria”, sendo capaz de gerar riqueza no sistema capitalista de produção. Numa visão marxista, afirma Becker (1997, p. 336), “[...] a posse do

dinheiro, maquinaria e outros meios de produção não converteria uma pessoa em capitalista se não houvesse o fator ‘trabalho’ disponível no mercado”.

Deve-se ressaltar que em uma sociedade de classes, como a capitalista, alguns de seus integrantes são desprovidos dos meios de produção, cabendo apenas vender sua força de trabalho ao grupo dominante. Em relação aos imigrantes haitianos que entraram em Porto Velho (RO), perante a lógica capitalista, Cotinguiba (2014, p. 118) afirma que:

Ao migrarem para o Brasil, por sua vez, os haitianos não escapam a essa lógica. No início dessa imigração, assistimos em Porto Velho a uma mobilização de empresários e do governo estadual no sentido de inserir no trabalho formal os haitianos que chegavam e, para isso, deu-se início a um programa de triagem e cadastramento dessas pessoas.

Na discussão neomarxista, migrantes são todos aqueles indivíduos que seguem os movimentos do capital sob a condição de força de trabalho assalariada, ou potencialmente assalariada, referindo-se a uma classe social ou, melhor, a determinados grupos socioeconômicos. “Desde a consolidação da economia capitalista, o trabalho assalariado se tornou a condição por excelência para obtenção de recursos para sobrevivência para a maior parte do conjunto das sociedades industriais” (COTINGUIBA, 2014, p. 118). Já no enfoque neoclássico, o migrante corresponde ao indivíduo, ao deslocamento de indivíduos num dado período entre dois pontos do espaço geográfico (BECKER, 1997).

Assim, Becker (1997, p. 341) expõe que,

[...] a mobilidade desempenhou funções diferentes em diferentes modos de produção. Nas sociedades primitivas, a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para seus cultivos comunitários. Na sociedade capitalista, a mobilidade representa um meio para a reprodução do capital, uma vez que uma força de trabalho ‘livre’ e ‘móvel’ torna-se essencial para o processo de acumulação.

De fato, a migração pode ser entendida com uma crescente sujeição do trabalho ao capital, em que o migrante supre suas necessidades e o espaço vai ganhando as especificidades em cada momento histórico.

Esta estrutura necessita, portanto, de trabalhadores circulando de um lado para o outro, funcionando como um exército de reserva, pronto a aceitar uma árdua sobrevivência. Neste contexto e em linhas gerais, a migração não parece ser um fenômeno natural e espontâneo, mas sim provocado por estruturas muitas vezes injustas ligadas a contextos econômicos, políticos, sociais e ideológicos. (BRUMES; SILVA, 2011, p. 124).

Tendo uma análise geográfica dos processos migratórios, dos diferentes fluxos populacionais, o migrante, sendo sujeito do capital e por mais internacionalizado que esteja, ainda assim tem certo domínio da decisão do ato de migrar (FERREIRA, 2007). “[...] O trabalho está encerrado numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo dá significado ao sujeito” (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Para o sociólogo Bauman (1999), o mercado de trabalho é rígido demais, é preciso torná-lo mais flexível, mais dócil e maleável, sem sofrer resistência com o que se faça com ele. A ideia de flexibilização esconde a natureza de relação social; é necessário tornar a mão de obra mais flexível. Com efeito, deixaria de ser rígida; ter a liberdade aonde os pastos são verdes significa liberdade de desprezar todas as considerações que não fazem sentido economicamente, pois os empregos surgem e somem assim que aparecem. São fragmentados e eliminados. “A mobilidade e sua ausência indicam a nova polarização moderna avançada ou pós-moderna das condições sociais” (BAUMAN, 1999, p. 113).

Ainda na visão de Bauman (2005), as condições de emprego são imprevisíveis e resultado de uma competição de mercado, onde a principal fonte de incerteza é quanto ao futuro e a insegurança vivida pelos cidadãos. A mobilidade transforma as pessoas em refugo humano (“redundantes”, “excessivos”, “deslocados”, “indesejáveis”, “inaptos”), e para onde mandar os indivíduos que não possuem mais nenhuma utilidade e que, por sua vez, não podem mais ser incorporados a nenhum sistema produtivo? Daí os alarmes sobre os imigrantes e das pessoas que buscam asilo (BAUMAN, 2005).

A produção do refugo humano é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. A remoção desse refugo humano decorrente da modernidade, produzido nas partes “modernizadas” e em “modernização” do globo, foi o mais profundo significado da colonização e das conquistas imperialistas (BAUMAN, 2005). Bauman (2005, p. 76) afirma que “os refugiados, os deslocados, as pessoas em busca de asilo, os migrantes, os *sans papiers* constituem o refugo da globalização”.

As pessoas que se movimentam de um determinado lugar, região ou território e suas especificidades também condicionam a uma análise das variáveis históricas, geográficas, econômicas e culturais neste processo de transformação do espaço pelo trabalho.

2.2 LEIS DA MIGRAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, necessitou-se de um instrumento legal constitucional para estabelecer providências básicas dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, concede o direito de ir e vir que aparece assegurado pelo Artigo 13, que dispõe: “I) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. II) Todo o homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. Então, todo indivíduo, em caso de necessidade, poderá exercer o direito de procurar e de gozar refúgio em outro país, e nenhum país poderá expulsá-lo ou devolvê-lo.

Ocorre que, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)⁷, foi necessária uma Conferência de Plenipotenciários⁸ das Nações Unidas para redigir uma convenção regulatória do status legal dos refugiados, ocorrida em Genebra, no ano 1951. Este Estatuto ao Refugiado entrou em vigor em 1954, e o Brasil ratificou-o em 1960. Neste encontro em Genebra, em 1951, estabeleceram-se padrões básicos de tratamento aos refugiados. Nele determinou-se que um refugiado é alguém que,

[...] temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país. (Artigo 1, Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto de Refugiado).

O refugiado é assegurado pela Convenção de 1951⁹ e pelo Protocolo de 1967¹⁰, no qual se estabelece que em caso de necessidade possa exercer o direito da pessoa procurar e gozar de refúgio em outro país. A Convenção e o Protocolo são os principais instrumentos internacionais estabelecidos para a proteção dos

⁷ Conhecido como a Agência da ONU para Refugiados, tem o mandato de dirigir e coordenar a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas.

⁸ Plenipotenciário: diz-se de ou agente diplomático com plenos poderes do seu governo junto de um governo estrangeiro.

⁹ Segundo o ACNUR, a Convenção só abrange eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951.

¹⁰ Conforme o ACNUR, o Protocolo é um instrumento independente, cuja ratificação não é restrita aos Estados signatários da Convenção de 1951. O Protocolo abrange eventos a partir de 1º de janeiro de 1951.

refugiados e seu conteúdo é altamente reconhecido internacionalmente. Zeni e Fillipim (2014, p. 15) evidenciam que

[...] a diferença entre migrantes econômicos e refugiados é que os primeiros decidem deslocar-se para melhorar as condições de vida para si e sua família e os refugiados deslocam-se para salvar suas vidas ou preservar sua liberdade.

O Brasil promulgou, em julho de 1997, a sua Lei de Refúgio, de nº 9.474/97, contemplando os principais instrumentos regionais e internacionais de migração. Segundo o ACNUR, a lei adota a definição ampliada de refugiado estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984 e considera que a “violação generalizada de direitos humanos” é uma das causas de reconhecimento da condição de refugiado, adotado na cidade colombiana de Cartagena. Em seu texto foi ampliada a definição de refugiado adotado na América Latina e propostas novas abordagens para as necessidades humanitárias de refugiados e pessoas deslocadas, com um espírito de solidariedade e cooperação.

Diante deste deslocamento populacional de refugiados e migrantes em todo o mundo, em setembro de 2016 o ACNUR (2016) organizou uma reunião com líderes de 193 países-membros da ONU, alguns parceiros representantes da sociedade civil e outras partes interessadas que se comprometeram a reforçar a proteção de milhões de pessoas que foram forçadas a se deslocar ou que estão em movimento ao redor do mundo, conhecido como pacto global sobre os refugiados. Os compromissos acordados entre eles ficaram conhecidos como Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes. Este encontro foi de suma importância, uma vez que possibilitou o debate sobre como melhor garantir os direitos de refugiados e migrantes e compartilhar a responsabilidade em escala global.

O ACNUR (2016) espera que a Declaração de Nova Iorque tenha o mesmo valor que a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecida em 1948. Vive-se um momento tenso em relação ao número crescente de refugiados e migrantes no mundo, que é preciso um pacto entre países para melhor resolver a forma de como lidar com essas pessoas. Neste Pacto Global, espera-se a elaboração de um modelo completo e sistemático para melhorar a vida dos refugiados e das comunidades de acolhimento.

Conforme dados do ACNUR (2018), em 2017 houve registro de números recordes de deslocamento forçado. Cerca de 68,5 milhões de pessoas em todo o

mundo foram forçadas a deixar suas casas, das quais 24,5 milhões foram reconhecidas como refugiadas em outros países. Dessas, de cada dez, nove estão em países em desenvolvimento, onde geralmente moram em áreas remotas e enfrentam desafios significativos.

A migração é comumente compreendida implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas. E, de acordo com o ACNUR, este não é o caso de refugiados, que não podem retornar às suas casas em segurança e, conseqüentemente, têm direito a proteções específicas no escopo do direito internacional. Migrantes são protegidos pela Lei Internacional dos Direitos Humanos, estabelecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela ONU, em 1948. Essa proteção deriva de sua dignidade fundamental enquanto seres humanos. O ACNUR (2018) esclarece que as violações dos direitos humanos, muitas vezes, trazem sérias discriminações, como prisão arbitrária ou detenção, trabalho forçado, servidão ou condições de trabalho altamente exploratórias. Ainda, alguns migrantes, vítimas de tráfico ou menores separados ou desacompanhados, podem ter necessidades particulares de proteção e assistência, e têm o direito de ter essas necessidades atendidas. Portanto, aos refugiados e migrantes os direitos humanos devem ser respeitados legalmente e protegidos especificamente.

A partir de 1980, o Brasil, no governo militar, afirmou a relação com a preocupação com o migrante, através da Lei 6.815/1980, que define a situação jurídica do estrangeiro, tendo como princípio a segurança nacional. Foi revogada em 2017 pela lei 13.445, Lei de Migração, que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no país e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante.

Segundo o último censo realizado pelo IBGE, em 2010 residiam no Brasil 491.695 imigrantes, equivalendo a 0,25% do total da população brasileira, estimada em 190.755.799 habitantes naquele ano (IBGE-CIDADES)¹¹. O governo brasileiro se coloca de portas abertas aos migrantes, com políticas públicas adequadas, no entanto, eles são proibidos de formar associações políticas, apenas para os que têm documentos; e o direito de voto é permitido somente para os naturalizados. Aos estrangeiros residentes no Brasil, a sociedade brasileira tem demonstrado

¹¹ Informações obtidas por meio do Banco de Dados Cidades do IBGE.

receptividade e acolhimento, algo constatado nas leis brasileiras e na prática das políticas públicas. Enaltece Avila (2007, p. 123):

[...] o governo e a sociedade brasileira têm demonstrado ao longo de muitos anos o seu caráter de país receptivo - e não-refratário - de estrangeiros interessados em prosperar pelo próprio esforço. Assim, trata-se de uma sociedade fundamentalmente acolhedora e pouco discriminatória contra os estrangeiros.

Atualmente, o Brasil é um importante país nesta onda migratória atuante na América Latina e Caribe. Uma das situações mais emblemáticas de chegada de refugiados no Brasil e solicitação de refúgio é a dos haitianos. No caso deles, o Brasil, a partir de 2012, instituiu a Resolução Normativa nº 97, que regulariza a situação dos haitianos com a emissão do visto humanitário, estando autorizados a residir no país, com direito a acesso ao trabalho, educação e saúde, e resguardar seus direitos mínimos. Graças ao visto humanitário, estes imigrantes puderam também acessar o programa Bolsa Família. Esta Resolução Normativa foi substituída pela nº 102/2013, com alteração apenas do Artigo 2º. Para conceder a entrada deles através de visto humanitário¹², editada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), instância de articulação da Política Migratória Brasileira, em especial da Política de Migração Laboral, a Resolução Normativa nº 97/2012 informa:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes de agravamento de condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do país.

¹² Agora havendo caso similar, em que o governo concede o visto humanitário para imigrantes sírios (conforme a Resolução Normativa nº 17, de 2013, do CNIg) fugidos da guerra civil e venezuelanos (segundo a Resolução Normativa nº 125, de 2017, do CNIg) fugidos do caos social, da forte crise econômica e da escassez de alimentos em seu país. Esse fluxo migratório venezuelano começou em 2015, ponto de entrada em alguns Estados brasileiros da Região Norte, em especial, no município de Pacaraima em Roraima.

O visto humanitário foi concedido devido à pressão social interna e internacional. O governo brasileiro decidiu tomar uma atitude em relação à migração haitiana fazendo a resolução, pois foi muito intensa a entrada pelas fronteiras dos Estados ao Norte (Acre e Amazonas), nos anos de 2010 e 2011. Foi “um contingente expressivo de haitianos buscando refúgio no Brasil, legal ou ilegalmente” (MOREL, 2017, p. 19). A entrada dos haitianos como refugiados não poderia mais acontecer, uma vez que não se tratavam de refugiados de fato. A princípio, conforme Moraes, Andrade e Mattos (2013, p. 103),

[...] os haitianos solicitavam refúgio com base no Direito Internacional dos Refugiados e na legislação do Brasil. O Conselho Nacional de Refugiados (Conare), no entanto, entendeu que o motivo apresentado pelos estrangeiros - deslocamento por desastre natural, econômicos e sociais - não se enquadrava nas hipóteses de perseguição elencadas pelo direito internacional, tampouco pela lei brasileira vigente.

A vinda destas pessoas refere-se aos aspectos econômicos e ambientais. Por não se enquadrarem como refugiados, possuem “proteção” por parte do seu país de origem, tendo em vista que não foram expulsos ou obrigados a saírem, partem por vontade própria e não por um motivo de perseguição ou fundado temor. Desta forma, são considerados migrantes, em razão de suas posições não estarem previstas nas condições de refúgio, e possuem visto humanitário para entrada e permanência no Brasil (TRAUB, 2017).

Em consequência da emissão do visto humanitário aos haitianos, desde 2012 aumentou significativamente a entrada destes imigrantes, liderando o ranking de chegada ao país, de acordo com dados de 2010 a 2016 (Quadro 1), somando um total de 80.998 haitianos (CAVALCANTI et al., 2017). O papel do Estado brasileiro em relação às migrações torna o Brasil atualmente, entre os países latino-americanos, um forte país de entrada, capaz de oferecer condições de vida e de trabalho, ainda que frágeis, para esses imigrantes ou refugiados.

Quadro 1 - Número de imigrantes haitianos, por ano de entrada, Brasil, 2010-2016.

Ano de entrada								
País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Rep.Haiti	306	2.656	4.360	14.227	19.660	19.212	20.577	80.998

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), 2017.

O benefício que as migrações trazem é lembrado por Avila (2007, p. 126): primeiro, a migração permite abrir novos espaços de diálogo, de aproximação e de integração social, econômica e política entre os países, sociedades e culturas que formam parte da América Latina e Caribe; segundo, historicamente a migração intrarregional foi utilizada como uma virtual “válvula de escape” ao permitir certa decompressão das tensões geradas pelo desemprego e pela exclusão social; terceiro, a migração internacional pode favorecer as transferências de tecnologia e a cooperação Sul-Sul; e quarto, a migração internacional, em geral, se erige em uma forma legítima de mobilidade social ascendente.

Esse cenário de possibilidades positivas, todavia, segundo Bauman (2017, p. 12), resulta também de um fluxo de refugiados impulsionados pelo regime de violência arbitrária que abandonam suas casas e propriedades consideradas preciosas, de pessoas que buscam abrigo dos campos de matança, acrescido ao fluxo constante dos chamados “migrantes econômicos”, e estimulados pelo desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde: de terras empobrecidas, sem perspectiva alguma, para lugares de sonho, ricos em oportunidades. Essa corrente contínua de pessoas que buscam um melhor lugar para viver, Bauman (2017) chama de “estranhos” que batem à nossa porta procurando escapar da realidade difícil que encaram. Portanto, esse processo migratório, muitas vezes, traz reações boas, resultantes de situações difíceis.

2.3 DISCUSSÃO CONCEITUAL RELACIONADA ÀS MIGRAÇÕES

A ideia de trabalho no contexto migratório estabelece influências e relações das pessoas em todos os processos produtivos que as mesmas exercem. Em vários momentos ocorre uma transformação histórica nas diferentes culturas. A situação de mobilidade, desenraizamento, desagregação familiar, uma permanente descoberta e readaptação, condiciona a ânsia do conhecimento dessas relações.

Viver entre espaços sociais e tempos diferenciados constitui o migrante como sujeito que presencia tensões, ambiguidades das experiências de trabalho e diferentes modos de vida.

Paiva (2012) mostra que apenas como força de trabalho despossuída de outros interesses e expectativas os migrantes são aceitos pela sociedade de destino. E é nesta condição que a migração faz sentido. O migrante passa a perceber-se enquanto

sujeito portador de direitos e luta pelo reconhecimento de suas singularidades no momento de sua decisão por trocar sua identidade de nacional para estrangeiro. Nesta migração opera-se uma transformação, superação ou condição ao migrante.

Mas Almeida (2009, p. 181), ao dialogar com Sayad (2006), aponta outra visão:

[...] o imigrante é, sobretudo, uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Foi o trabalho que fez surgir o imigrante e é ele, quando termina, que decreta sua negação e o empurra para o não-ser. Isso significa que, vivendo em uma precariedade territorial, sua condição é de um permanente estar em um espaço móvel.

O deslocamento populacional pode ser considerado pelos migrantes econômicos ou pelos refugiados não como uma única alternativa de sobrevivência, mas como a possibilidade de uma vida melhor, de viver com mais conforto ou ganhar mais. É o caso dos haitianos. Além da saída do Haiti ser agravada pelo abalo sísmico ocorrido em janeiro de 2010, o qual destruiu parte do país localizada na região do Departamento Oeste e um pouco do Sudeste, economicamente e socialmente hoje percebe-se que aquele que migra realmente busca uma vida melhor para si e seus familiares. Por mais que as migrações são reforçadas por catástrofes naturais ou perseguições políticas e religiosas, o migrante busca uma vida melhor, tendo o trabalho como principal alicerce no país de destino. No caso dos haitianos, a regulamentação desses migrantes contribui de forma importante para o acesso ao mercado de trabalho formal, bem como para a garantia de acessos a direitos como educação e saúde.

Os fluxos migratórios escolhem alguns lugares para se direcionar, sendo considerados espaços que lhes deem condições e estratégias de recepção e atenção. “Entretanto, ao mesmo tempo em que a força de trabalho se estende sobre espaço, ela precisa se concentrar em pontos específicos, aqueles que forem mais úteis à produção capitalista” (BECKER, 1997, p. 335).

De qualquer forma, Haesbaert (2004) alerta que o capitalismo é volátil, e tende a todo o momento a destruir ou a confundir as nossas referências territoriais comprovadas à nossa estreita liberdade. Estamos destinados à “obrigação” constante do movimento, da mobilidade ou mesmo da mudança. Atualmente, nos deparamos com a situação de movimento dentro do território, entre os territórios e no mundo. Temos a ideia de um mundo sem fronteira, de livre circulação de povos e culturas, o que não passa de uma ideologia. Vivemos num mundo que exclui e privilegia os

interesses do capital, principalmente o lucro. A força de trabalho resulta nesta produção capitalista.

Bauman (2017) reitera que em muitas partes do planeta (regiões mais desenvolvidas), tanto migrantes econômicos quanto refugiados buscam abrigo, enquanto os interesses empresariais desejam com firmeza o (e dão boas-vindas ao) influxo de mão de obra barata e de habilidades lucrativamente promissoras. A liberdade de mobilidade não está na mesma linha da liberdade do movimento do capital (SANTOS, 2016). Santos (2016, p. 65) destaca:

[...] o imigrante tornou-se uma mercadoria, pois quando ele é vantajoso economicamente, é selecionado e aceito como necessário; fato que é profundamente injusto e violador da dignidade humana. Todo imigrante tem o direito moral de ser plenamente tratado como igual.

Gaudemar (1976) já dizia que existiam dois pontos de vista: um com a liberdade positiva, que traz a força de trabalho como mercadoria, como bem particular ao trabalhador, e que pode ele dispor de sua vontade, sendo ator de sua própria liberdade; e outro com a liberdade negativa, podendo o trabalhador vender ou não a força de trabalho. Em resumo, o trabalhador tem diante de si a liberdade de vender e a necessidade de vender ou morrer.

A força de trabalho vista como mercadoria é o único bem particular que os homens podem dispor livremente, e que na maioria das vezes não acontece, não ter trabalho. Os movimentos de população nos revelam os (des) caminhos da sociedade. O imigrante percorre em busca de sua sobrevivência, desempenhando funções capazes de torná-lo integrante desta sociedade que ora exclui ora inclui.

Gaudemar (1976) afirma que a mobilidade é introduzida como condição da força de trabalho que se sujeita ou se submete ao capital. A busca pelo capital através do trabalho fica clara quando Becker (1997, p. 324) informa que,

[...] o capital pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável, pois crescem de forma assustadora os estoques de população excedente. Esta categoria tem sido historicamente reconhecida como estrutural nas economias do Sul.

Nas economias do Sul os estoques de mão de obra são rentáveis ao capital, onde se tornam vítimas do capitalismo. Grandes grupos econômicos e financeiros, atores do capital, controlam as economias destes países.

Mas nos países mais desenvolvidos observa-se a maior mobilidade da força do trabalho, pois é uma condição necessária e não suficiente, da gênese do capitalismo, esta procura de emprego. “[...] Quanto mais desenvolvida é a produção capitalista de um país, maior é a mobilidade exigida à capacidade de trabalho” (GAUDEMAR, 1976, p. 191). Depara-se, entretanto, com necessidades de geração de empregos em países desenvolvidos para os desempregos gerados por consequências do capitalismo, como a rápida automação e a crise financeira mundial que acometeu o mundo todo, com mais intensidade países desenvolvidos em 2008.

De acordo com Stuart Hall (2003, p. 45), “[...] os fluxos não regulados dos povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia”. A globalização promove a mudança na construção cultural e as identidades culturais estão sofrendo transformações com esse grande bombardeio de práticas e costumes, muitas vezes impostos pelo grupo dominante. Para Hall, o processo da globalização provoca essa sobreposição das identidades nacionais por outras mais particularistas da identificação cultural. O processo da globalização está deslocando as identidades nacionais a diferentes culturas.

“As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2004, p. 14). Quando se trata de identidade em questão, percebe-se que o mundo está deslocado ou fragmentado; são as chamadas identidades modernas (HALL, 2004). Em consequência das migrações de diferentes culturas advindas dos mais variados lugares do mundo,

[...] à medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. (HALL, 2004, p. 74).

Esse caminho da diáspora é uma trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna que transforma a cultura do mundo inteiro (HALL, 2003). “[...] Estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais e, de fato, do próprio globo” (HALL, 2003, p. 44).

Para o professor Milton Santos (2006, p. 330), “[...] o homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação”.

Portanto, as mudanças são inevitáveis, as culturas se pluralizam e se materializam em diferentes lugares, conforme mostra abaixo a figura 2.

Figura 2 - Alunas haitianas participando de festa junina no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) de Palotina (PR).



Fonte: Ionara Ana Manfrin, 2017.

Haesbaert (2016), em uma palestra sobre a relação da Geografia com a cultura, enfatiza que o migrante combina com as culturas locais de uma maneira distinta em relação a outros lugares. Os migrantes, vindos de um mesmo lugar, modificam o lugar e se combinam de maneira diferente, dando característica para o lugar, a partir da especificidade da combinação de elementos e não dos elementos em si mesmo. A cultura pode ser vista, segundo Haesbaert (2016), pela dimensão do espaço que ela incorpora. É uma forma, por exemplo, de se reconhecer a formação de uma identidade através da marcação dela em um território.

O migrante é possuidor de uma identidade cultural estável que está fragmentada e sendo composta por várias identidades culturais, não tendo mais uma identidade cultural fixa, essencial ou permanente. Estamos sempre em processo de formação cultural. O movimento e a migração são condições que disseminam as diferenças e as semelhanças em todo o globo, onde as culturas passam a ser uma produção, ter matéria-prima, recursos e trabalho produtivo.

Para entender melhor as transformações que estão ocorrendo no mundo por meio da mobilidade populacional é necessário discutir alguns conceitos da Geografia.

Sobre a importância do conceito território como categoria de análise das dinâmicas espaciais discutem-se as relações de poder entre indivíduos, grupos de indivíduos e instituições (RAFFESTIN, 1993) exercidas em determinada porção do espaço, relações complexas e intensas.

Nessas relações de poder, Raffestin (1993) explica o que é o espaço apropriado, ou seja, o espaço transformado historicamente pelas sociedades constituindo o território, e que o mesmo é anterior ao território. Ele menciona que, ao apropriar-se de um espaço concreto ou abstrato, os indivíduos das relações de poder ou atores do poder “territorializam” o espaço. Dessa forma, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

Conforme Raffestin (1993), a concepção de território é a categoria principal de análise geográfica. O território, com o passar do tempo, pode ser considerado construído e desconstruído por diversos atores que territorializam com suas ações.

O território pode ser interpretado como um espaço social, historicamente produzido e organizado, permeado por relações de poder, por redes e por identidades. Toda análise em diferentes lugares ou porções de um determinado lugar mostra as mudanças que as sociedades vêm transformando ao longo da história até os dias de hoje. “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’” (RAFFESTIN, 1993, p. 152). O que se percebe, então, é que em muitos lugares os migrantes se integram na sociedade, e que após muito tempo lá ficando acabam fazendo parte efetivamente do lugar, e o território passa a ser produzido por identidades diferentes.

Raffestin (1993) diz que o processo territorial e o produto territorial são vividos ao mesmo tempo pelos homens. Essas relações existenciais ou produtivas são relações de poder em que diversos atores modificam o território e também o produzem. O autor salienta que essas relações de poder são uma combinação de informação e de energia. A energia pode ser transformada em informação, a informação pode permitir a liberação de energia, portanto de força. Força é poder, chegando à conclusão que poder enraíza no trabalho e o trabalho é a energia informada (RAFFESTIN, 1993). Dessa forma, Saquet (2009, p. 26), expõe que “[...] para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”.

Contudo, Raffestin (1993, p. 56) indaga:

[...] se fosse verdadeira a hipótese de que a força de trabalho é a única coisa de que os homens podem dispor livremente, as relações de poder não seriam muito dissimétricas. No entanto, não é isso que ocorre, pois é possível a apropriação do trabalho. Apropriar-se do trabalho significa destruí-lo ou, mais exatamente, submetê-lo a uma dicotomia e separar a energia da informação: apropriar-se de uma e/ou da outra.

As organizações que regem os mercados podem facilmente controlar os fluxos de informações e de energia, ou seja, os homens perderam a capacidade original de transformação. A mais-valia ou o trabalho não pago é a dissimetria destas relações. O poder dessas organizações regula a duração e a intensidade do trabalho (RAFFESTIN, 1993). Ao analisar os trunfos do poder, a população merece um lugar de destaque:

[...] o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que **colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder**. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. [...] O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia (RAFFESTIN, 1993, p. 58, grifo nosso).

Na identificação da noção de poder, de acordo com Raffestin (1993), é inevitável e impossível manter uma relação que não seja marcada pelo poder. Toda relação de poder é exercida por um indivíduo ou grupo em um mesmo território ou não, ocorrendo muitas territorialidades.

Outra análise de território é de Saquet (2009, p. 74). Ele ressalta que “[...] o espaço está no tempo e o tempo está no espaço”. Quando analisado o papel do ser humano no espaço, ele está criando o território, pois o território resulta das relações espaço-tempo (SAQUET, 2009). O pesquisador diz que

[...] tal relação é considerada, nos estudos geográficos, de diferentes maneiras: ora destacam-se os processos históricos, ora os relacionais, no entanto, trata-se, sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente através das relações sociais. (SAQUET, 2009, p. 74).

Os processos estabelecidos no espaço são resultados das relações sociais. Saquet (2009, p. 77) analisa Milton Santos (1988), e pontua que

[...] o espaço é produzido pelas ações dos homens sobre o próprio espaço, que aparece como paisagem artificial. O trabalho e as técnicas ganham

centralidade em sua argumentação; o homem é o sujeito, as técnicas, a mediação e o espaço é um produto histórico. A relação espaço-tempo está aí, claramente descrita, através dos elementos da dialética que caracterizam o movimento do espaço como a relação entre interno e externo, novo e velho, Estado e mercado.

Nesse sentido, é resultado dos diversos níveis de territorialidades efetivadas pelos homens no espaço. A territorialidade, dessa forma, significa as relações sociais simétricas ou dissimétricas que produzem historicamente cada território. Assim sendo, Saquet (2009, p. 78), ao analisar Raffestin (1976 e 1978), propôs que a territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade. Para Raffestin (1993, p. 161), a territorialidade se resume

[...] na maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação.

Haesbaert (2010) informa que quando as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar, elas constituem a territorialidade, pois, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito às relações econômicas e culturais. Cada pessoa ou grupo acaba exercendo poder na sua área ocupada. Territorialidade é definida como a forma estrategicamente geográfica para controlar pessoas e coisas por meio de controle de área, sendo o poder social a expressão primária da territorialidade (SACK, 1986).

Assim, territorialidades são as relações diárias momentâneas entre os homens e a natureza orgânica e inorgânica, necessárias para a sobrevivência; é o acontecer de todas as atividades no cotidiano. Vale ressaltar o pensamento de Sack (1986, p. 78): “[...] a territorialidade é uma estratégia para se estabelecer diferentes graus de acesso às pessoas, coisas e relações”.

A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, e é impulsionada pela mobilidade populacional, pois vivemos num momento da história movido pela modernidade, num processo de globalização que facilita e exige o deslocamento das identidades nacionais. Acontece uma mistura e uma soma de apropriação de espaços.

O deslocamento das identidades nacionais resulta da mobilidade espacial da força de trabalho e tem demonstrado todas essas mudanças que ocorrem nos lugares que recebem essas pessoas. Dentro desse pressuposto, a entrevista de Frotscher, Laverdi e Vanderlinde (2009, p. 171) com o geógrafo Rogério Haesbaert mostra que esse resultado oriundo das migrações é “[...] altamente positivo, economicamente falando, aos países para onde as pessoas se dirigem, e se retirássemos o migrante dali, o país entraria em crise, ou pioraria no caso daqueles que já estão com problemas”. Então, em muitos lugares os migrantes se integram na sociedade e, após muito tempo lá ficando, alguns acabam fazendo parte efetivamente do lugar. Essas pessoas estão transformando suas vidas, apropriando-se do espaço, com seus modos de vida diferentes, capazes de acrescentar em suas culturas novas experiências e influenciar a cultura local (Figura 2). Esta realidade ocorre em âmbito mundial, onde os migrantes causam transformações e absorvem costumes, culturas e modos de viver dos lugares que buscam para morar ou se refugiar.

Nesse estudo, houve a necessidade de analisar e descrever a imigração haitiana em Palotina (PR) e as transformações nos contextos sociais e culturais que permitem compreender a territorialidade exercida por esse grupo no município, bem como as modificações nas relações sociais de seu grupo de origem, alterações na organização familiar e na divisão do trabalho familiar e como estabelecem adaptações e configurações territorializando-se em Palotina.

O território representa um complexo de relações econômicas, sociais, históricas, culturais, ambientais e políticas erigidas num dado espaço (geográfico), cuja constituição guarda conexões amplas e variadas com outros. Ele resulta das necessidades e motivações múltiplas de seus sujeitos, as quais podem ser de ordem material ou imaterial (relações econômicas e culturais). As necessidades da sociedade, as diferentes culturas e as sociabilidades vão caracterizando o local e todas essas motivações enriquecem o lugar e o próprio migrante e criam elos de pertencimento nos territórios (PAIVA, 2012).

CAPÍTULO 3 - HISTÓRIA DO HAITI

ISTWA NAN AYITI

3.1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO HAITI

Os homens fazem a sua própria história. E os jacobinos negros de São Domingos fariam a história que mudaria o destino de milhões de homens e o curso econômico de três continentes. Todavia, se é possível aproveitar uma oportunidade, não é possível criá-la. (JAMES, 2010, p. 39).

A República do Haiti (nome da ex-colônia francesa de São Domingos) é um país situado na região do Mar do Caribe, a Oeste da ilha Hispaniola e a Leste de Cuba (Figura 3). O Haiti divide a ilha Hispaniola com a República Dominicana. Até o final do século XV a ilha era ocupada por índios do grupo Taíno (arawak) com população entre 200 e 300 mil índios (MOREL, 2017, p. 43). Em 1492, o espanhol Cristóvão Colombo chegou à ilha, batizando-a de ilha de Hispaniola (JAMES, 2010). Em 1606, a Espanha abandona a colonização e, em 1665, inicia a colonização francesa (MOREL, 2017). “Mas, em 1695, o tratado de Ryswick entre a França e Espanha deu aos franceses direito legal sobre a parte ocidental da ilha” (JAMES, 2010, p. 20). Através da assinatura deste Tratado, em 20 de setembro de 1697, pôs-se fim à Guerra dos Nove Anos, na qual a França combateu com a Grande Aliança. O Tratado tem este nome por ter sido assinado na cidade holandesa de Ryswick (atual Rijswijk), tendo como base a recuperação e a devolução de territórios entre os países envolvidos com a guerra. Depois de vários acordos, a Espanha cedeu a parte ocidental da ilha Hispaniola (ex-colônia de São Domingos) aos franceses¹³.

Ex-colônia francesa, foi o primeiro país da América Latina a declarar a independência em 1º janeiro de 1804. O Haiti orgulha-se de ter sido a primeira república negra do mundo. Tem por capital Porto Príncipe, e é dividida em nove departamentos. Segundo dados de 2017, apresenta uma população de 11 milhões de habitantes, distribuídos numa área de 27.750 quilômetros quadrados, ou 396,40 habitantes por quilômetro quadrado, numa “terra de montanhas”¹⁴. O Haiti é o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo (163º de 188 países, pelo

¹³ Disponível em: <https://www.conhecimentogeral.inf.br/tratado_de_ryswick/>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁴ Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,haiti-foi-primeira-republica-negra-do-mundo,70001950943>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] [2014], conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento¹⁵ [PNUD]).

Figura 3 - Localização geográfica da República do Haiti.



Fonte: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92246.shtml>>. Acesso em: 05 mar. 2018. Adaptado pela autora (2018).

Em 1492, quando Cristóvão Colombo desembarcou na República Dominicana, encontravam-se ali habitantes autóctones. Foram submetidos à escravidão com o intuito de trabalhar na procura de ouro pelos espanhóis, e acabaram dizimados. Na medida em que diminuía a população indígena, os espanhóis começaram a trazer africanos para substituir a mão de obra local, particularmente para o cultivo de cana-de-açúcar. Com a descoberta de ouro e prata no México e nos Andes, os espanhóis desativaram parcialmente a colonização da ilha Hispaniola.

No início do século XVII, a colônia espanhola foi praticamente esquecida, o que fez com que os franceses ocupassem efetivamente a parte Oeste da ilha. Com a presença deles, ocorreu um rápido desenvolvimento econômico, através do cultivo da cana-de-açúcar.

A ilha de São Domingos, “Pérolas das Antilhas”, como era conhecida, tornou-se, então, incomparavelmente a melhor colônia do mundo e suas possibilidades

¹⁵ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza no mundo, com sede em Nova Iorque.

pareciam ilimitadas. Era o mercado do Novo Mundo; seus portos eram importantes paradas de milhares de navios da burguesia marítima. O comércio de escravos e a escravidão estavam firmemente entrelaçados à economia do século XVIII. Foram trazidos cerca de 500 mil escravos africanos em menos de 100 anos. Sem escravos, a ilha de São Domingos estaria perdida (GRONDIN, 1985). “Nenhum branco pobre era serviçal; nenhum branco fazia nenhum serviço que um negro pudesse fazer por ele” (JAMES, 2010, p. 45).

Nem todos os negros se submetiam à estrutura social em São Domingos. Aqueles que viam a escravidão como uma coisa intolerável, muitas vezes se suicidavam ou fugiam para as montanhas e florestas, onde formavam bandos de homens livres, os *marronages* ou quilombolas. As cruéis adversidades da escravidão, como torturas, fome, proibições, violências e crueldades marcaram a ilha. Muitos se fortificavam em seus refúgios e se reproduziam.

Os negros estavam se organizando para uma revolução. O vodu era o meio da conspiração. Os escravos viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos, conversar e traçar planos. Pela destruição daquilo que causara o sofrimento, uma mobilização, uma cerimônia foi formada com o objetivo de dar fim ao domínio exercido pela ínfima elite branca que controlava os poderes e instituições políticas do local (JAMES, 2010).

O vodu serviu de base da cerimônia, chamada de Bois Caïman, em agosto de 1791, quando começou a Revolução Haitiana, tendo como líder um negro chamado Dutty Boukman. Boukman conduziu essa cerimônia numa clareira na floresta densa de Morne Rouge, uma montanha acima de Le Cap. Foi ofertado um porco imolado e após alguns encantamentos do vodu, bebeu-se o sangue do animal, estimulando os seguidores desta religião. Boukman foi perseguido, capturado e queimado vivo (JAMES, 2010). O vodu era, ao mesmo tempo, modo de expressão e canal de evasão psicológica que ajudava na resistência à vida dura dos trabalhadores e trabalhadoras escravos, interligando-os aos deuses (*loas*), e onde Boukman buscava forças para dar suporte afetivo para romper a opressão humana (MOREL, 2017). Com espírito de vingança e persistência a Revolução ia ganhando força.

Juntou-se aos revolucionários haitianos um escravo que posteriormente se transformou num grande líder político e militar: Toussaint L’ouverture. Homem de inteligência extraordinária, comparada a Napoleão (JAMES, 2010), ele foi alfabetizado em francês erudito e latim, tendo a oportunidade de ler a obra “*Histoire Philosophique*

des deux Indes”, do padre Raynal, na qual o religioso falava sobre a escravidão no Caribe e pregava sua doutrina revolucionária (JAMES, 2010 e MOREL, 2017). Assim, foi capaz de comandar a revolução e sentir-se estimulado, lendo inúmeras vezes a passagem “[...] um comandante corajoso é tudo de que precisam. Onde está? Um comandante corajoso era preciso” (JAMES, 2010, p. 38). Toussaint possuía um intelecto magnífico, retidão de caráter, era decidido, de corpo forte e ótimo cavaleiro. Era admirado desde quando se juntou à revolução pela independência, com 45 anos, até o fim da vida (JAMES, 2010).

A população da ilha era formada, em sua maioria, por negros escravos, mas a agitação pela abolição do comércio de escravos na Inglaterra, a propaganda Sociedade dos Amigos dos Negros e a disposição revolucionária da França contribuíram por desencadear uma forte luta pela independência na ilha. A sociedade antiescravista francesa Amigos dos Negros surgiu às vésperas da revolução, reunindo um grupo seleto de homens de letras, nobres e financistas, que se dedicaram por meio de panfletos e petições à assembleia a levar o problema da escravidão para o espaço público (SAES, 2013).

A Revolução Francesa (1789-1799) influenciou os escravos e os negros libertos da região, sendo que seus ideais de igualdade entre os homens inspiraram a luta pela sua liberdade e por seus direitos. A Revolução Francesa apoiava diversos lemas, como liberdade, igualdade e fraternidade, os quais acabaram chegando à colônia francesa, o Haiti, e despertando esses sentimentos nos negros, afinal, o que eles queriam era a liberdade. No entanto, Marco Morel (2017) expõe que o historiador James sinaliza que foi, ao contrário: a Revolução do Haiti é que forçou a Revolução Francesa, efetivou e universalizou a defesa dos propalados direitos do homem. A França revolucionária abolia a escravidão em suas colônias em 1794 e o escravismo já havia sido destruído de fato em São Domingos.

Mas, a Revolução Francesa moveu negros e mulatos a lutarem juntos, sob a liderança do comandante Toussaint L’ouverture.

[...] Tinha a primazia da liberdade e da igualdade, as palavras de ordem da Revolução. Elas eram grandes armas em uma era de escravos, mas as armas devem ser usadas e ele as usou com a graça e a habilidade de um esgrimista. (JAMES, 2010, p. 146).

Como Toussaint havia sido treinado como escravo e depois como soldado, ele jamais se dava ao trabalho de explicar muita coisa aos subordinados, apenas que o dever deles era obedecer.

Napoleão Bonaparte, vendo a Hispaniola comandada por Toussaint, em 1801 enviou à ilha seu cunhado, Leclerc, e um exército de 12 mil homens, numa demonstração da importância que dava à colônia, para restauração do poder. “As massas estavam lutando e morrendo como só as massas revolucionárias sabem fazer; o exército francês estava desaparecendo e o desespero vagorosamente sufocava Leclerc” (JAMES, 2010, p. 314). Em junho de 1802, organizaram um encontro com Toussaint, mas ele foi enganado e teve que se render. Foi preso e levado à França. Neste mesmo ano, em novembro, Leclerc adoece e falece de febre amarela. Antes de morrer, todavia, soube que havia falhado e que a França havia perdido São Domingos. Do total de 34 mil soldados franceses que haviam desembarcado na ilha, 24 mil haviam morrido, oito mil hospitalizados (devido à febre amarela) e restavam dois mil homens exaustos (JAMES, 2010).

A notícia da prisão de Toussaint foi um choque para toda a população, e ele deixou um recado a esta: cortaram apenas o tronco da árvore da liberdade, mas ela brotará novamente pelas raízes que são numerosas e profundas (JAMES, 2010). O líder negro morreu de maus-tratos, frio e fome em 07 de abril de 1803.

Napoleão deve ter pensado que metade da batalha de São Domingos estava vencida. Contudo, durante as últimas horas de Toussaint, seus companheiros de armas, ignorando-lhe o destino, redigiam a Declaração de Independência. (JAMES, 2010, p. 331).

Cabe aqui ressaltar outros líderes desta luta, como Dessalines, Christophe, Moïse, ex-escravos e comandantes de Toussaint. Jean-Jacques Dessalines foi o homem certo para a crise que se instaurou. Ele passou a responder golpe com golpe (JAMES, 2010). Após a captura de Toussaint, Dessalines se tornou líder da Revolução Haitiana, comandando as forças rebeldes contra o exército francês, enfraquecido por uma epidemia de febre amarela. Suas forças obtiveram uma série de vitórias contra os franceses. James (2010, p. 221) descreve um dizer de Dessalines aos seus soldados, após uma das vitórias:

[...] a guerra que acabastes de vencer foi uma guerra pequena, mas ainda tendes pela frente duas outras maiores. Uma contra os espanhóis, que não querem abrir mão de suas terras e que insultaram o vosso bravo comandante-

chefe; e a outra contra a França, que tentará vos escravizar novamente, assim que acabar com seus inimigos. Nós venceremos essas guerras!

Dessalines dirigia seus objetivos às massas de maneira clara e dura. Foi questão de tempo para o exército francês abandonar a batalha. Em 04 de dezembro de 1803, o exército colonial francês de Napoleão Bonaparte, ou o que dele restou, se rendeu às forças de Dessalines. Assim, levou à ilha à independência em 1804 e Dessalines se instituiu imperador do Haiti.

O nome Haiti significa “terra de montanhas”. Foi dado pelos nativos que moravam ali antes da chegada dos franceses, permanecendo assim depois da independência. Em 31 de dezembro de 1803, a Declaração de Independência definitiva foi lida numa reunião com todos os oficiais em Gonaïves. Para enfatizar a ruptura com os franceses, o novo Estado foi batizado de Haiti (JAMES, 2010). Gonaïves, cidade ao Oeste do Haiti (Departamento de Artibonite), foi palco de importantes acontecimentos em 1802, onde os franceses capturaram o herói revolucionário Toussaint L’ouverture e onde Jean-Jacques Dessalines proclamou a independência em 1º de janeiro de 1804.

Desde as lutas pela independência, sucederam-se no Haiti vários chefes de Estado, alternando-se com regularidade. O domínio político nas primeiras décadas após a independência fica nas mãos de governos dirigidos por ex-escravos, como as administrações de Dessalines e Christophe, e mulatos, como os de Rigaud, Pétion e Boyer (GRONDIN, 1985).

Além das instabilidades políticas, o Haiti passou por inúmeros problemas de ordem estrutural, entre eles o enfrentamento de dívidas, como pagamentos à França por indenizações de uma guerra que havia perdido e por direitos de liberdade e independência que havia conquistado. Em vista disso, tornou-se refém da França; 95 milhões de francos foram quitados em 1913 (GRONDIN, 1985; ARAÚJO, 2015a). Mas, novas crises estruturais surgiram, mais invasões foram registradas, como dos Estados Unidos, entre 1913 e 1934, para defender seus interesses, além de bloqueios econômicos por parte da França, da Inglaterra, da Espanha, dos Estados Unidos e de governos corruptos. Para a pesquisa, optou-se por caracterizar o período político que se estendeu a partir da década de 1950.

3.2 AS DITADURAS DE *PAPA DOC* E *BABY DOC* (1957-1986)

“Não há poder sem cultura” (GRONDIN, 1985, p. 09). Conhecer as relações e instituições estabelecidas pelo grupo, suas normas e valores define o comportamento do grupo a respeito dessas relações (GRONDIN, 1985). Foi o caso de Jean François Duvalier para conquistar o poder no Haiti. Tendo conhecimento da cultura do povo haitiano, ele controlava seu comportamento. Cultura, segundo Grondin (1985), é o conjunto integrado de formas de comportamento dos membros de um grupo humano e comportamentos que não são herdados, mas aprendidos na comunicação oral ou vivencial entre os membros, e que são sujeitas a normas e valores estabelecidos pelo grupo.

Estudar os processos culturais serve para conhecer formas de situar-se em meio à adversidade e ter o controle. Controlar é obter o poder, o poder lembrado por Raffestin (1993), comentado no segundo capítulo, que pode ser motivado por uma relação, e toda relação é marcada pelo poder e exercido ao grupo ou indivíduo conforme o interesse.

A sociedade é dividida em classes sociais. No Haiti, por exemplo, há uma grande diferença entre a cultura dos mulatos, a dos negros ricos da burguesia, a da pequena burguesia e a cultura da grande massa negra camponesa. Desta, por sinal, surge um homem “culto” capaz de estabelecer relações entre as diferentes culturas. Este homem, presidente Jean François Duvalier (1957-1971), conhecedor da cultura da massa da população negra haitiana, instrumentaliza e controla as massas populares através do conhecimento cultural. Trata-se do poder exercido através da cultura.

Duvalier era médico, ministro da Saúde e responsável pela missão “técnico-medical” da Embaixada Norte-americana (GRONDIN, 1985). Surgiu como um dos principais mentores do movimento negro no Haiti, que pregava a volta às fontes culturais africanas, a defesa dos interesses da classe majoritária e a aliança com o setor mulato, mas sob a hegemonia negra. Buscou caminhos democráticos e populares para assumir o poder. Ele publicou várias obras com ideologia populista e de política da “negritude”. Tinha a admiração das massas populares, que passaram a chamá-lo de “*Papa Doc*” (papai Doutor) (GRONDIN, 1985).

Durante anos, Duvalier preparou a ascensão ao poder, fez alianças com parte do exército e aliou-se aos *houngans*, sacerdotes do culto vodu que foram perseguidos

ferozmente durante 40 anos, desde a invasão americana até os governos mulatos, inclusive pela Igreja Católica. Duvalier firmou um pacto com os *houngans*, no qual se comprometia a suspender as perseguições e apoiar os sacerdotes vodus, no caso de ascender à presidência (GRONDIN, 1985). Ele soube favorecer o culto do vodu e conseguir o apoio de seus adeptos para vencer a eleição que o levou à presidência.

A população haitiana, composta por 90% de negros camponeses pobres e alguns artesãos, sendo a metade praticante do vodu, embora 96% se diziam cristãos, de acordo com a base de dados da CIA (órgão de inteligência dos Estados Unidos da América [EUA]), manifestou-se a favor deste homem. O vodu é uma religião complexa de origem geográfica e étnica dos africanos trazidos ao Haiti. O vodu foi e continua sendo o meio de conservação dos restos culturais africanos e de ligação com o passado longínquo. A clandestinidade à qual foi obrigado o vodu, desde o tempo da colônia, conferiu-lhe um caráter misterioso e secreto (GRONDIN, 1985). O culto do vodu foi fator de unidade entre os escravos, estando na base da resiliência e na resistência aos colonizadores (SUTTER, 2010).

Jean François Duvalier saiu vitorioso, estabeleceu regime ditatorial e populista e teve apoio financeiro e militar de forças norte-americanas. Seu governo iniciou em 1957. Apoiado pela elite negra e pela pequena burguesia, estabelecendo um regime de força, instalou um regime ditatorial baseado na repressão militar, eliminou o exército opositor e substituiu-o por oficiais treinados pelos oficiais americanos, sua guarda pessoal, os *tontons macoutes* (bichos-papões), que eram os responsáveis pelos massacres (GRONDIN, 1985). Grondin (1985, p. 47) enaltece o potencial de seu exército:

[...] estabeleceu um modelo fascista de dominação política: encarcerou, torturou e exilou seus adversários políticos, assassinou e fuzilou publicamente líderes dos grupos de oposição, mulatos influentes e intelectuais progressistas.

Para manter-se no poder, Duvalier submeteu o país à hegemonia norte-americana. Sua política foi baseada no autoritarismo, violência e repressão. Ficou no poder até sua morte, em 1971 (Figura 4).

Figura 4 - Jean Claude Duvalier, o *Baby Doc*, posa junto do pai, o *Papa Doc*, no palácio presidencial, na capital Porto Príncipe.



Fonte: Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/haiti-apos-50-anos-maior-ditador-das-americas-e-admirado,23672ae9a7225410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 08 mar. 2018. Foto: AFP/Agence France-Presse.

Com a morte de *Papa Doc*, o país viu emergir um novo ditador, seu filho Jean-Claude Duvalier (1971-1986). *Baby Doc* (bebê Doutor), como era chamado, assistiu o pai comandar o país com mãos de ferro por 12 anos, e naturalmente deu continuidade ao legado. Implantou projetos para modernização e numerosos programas de desenvolvimento, contraindo grandes dívidas externas, aumentando a pobreza e a revolta do povo (GRONDIN, 1985). O filho não tinha a capacidade intelectual, profissional e política do pai. Durante o período em que se manteve no poder, *Baby Doc* matou milhares de opositores e desviou milhares de dólares, conseguindo aumentar seu patrimônio de forma ilegal (MORAES, 2014). Com o desgaste político causado por tantas medidas centralizadoras e pela falta de habilidade política, Jean-Claude Duvalier fez o regime duvalierista se findar em 1986.

A corrupção esteve presente durante o regime duvalierista (1957-1986), no qual setores essenciais para a população (saúde, educação e saneamento básico) se mostraram frágeis. Os protestos populares se intensificaram e *Baby Doc* fugiu para a França (MORAES, 2014).

Em 1990, o país realizou eleições democráticas presidenciais, quando a maioria dos eleitores (67%) optou pelo padre esquerdista Jean-Bertrand Aristide, um líder carismático que prometia mudanças na estrutura social, bem como um programa econômico emergencial, um novo sistema fiscal, uma guarda militar preparada e o combate às drogas. Enfim, pregava muitas medidas contrárias à elite e ao grupo político da direita.

No mesmo ano, Aristide foi deposto por um golpe militar e a ditadura foi novamente imposta no país. A ONU impôs sanções econômicas ao Haiti para forçar a volta de Aristide. Contudo, somente em 1994 ele retornou ao cargo de presidente do Haiti. Entretanto, os problemas no Haiti persistiram, fazendo com que Aristide fugisse para a África em fevereiro de 2004. A instabilidade política, com conflitos entre diversas facções, foi nos últimos anos pretexto para a intervenção internacional de diversas missões de paz no Haiti, a primeira no ano de 1993 até a última em andamento em 2018 (Quadro 2).

Quadro 2 - Lista de operações de paz efetuadas pela ONU no Haiti entre o período de 1993 e 2018.

Nome da missão	Sigla	Período	Objetivo
Das Nações Unidas no Haiti	UNMIH	Setembro de 1993 a junho de 1996	Auxiliar o governo democrático do Haiti no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades em relação a: sustentar um ambiente seguro e estável estabelecido durante a fase multinacional e proteger o pessoal internacional e as principais instalações; e a profissionalização das forças armadas haitianas e a criação de uma força policial separada.
De Apoio das Nações Unidas no Haiti	UNISMIH	Julho de 1996 a julho de 1997	Auxiliar o governo na profissionalização da polícia, manutenção de um ambiente seguro e estável para o sucesso dos esforços para estabelecer e treinar uma força policial nacional efetiva. e coordenar as atividades do sistema das Nações Unidas na promoção do fortalecimento institucional, reconciliação nacional e reabilitação econômica.
De Transição das Nações Unidas no Haiti	UNTMIH	Junho de 1997 a novembro de 1997	Auxiliar o Governo do Haiti, apoiando e contribuindo para a profissionalização da Polícia Nacional do Haiti (PNH). As tarefas do elemento policial da UNTMIH incluíam o treinamento de unidades especializadas da PNH no controle de multidões, a força de reação rápida e a segurança do palácio, áreas consideradas de importância distinta.
Da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti	MIPONUH	Novembro de 1997 a março de 2000	Auxiliar o governo na profissionalização da Polícia Nacional. A missão deu ênfase especial à assistência no nível de supervisão e no treinamento de unidades policiais especializadas.
De Estabilização das Nações Unidas no Haiti	MINUSTAH	Junho de 2004 a outubro de 2017	<ul style="list-style-type: none"> • Restaurar um clima seguro e estável; apoiar o processo político em curso; • Fortalecer as instituições governamentais e as estruturas do Estado de Direito; • Promover e proteger os direitos humanos no Haiti.
Das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti	MINUJUSTO	Outubro de 2017 - presente	Ajudar o Governo do Haiti a desenvolver a Polícia Nacional do Haiti (PNH); fortalecer as instituições do Estado de Direito do Haiti, incluindo a justiça e as prisões; e promover e proteger os direitos humanos - tudo com o objetivo de melhorar a vida cotidiana do povo haitiano.

Fonte: ONU¹⁶. Elaborado pela autora (2018).

¹⁶ Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/fr/past-peacekeeping-operations>>. Acesso em: 17 out. 2018.

3.3 SEGURANÇA HUMANA - INTERVENÇÃO INTERNACIONAL

Foram algumas as intervenções de manutenção de paz da ONU estabelecidas no Haiti. Entre essas missões, e em especial para fins deste trabalho, chama a atenção a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) chefiada pelo Brasil. Essa missão causou uma influência brasileira positiva no território haitiano. Segundo Escoto (2009), após 1º de junho de 2004, com a Resolução 1542, do Conselho de Segurança da ONU, a Força Multinacional Interina (MIF) foi substituída pela MINUSTAH. Após o governo de Jean-Bertrand Aristide deixar o país, o Conselho de Segurança da ONU submeteu um pedido de assistência, incluindo tropas internacionais, e autorizou de imediato por três meses a presença da MIF, força multinacional liderada pelos EUA, França, Canadá e Chile (ESCOTO, 2009).

Entre o período de abandono do governo vigente (Jean-Bertrand Aristide), de fevereiro a junho de 2004, as tentativas de tomada de poder foram oportunizadas aos grupos de milícias armadas ou grupos rebeldes que queriam o controle do Estado. Instituições estatais destruídas, governo enfraquecido e população sem as mínimas condições de sobrevivência facilitaram a disputa do poder. A missão pela paz no Haiti marca um período de reestabelecimento do poder ao Estado. Compreende a necessidade do desenvolvimento social e econômico do país, para que este não seja presa da guerra ou da violência.

O Brasil comandou o componente militar da MINUSTAH (2004-2017), que também contou com a participação de tropas de outros 15 países, inclusive do Equador, com seus militares estreitando relações com o Haiti (MAMED, 2018). Conforme Mamed (2018), o governo equatoriano instituiu um processo para regularizar haitianos vivendo no seu país, possibilitando o trajeto percorrido pelos haitianos a chegarem ao Brasil, como confirma a pesquisa nos trajetos informados no subcapítulo 4.2.2. Ao longo dos 13 anos de atuação das Forças Armadas do Brasil no Haiti, o país não foi doador financeiro, mas teve condições de cooperar em várias áreas, como em campanhas de vacinação, produção de etanol, coleta e processamento de lixo urbano, sistema de defesa civil, agricultura tropical, promoção e proteção de direitos humanos e sistema de voto eletrônico (ESCOTO, 2009).

De acordo com Escoto (2009, p. 5),

[...] a missão coopera no restabelecimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e à normalização do processo político. Outra

importante tarefa da MINUSTAH, pela qual o Brasil está igualmente interessado, é a retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento econômico e social do Haiti. Esta é uma oportunidade singular para assistir o povo haitiano em seu objetivo de recuperar a paz e a democracia e integrar-se produtivamente [...].

O envio de tropas dos países latino-americanos é uma característica importante da MINUSTAH, porque marca a presença destes numa área onde geralmente os EUA têm maior influência. O protagonismo político e militar dos países latino-americanos foi coordenado pelas Nações Unidas, com o auxílio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom) (ESCOTO, 2009).

De grande potencial, a MINUSTAH foi uma espécie de institucionalização regional efetiva no combate à violência e aos conflitos internos no Haiti (ESCOTO, 2009). Com voz ativa nos assuntos internacionais, o Brasil levou seu nome à mídia internacional por ter chefiado a missão de paz no Haiti, mostrando seu valor humanitário e a importância de uma política externa amistosa, podendo abrir caminhos a uma participação mais efetiva na ONU, como de principal interesse um assento permanente no Conselho de Segurança. Ao participar da missão, o Brasil treinou suas Forças Armadas e reforçou os laços militares com outras nações sul-americanas (ESCOTO, 2009).

Segundo Escoto (2009), o comandante que chefiou a Força Militar da MINUSTAH, o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, afirmou que, além de atingir um nível excelente de integração e comunhão de esforços e objetivos entre as tropas militares de alguns países do Cone Sul, foi possível perceber a cooperação e o entendimento entre esses países participantes, fatores que resultaram no fortalecimento militar no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Em duas ocasiões a população haitiana foi apoiada pela MINUSTAH. A primeira ocorreu no dia 12 de janeiro de 2010, quando um terremoto causando a morte de centenas de milhares de pessoas. Este terremoto, de 7,3 graus na escala Richter, com epicentro há apenas 25 quilômetros da capital, Porto Príncipe, deixou 1,5 milhão de desabrigados e causou a destruição da infraestrutura urbana e social do país. A segunda, em 04 de outubro de 2016, em virtude do furacão *Matthew*, ocorrido no Departamento Sul, provocou inundações e deixou centenas de mortos e milhares desabrigados. O fenômeno *Matthew* atingiu o Haiti e Cuba como um furacão de

categoria 4, em uma escala de 5, na escala de *Saffir-Simpson*, pelo Centro Nacional de Furacões dos EUA.

O terremoto deixou oficialmente em torno de 300 mil mortos e 1,5 milhão de flagelados em 2010 (MOREL, 2017). A população foi muito afetada em todos os níveis: sociocultural, psicológico, moral, econômico, político e eclesial (EUGUR, 2011). Este último, tanto pelas perdas materiais quanto pelo falecimento de pessoas, como padres, religiosos, religiosas, leigos e leigas. Vale assinalar a atuação de apoio de estrangeiros no Haiti, entre os quais a brasileira Zilda Arns Neumann (médica pediatra e fundadora da Pastoral da Criança), que faleceu vítima do terremoto. Ela estava no país a convite da Conferência dos Religiosos e Religiosas do Haiti para participar do encontro da Conferência Latinoamericana dos Religiosos no Haiti e para falar sobre a sua missão como fundadora da Pastoral da Criança (EUGUR, 2011).

Uma grande marca na postura internacional brasileira através da MINUSTAH foi acelerar a aproximação política com os países sul-americanos, abrindo mercado frente à competição internacional. Entre as intenções do Brasil nesta missão de paz esteve, implicitamente, o propósito de alcançar visibilidade política numa região de grande interesse externo político, a fim de legitimar, de certa forma, o papel como líder na América do Sul, frente a eventuais crises na região (DINIZ, 2005).

Os críticos mencionam outra questão: a possibilidade de atender interesses de países como EUA e França em troca de medidas particulares, como um pedido feito pelo então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva ao então presidente francês Jacques Chirac para que avaliasse uma proposta de flexibilização das regras do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países emergentes. Em vista disso, o governo francês teria convidado o Brasil a comandar a Missão de Força de Paz das Nações Unidas ao Haiti (DINIZ, 2005).

Enfim, mesmo

sob o manto discursivo de 'ajuda humanitária' e combate ao 'caos', a atuação militar brasileira no país caribenho, com o maior contingente na MINUSTAH, teve como motivação central as aspirações do Brasil em obter uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. (MOREL, 2017, p. 18).

De qualquer forma, a participação do Brasil foi importante, pois foi além dos interesses estratégicos brasileiros, como a ampliação da influência e a consolidação como liderança regional.

A partir de 2017, quando a MINUSTAH deixa o Haiti, não tendo conquistado avanços significativos para recuperar as instituições do Estado e nem a segurança da população, a ajuda internacional foi direcionada mais ao assistencialismo do que à promoção de programas sociais, educacionais e políticos. A MINUSTAH obteve conquistas, porém insuficientes, considerando os problemas estruturais existentes no Haiti.

Nos últimos 18 anos o Haiti teve 15 presidentes, e a ONU trouxe estabilidade política ao país. Durante a MINUSTAH, foram três presidentes eleitos pelo voto direto. Atualmente, o presidente Jovenel Moise enfrenta o desafio de restaurar a economia haitiana e reconstruir o país, que ainda se recupera do terremoto de 2010 e do furacão de 2016.

O país ainda se encontra numa situação de desolação, falta de emprego, de oportunidades de educação e com déficit habitacional. Um enorme contingente populacional deixa o país em busca de melhores condições de vida em outros países, inclusive no Brasil.

Por sinal, a vinda de haitianos ao Brasil cresceu após as catástrofes naturais terem atingido o Haiti e deixado milhares desabrigados. A pesquisa buscou esclarecer alguns pontos do processo migratório haitiano ao Brasil, em especial ao município de Palotina, no Estado do Paraná.

CAPÍTULO 4 - A PRESENÇA HAITIANA EM PALOTINA (PR)

4.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PALOTINA (PR)

Palotina é um município brasileiro do Estado do Paraná, ao Norte da mesorregião Oeste paranaense, com uma população estimada, em 2017, segundo o IBGE, de 31.366 habitantes e ocupa uma área de 647,284 quilômetros quadrados. A densidade demográfica é de 48,45 habitantes por quilômetro quadrado no território do município (IBGE-CIDADES)¹⁷. Localiza-se na Região Sul do Brasil, nas proximidades das coordenadas geográficas de latitude 24°17'02" S e de longitude 53°50'24" W. Faz limites com os municípios ao Norte, Francisco Alves e Iporã; ao Sul, Maripá e Nova Santa Rosa; ao Leste, Assis Chateaubriand; e ao Oeste, com Terra Roxa (Figura 5).

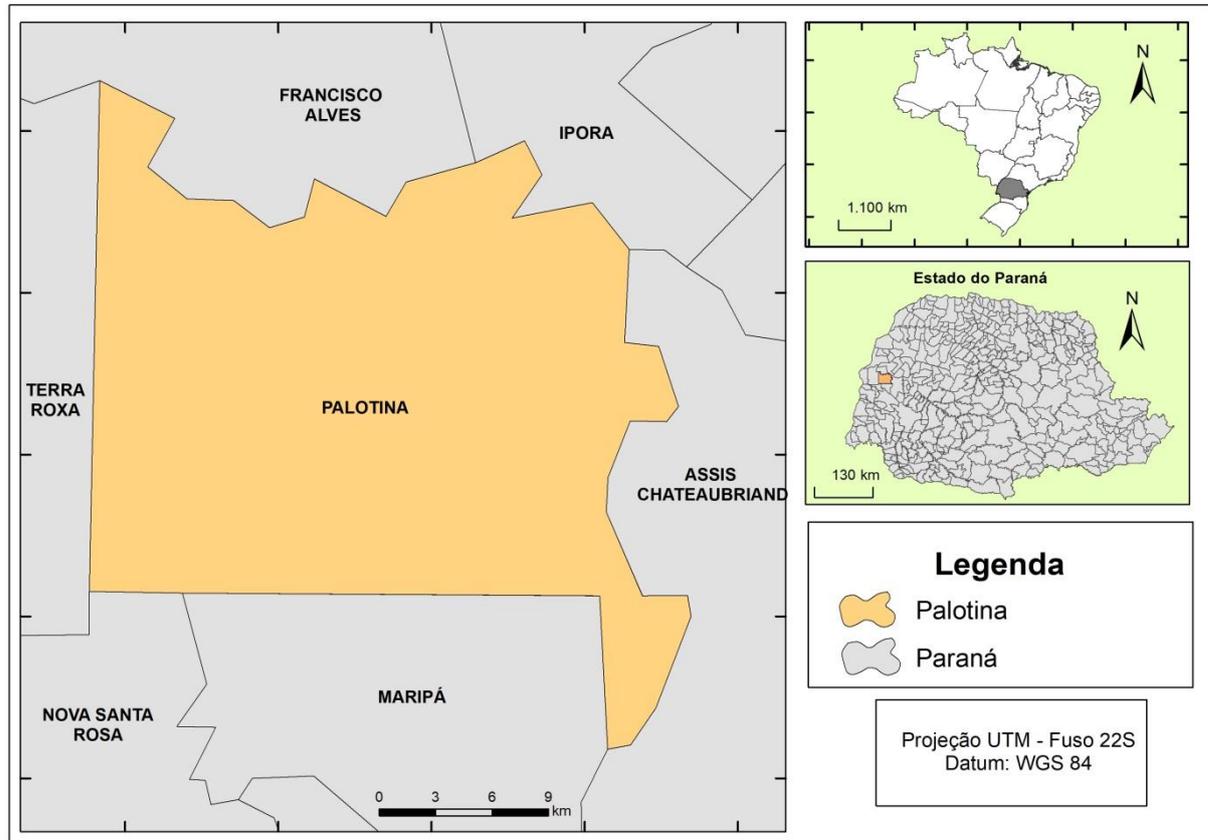
A economia é baseada na agricultura, agroindústria e prestação de serviços. É considerada uma cidade universitária por possuir um campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Conforme o PNUD Brasil (2018), no ranking de IDH de municípios brasileiros de 2010, Palotina estava com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,768, numa posição de 249º de 5.565 municípios brasileiros e, segundo o IBGE (2010), tem renda per capita anual de R\$ 53.449,03 (2015), dados que colocam o município em destaque no cenário nacional.

Em 2015, de acordo com o IBGE, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 43,9%. Numa comparação com outros municípios paranaenses, a posição ocupada por Palotina era de 10 de 399 e o salário médio mensal da população palotinese era de 2.4 salários mínimos, ocupando a posição 38 entre os 399 municípios paranaenses (IBGE-CIDADES)¹⁸. A comparação do IDH haitiano era 0,483 (2014) e o de Palotina 0,768 (2010) mostra que a posição do IDH palotinese afere melhor avanço na qualidade de vida da população, considerando características sociais, culturais e políticas.

¹⁷ Informações obtidas por meio do Banco de Dados Cidades do IBGE.

¹⁸ Informações obtidas por meio do Banco de Dados Cidades do IBGE.

Figura 5 - Localização geográfica do município de Palotina (PR).



Fonte: Patrícia Antonio de Oliveira, 2018.

No município de Palotina (PR), a colonização recente começa na década de 1950. Inicialmente o contingente populacional era constituído basicamente por trabalhadores da construção da infraestrutura, como as picadas de acesso, as estradas, além de administradores e corretores contratados pela empresa Colonizadora Pinho e Terras Ltda. (FREITAG, 2001). A empresa Colonizadora Pinho e Terras Ltda. “atraiu famílias de pequenos proprietários oriundos das antigas áreas de colonização de origem europeia [...]” (FREITAG, 2001, p. 104), preferencialmente católicos. Os migrantes descendentes de italianos e alemães vieram do Sul do país (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) em busca de novas terras para sobrevivência com o propósito de melhorar de vida, trazendo consigo seu modo de vida e seus modelos de produção, que acabaram caracterizando a área ocupada (BERNO; GREGORY; DEITOS, 2007). Aos poucos, Palotina foi se configurando territorialmente e sendo ocupada pelo modelo fundiário de pequeno produtor rural, com base no trabalho familiar e na tradição da policultura (FREITAG, 2001).

De acordo com Freitag (2001), para preservar os valores culturais dos colonos e de suas famílias, o projeto de colonização consistia em dilatar o catolicismo nessas áreas de migrações internas. A migração foi estimulada por um grupo seleto de corretores credenciados pela colonizadora, os padres Palotinos. “Os Palotinos associaram-se ao projeto colonizador da Companhia Pinho e Terra Ltda. e foram os principais incentivadores da colonização da área que compreende hoje o município de Palotina” (FREITAG, 2001, p. 116).

A Companhia Colonizadora Pinho e Terras Ltda. foi fundada em 1946, com sede no município de Céu Azul (PR), tendo como objetivo principal a compra e a venda de terras, extração, exportação e beneficiamento de madeiras (FREITAG, 2001, p. 93). O município de Palotina desmembrou-se do município de Guaíra (antiga sede social da *obrage* Companhia Matte Laranjeiras) e foi instalado oficialmente em 03 de dezembro de 1961, abrangendo uma área de terras de 25.310 alqueires (FREITAG, 2001).

À procura de novas terras, e tendo a eficiência das colonizadoras para direcionar os migrantes a essas áreas, a expansão para o Oeste paranaense se intensificou em várias frentes pioneiras, e no caso de Palotina (PR), a Frente Sudoeste. Segundo Colnaghi (1991 *apud* ALMEIDA, 2016), a Frente Sudoeste teve dois movimentos: um de ocupação espontânea e outro de colonização dirigida. Este último foi promovido por dois poderes distintos: as empresas privadas de colonização e a iniciativa oficial.

A partir de 1960 e 1970, com o desmatamento acelerado, houve no município o cultivo de hortelã, aproveitando as terras propícias, recém-desmatadas. À época, a hortelã era o principal produto agrícola. Naquelas décadas foi intensa a migração de trabalhadores para as plantações, vindos de Estados nordestinos, como Bahia, Alagoas e Pernambuco, e do Sudeste, como Minas Gerais (BERNO; GREGORY; DEITOS, 2007). Para Freitag (2001, p. 105), “nesse período, um contingente populacional predominantemente de mineiros migrou para a região em decorrência de procura de mão de obra, que foi um grande atrativo para essa população sem trabalho”. Freitag (2001) ressalta que esse contingente populacional migrou para a região com objetivos distintos dos colonizadores descendentes de italianos e alemães do Sul: “não procuraram a terra como proprietários, pelo contrário, eram trabalhadores sazonais que viram na região uma possibilidade de obter trabalho e sustento da

família” (FREITAG, 2001, p. 105). Na sua maioria, trabalhadores sazonais vendendo sua força de trabalho.

No subcapítulo 2.3, abordou-se que a maioria das migrações é atraída para pontos específicos, em determinados momentos da história, para vender sua força de trabalho. O movimento da população revelou os caminhos que o imigrante percorre em busca de sua sobrevivência, desempenhando funções capazes de torná-lo integrante ou não desta sociedade. As transformações socioculturais modelaram a região, com a entrada de pessoas de vários lugares brasileiros com suas diferentes culturas e hábitos.

Nos anos 1970, com a introdução da modernização no campo, o cultivo de hortelã foi substituído pelo plantio da soja, cultura essencialmente capitalista e altamente mecanizada. Os trabalhadores foram deslocados para outro lugar, dando espaço às máquinas. Em suma, desde os primeiros anos da formação do município, o território foi marcado pelas migrações oriundas de diversas partes do Brasil, seguidas das migrações campo-cidade e posteriormente para novas frentes de colonização.

Quadro 3 - Palotina: censo demográfico (1960-2000).

Anos	População urbana		População rural		População total
	Nº de habitantes	%	Nº de habitantes	%	Nº de habitantes
1960	951	27,41	2.518	72,59	3.469
1970	5.252	12,21	37.753	87,79	43.005
1991	19.700	64,16	11.005	35,84	30.705
2000	22.681	83,13	4.602	16,87	27.283
2010	24.646	85,92	4.037	14,08	28.683

Fonte: IBGE - Censos Demográficos¹⁹. Adaptado pela autora (2018).

A população palotinese na década de 1970 era de 43.005 habitantes; já no ano de 2000 diminuiu para 27.283 (Quadro 3). Os dados mostram um maior crescimento demográfico na década de 1970, devido à utilização da mão de obra no cultivo de hortelã, e a posterior queda do número de habitantes na área rural decorrente da saída de pessoas pela introdução das máquinas, ou seja, de 87,79% da população no campo para 35,84%. O êxodo rural foi intenso a partir da década de

¹⁹ Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_martin_luis_berno.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

1970. Muitas pessoas saíram do campo para a cidade e também buscaram outros lugares fora de Palotina para sobreviver.

No último censo do IBGE (2010) Palotina (PR) apresentou uma população de 28.683 pessoas, com 85,92% dela vivendo na cidade. A projeção para 2030, conforme o Ipardes (2011), é de que o município alcançará 33.738 habitantes. Nesse aumento populacional é considerada a taxa de natalidade em 14,56% (IBGE-CIDADES) e a prosperidade econômica local, que vem atraindo migrantes de diversas partes do Brasil e de outros países, como mostra a reportagem do Jornal O Paraná²⁰, na qual Palotina é apresentada como um importante município brasileiro na geração de emprego com carteira assinada no Oeste Paranaense.

O que acarreta o aumento de carteira assinada na região é a leva de pessoas (estrangeiros ou não) que buscam empregos em municípios oestinos, uma vez que muitos deles abrigam as principais indústrias processadoras de carnes do país, como é o caso de Palotina, com a C.Vale. A empresa é responsável por grande parte dos empregos gerados com carteira de trabalho assinada no município, como mostra a reportagem anteriormente citada. No subcapítulo 4.6.1 será feita abordagem sobre a cooperativa agroindustrial, que emprega cerca de oito mil funcionários²¹, equivalente a 25,50% da população total de Palotina, estimada em 31.366 habitantes em 2017 (IBGE-CIDADES). Contudo, vale lembrar que os funcionários não são circunscritos apenas ao município de Palotina. Cidades próximas também fornecem mão de obra para esta empresa.

4.2 O PERFIL DOS IMIGRANTES HAITIANOS EM PALOTINA (PR)

As inúmeras diásporas haitianas marcam a história do Haiti. Ainda que um haitiano não migre, é comum em sua família, vizinhos ou amigos ter alguém vivendo fora de seu país de origem.

Como têm demonstrado pesquisas brasileiras sobre a imigração haitiana, o conjunto dos imigrantes haitianos que entrou no Brasil no período entre 2010 e 2016 soma 80.998 pessoas. Desses, 56.475 são do sexo masculino, 69,70% do total. As

²⁰ Empregos: Três das cidades que mais geram vagas são do Oeste. Disponível em: <<https://www.oparana.com.br/noticia/empregos-tres-das-cidades-que-mais-geram-vagas-sao-do-oeste>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

²¹ Disponível em: <http://www.cvale.com.br/nossa_empresa.html>. Acesso em: 18 out. 2018.

mulheres haitianas, num grupo de 24.523, equivalem a 30,27% do total (CAVALCANTI et al., 2017) (Quadro 4).

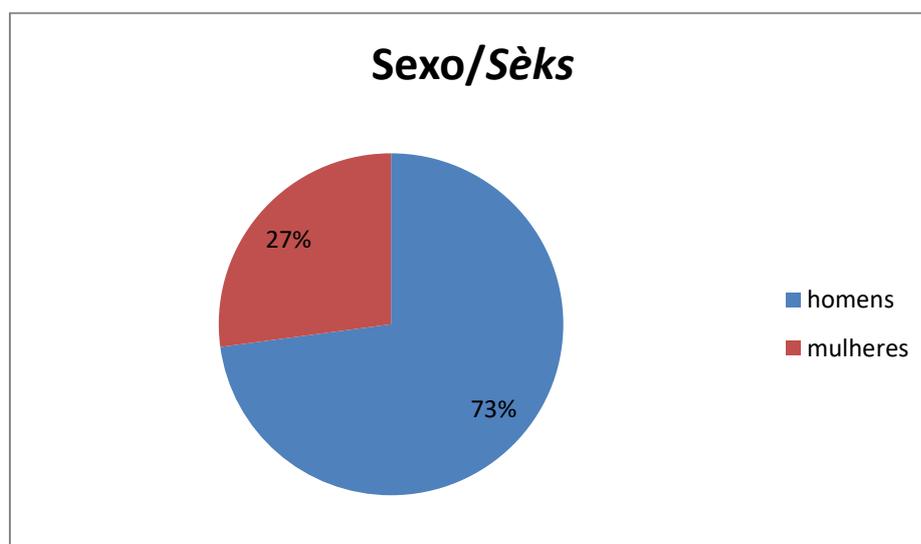
Quadro 4 - Número total de haitianos considerados imigrantes, por sexo, Brasil, 2010-2016.

País	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Rep. do Haiti	80.998	56.475	24.523

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), 2017.

Na presente pesquisa, referente ao município de Palotina (PR), o número de entrevistados foi de 59, sendo 43 homens (73% do total) e 16 mulheres (27%) (Gráfico 1).

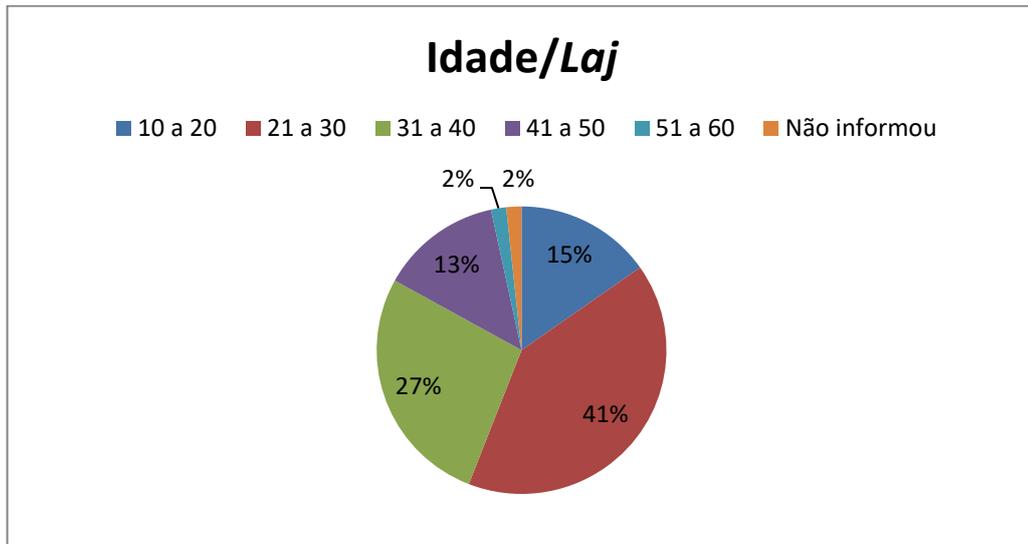
Gráfico 1 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o sexo.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

No gráfico 2, que aponta a distribuição etária dos entrevistados, verifica-se que os maiores grupos de imigrantes haitianos, independentes do sexo, no momento da pesquisa pertencem à faixa etária de 21 a 30 anos (41%) e de 31 a 40 anos (27%), mostrando uma população adulta e ativa (68%).

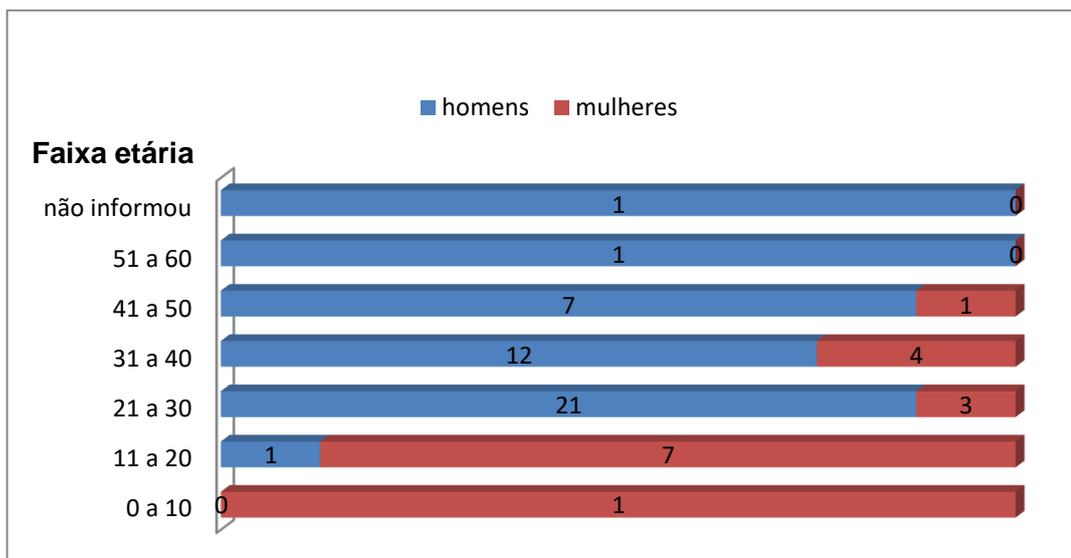
Gráfico 2 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo a faixa etária.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

No que diz respeito às mulheres, observa-se no gráfico 3 que estas apresentam a estrutura etária mais jovem (até 20 anos). Dos nove imigrantes haitianos entrevistados, oito são mulheres. Outro dado que chama a atenção é que entre as faixas etárias de 21 e 60 anos a maioria é homem, equivalendo a 41 imigrantes do sexo masculino e oito do sexo feminino num grupo de 59 entrevistados.

Gráfico 3 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o sexo e a faixa etária.

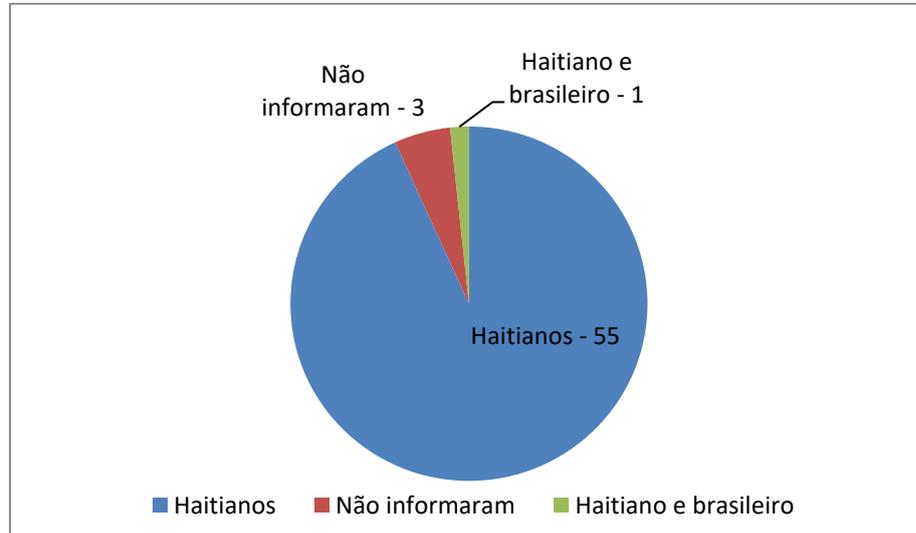


Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

No gráfico 4 destaca-se a nacionalidade do grupo, visto que, embora o objeto de pesquisa era a nacionalidade haitiana, foi encontrado um haitiano que já tem

nacionalidade brasileira, inclusive o primeiro no Estado do Paraná; três imigrantes não informaram a nacionalidade e 55 são haitianos.

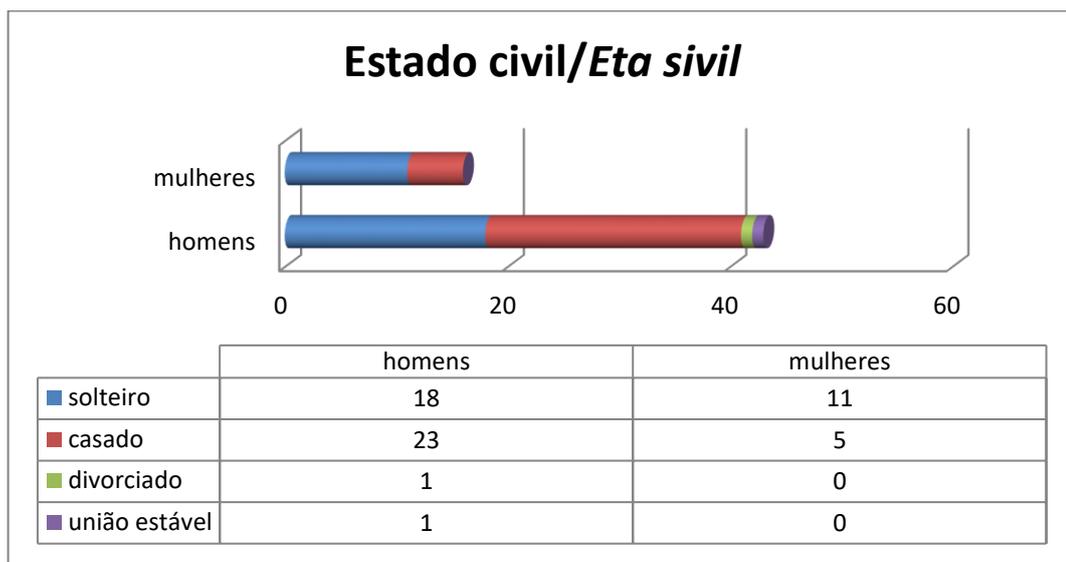
Gráfico 4 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo a nacionalidade.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

Em seguida, analisa-se o estado civil dos entrevistados segundo o sexo, sendo que 23 homens se declararam casados, assim como cinco mulheres, enquanto 18 homens e 11 mulheres são solteiros (Gráfico 5).

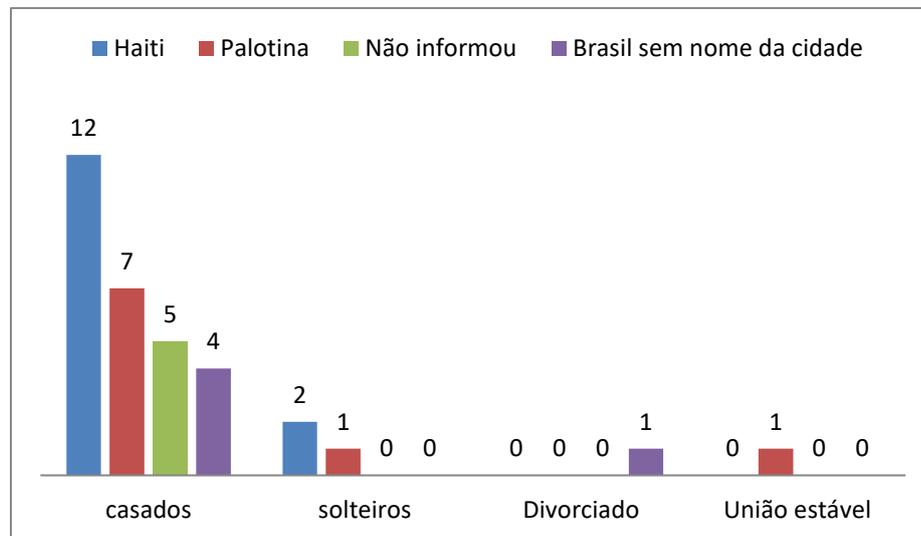
Gráfico 5 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o estado civil, conforme o sexo.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

No gráfico 6, indica-se o local onde moram os cônjuges, no grupo dos 28 casados há 12 haitianos que alegaram que seus parceiros estão no Haiti e apenas sete estão com seus cônjuges em Palotina. Desses, duas são mulheres. Assim, confirma-se que a migração haitiana é na sua maioria masculina e que muitos são homens casados que migraram sem suas companheiras. Ainda no gráfico 6, algo interessante foi apresentado, haitianos que informaram serem solteiros ou divorciados responderam possuírem cônjuges.

Gráfico 6 – Entrevista: Local onde mora o cônjuge do entrevistado.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

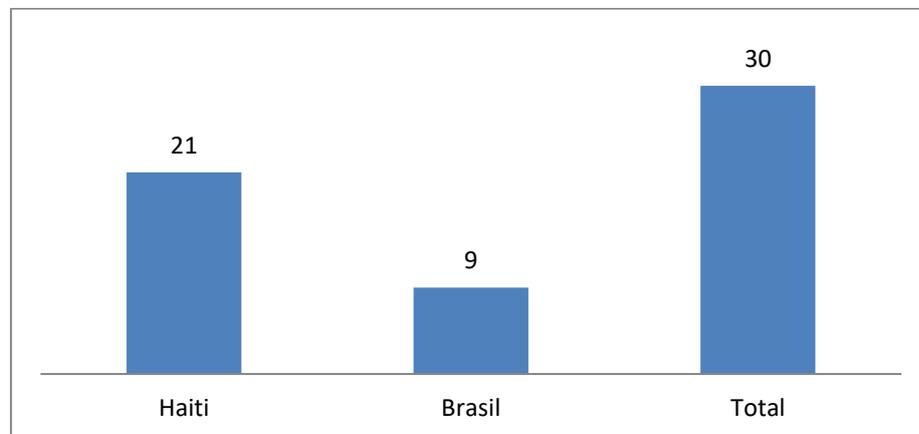
A maioria dos entrevistados são homens, fato que evidencia a confirmação de como o modo de vida haitiano direciona os mesmos a migrarem à procura de sobrevivência, já que são eles que devem prover o lar, enquanto as mulheres ficam responsáveis pelo funcionamento do lar, mesmo estando em outro país, distante de seus cônjuges, evidentemente pelo fato de que a sociedade haitiana é patriarcal (ARAÚJO, 2015b).

Algumas esposas com seus filhos esperam que seus maridos retornem para buscá-las, mas quando isso não acontece, muitas refazem a vida com outros parceiros. De acordo com os sociólogos haitianos Desrosiers e Seguy (2011 apud ARAÚJO, 2015b), os haitianos criaram o conceito de “monogamia em série”, que se refere ao ciclo de relações conjugais monogâmicas estabelecidas por mulheres que são abandonadas com seus filhos e buscam a estabilidade afetiva, social e econômica na figura masculina de pai/esposo. Desrosiers e Seguy (2011 apud ARAÚJO, 2015b, p. 23),

[...] afirmam que a sociedade haitiana é marcada pelo machismo e opressão contra as mulheres. Segundo estes, ter vários filhos de pais diferentes é resultado de dois fenômenos que incidem sobre as mulheres provenientes principalmente das camadas mais populares do país: 1) o abandono paterno e 2) a monogamia em série.

A “monogamia em série”, todavia, não é regra. Muitas mulheres ficam no aguardo de poderem migrar para o lugar onde estão seus maridos. Dentre os haitianos residentes em Palotina, casados ou não, os que declararam ter filhos informaram que 21 estão no Haiti e nove no Brasil (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Entrevista: Onde se encontram os filhos de haitianos que estão em Palotina (PR).



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

Dos 21 haitianos que têm seus filhos no Haiti, 17 confirmaram que os mesmos estão com a mãe (*manmanw*), três com as avós (*grann yo*) e um deles não informou com quem se encontrava seu filho. Verifica-se que a migração haitiana se caracteriza como masculina, já que a maioria dos haitianos casados migra sozinho, deixando esposa, filhos e familiares no Haiti, e numa segunda oportunidade pretende trazê-los, considerando que a situação financeira é precária, mesmo no Brasil.

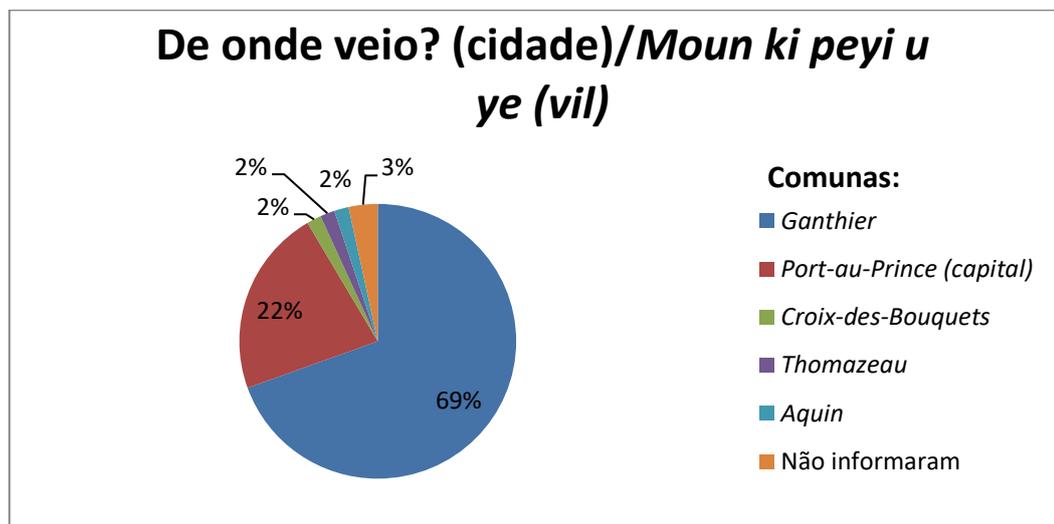
Um caso específico registrado em Palotina²² foi de um haitiano que chegou sozinho ao município em fevereiro de 2012, posteriormente vieram seus familiares (esposa e quatro filhos), e em julho de 2016 veio seu irmão casado com esposa e filhos.

No gráfico 8, mostra-se a cidade ou comuna de origem no Haiti. Observa-se que a Comuna de *Ganthier* aparece com 69%, equivalendo a 41 haitianos, e a

²² Relato da Haitiana 1. Ela estava no Haiti quando recebeu ajuda material e financeira de uma igreja palotinese (Igreja Evangélica Livre).

Comuna de *Port-au-Prince* (capital) aparece em segundo lugar, com 22%, equivalendo a 13 haitianos. As duas comunas estão localizadas no Departamento do Oeste (*Ouest*). A primeira dentro do Distrito (*Arrondissement*) de *Croix-des-Bouquets* e a segunda dentro do Distrito de *Port-au-Prince*. A Comuna de *Thomazeau* informada por um dos haitianos entrevistados também se localiza no Distrito de *Croix-des-Bouquets*, Departamento Oeste (*Ouest*). A Comuna de *Croix-des-Bouquets* foi informada por um haitiano, também no Distrito de *Croux-des-Bouquets*. Já a Comuna de *Aquin*, informada por um dos haitianos, situa-se no do Distrito de *Aquin*, sendo a única localizada no Departamento Sul (*Sud*). Dois haitianos não informaram de onde vieram.

Gráfico 8 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo a cidade haitiana de onde vieram.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

Na contemporaneidade, o Haiti está dividido em dez departamentos. São eles: *Nord-Ouest*, *Nord*, *Nord-Est*, *Artibonite*, *Centre*, *Ouest*, *Sud-Est*, *Nippes*, *Sud* e *Grande-Anse*. Com área total de 27.750 quilômetros quadrados, tem como vizinho a República Dominicana (COTINGUIBA, 2014, p. 78). Na figura 6 é apresentada a localização no mapa do Haiti com os dez departamentos.

Figura 6 - Localização geográfica da República do Haiti - divisão política



Fonte: Disponível em: <<http://www.america-mapas.com/haiti.htm>>. Acesso em: 26 set. 2018.

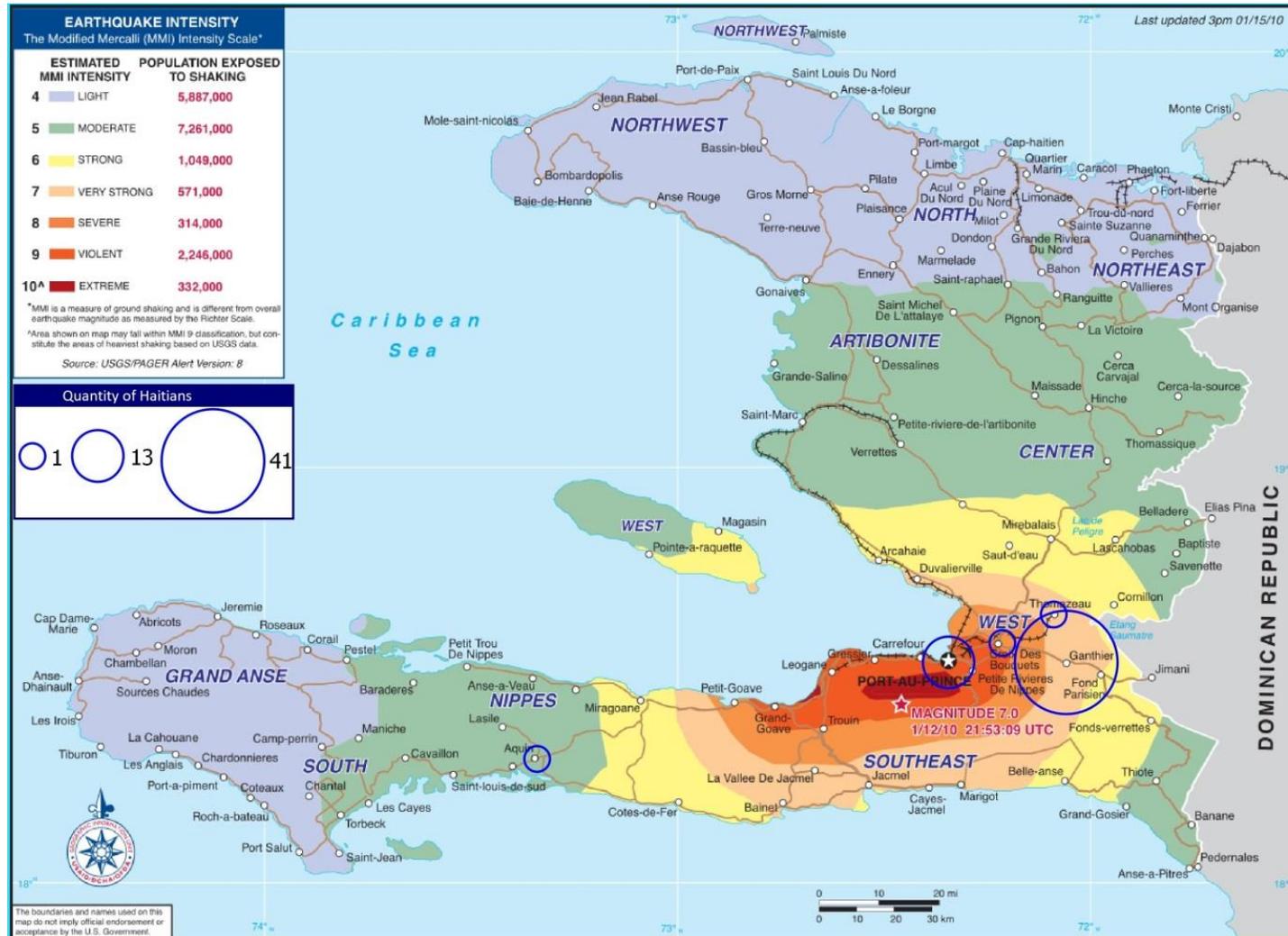
Nas figuras 6 e 7, pode-se observar as comunas de onde saíram os haitianos que estão em Palotina. A Comuna de *Ganthier* está próxima da capital Porto Príncipe, atingida em 2010 por um terremoto de intensidade muito forte (VII na escala Mercalli²³). Nesta comuna ocorreu a saída do maior número de haitianos com destino a Palotina, 41 no total, seguida da capital, Porto Príncipe, com 13 haitianos. Segundo relatos em conversas informais, alguns haitianos tiveram parentes e conhecidos vítimas do tremor na Comuna de *Ganthier*. A figura 7 mostra que por mais que os haitianos não associem sua migração ao terremoto, o resultado de migrar vem do modo de vida difícil que levavam no Haiti e que foi agravado pelo terremoto.

Em 2010 chegaram os primeiros haitianos ao Brasil pela fronteira Norte (Amazonas e Acre), e com o passar dos anos esse número aumentou. Em Palotina, foi no ano de 2012 que chegaram os primeiros haitianos, sendo cinco homens, conforme reportagem do jornal Folha de Palotina (HAITIANOS buscam..., 2012). Como já mencionado, conforme estudo feito pelo Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal e Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros, o número de haitianos que deram entrada no Brasil de 2010 a 2016 foi expressivo: 80.998 pessoas (CAVALCANTI et al., 2017) (Quadro 1).

Num estudo feito pela ONU (2017) por meio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do Mercosul construiu-se um Diagnóstico Regional sobre migração haitiana, e a quantidade estimada de migrantes haitianos no Brasil entre 2010 e 2016 foi de 67.226 no total de residências concedidas entre temporários e permanentes. Trata-se, de fato, de um número considerável.

²³ VII - Muito forte - É difícil permanecer em pé. É notado pelos condutores de automóveis. Objetos pendurados tremem. As mobílias partem. Verificam-se danos nas alvenarias de qualidade inferior (tipo D), incluindo fraturas. As chaminés fracas partem ao nível das coberturas. Queda de reboco, tijolos soltos, pedras, telhas, cornijas, parapeitos soltos e ornamentos arquitetônicos. Algumas fraturas nas alvenarias de qualidade intermédia (tipo C). Ondas nos tanques. Água turva com lodo. Pequenos desmoronamentos e abatimentos ao longo das margens de areia e de cascalho. Os grandes sinos tocam. Os diques de betão ou concreto armado para irrigação são danificados. Fonte: Centro de Vulcanologia da Universidade dos Açores.

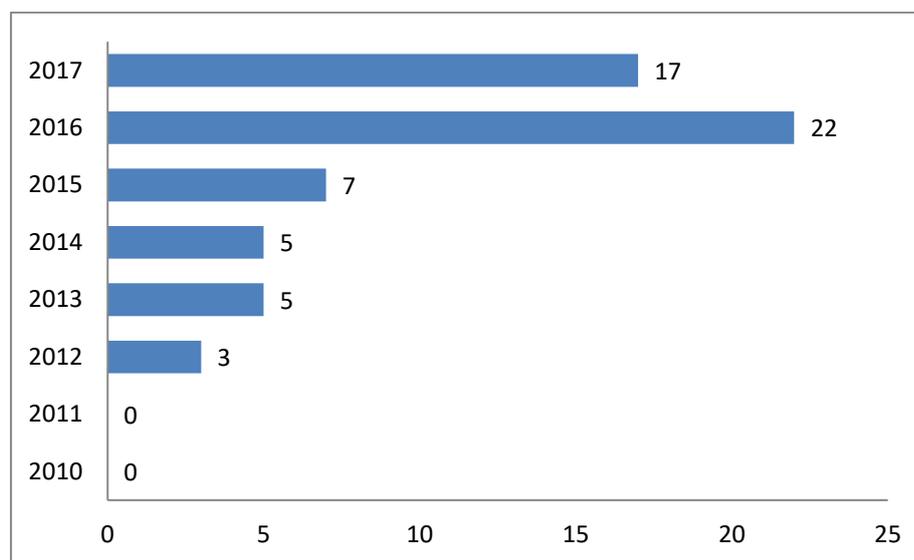
Figura 7 - Haiti - localização do epicentro do terremoto de 2010 e sua intensidade na escala de Mercalli e as comunas de onde vieram os haitianos que estão em Palotina.



Fonte: Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Terremoto_de_Hait%C3%AD_de_2010#/media/File:2010_Haiti_earthquake_USAID_intensity_map_2.svg>. Acesso em: 28 maio 2018. Adaptado de USGS/PAGER (2018).

No gráfico 9 é apresentado o ano de chegada dos haitianos entrevistados em Palotina; 2016 e 2017 foram os anos que mais cresceu a presença deles no município (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o ano da chegada ao município de Palotina (PR).



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfin (2018).

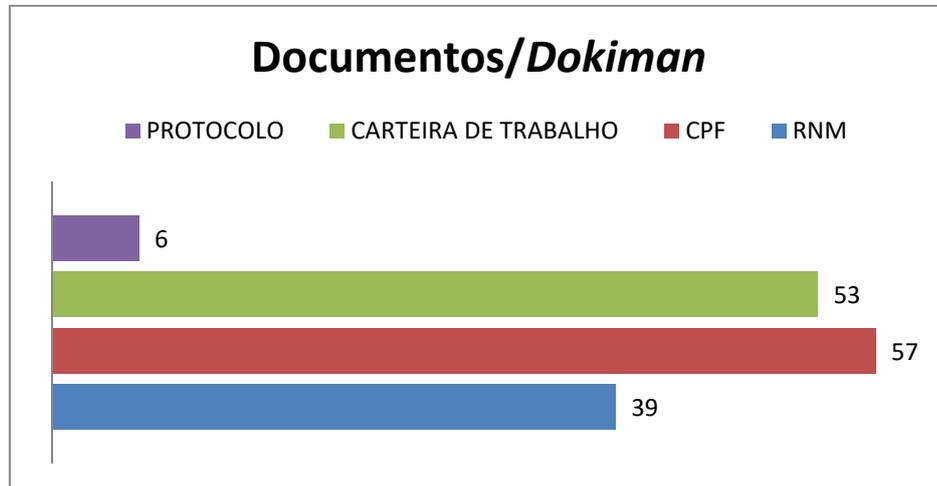
Também foram levantados os tipos de documentos que receberam ao chegarem ao Brasil, como mostra o gráfico 10. Alguns entrevistados ficaram confusos ao responder esta questão. Muitos não sabiam o que responder ou confundiam tais documentos; outros talvez até tenham outros documentos, mas não informaram. Do grupo de entrevistados, 57 imigrantes haitianos disseram ter CPF, 53 carteira de trabalho e 39 estão com RNM²⁴. O tipo de documento protocolo informado durante a entrevista equivale ao documento tirado por aqueles que entraram ilegalmente, solicitando refúgio ao Brasil. Apenas seis informaram ter ainda este documento.

O gráfico 10 classifica os documentos de acordo com os informados nas respostas do questionário. O RNM é o registro que equivale à entrada do estrangeiro no território nacional, mas nem todos possuem este documento. Sem o RNM, o haitiano que vive no Brasil não tem acesso aos serviços públicos básicos. Portanto,

²⁴ A nova lei de Migração (13.445/2017), conforme Art. 117, modifica a atual nomenclatura do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), que passa a ser denominado Registro Nacional Migratório (RNM). E segundo a nova lei, o prazo para se registrar legalmente no Brasil é de 90 dias contados a partir da data de ingresso no território nacional. Na pesquisa será usado o RNM.

segundo informações da PF, todos precisam do RNM. No caso dos haitianos de Palotina, muitos ainda não o encaminharam, conforme comprovado nas entrevistas.

Gráfico 10 – Entrevista: Documentos brasileiros adquiridos no Brasil.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

Relato do Haitiano 1 sobre a documentação tirada no Brasil:

[...] quando entra no Brasil, entra com o visto humanitário. Você tem 30 dias da data de entrada para ir à PF e tirar o protocolo, depois tem 60 dias para tirar o RNM, depois você tem direito para ir ao Ministério do Trabalho em Cascavel (PR), para dar entrada na carteira de trabalho. O CPF, quando você chegou ao Brasil com o passaporte, já consegue fazer. Todo estrangeiro que entrar com o visto humanitário faz o RNM. Quando você naturaliza como brasileiro, entra com um novo processo; com o RNM, recebe outro protocolo de naturalização comum, ocorre uma análise, uma publicação e depois vai para o fórum federal, no caso Umuarama (PR), e recebe a certidão de naturalização²⁵, onde tem direito de trocar o RNM pelo RG, tira título eleitoral e se for do sexo masculino faz alistamento. Para naturalizar tem três opções: precisa estar quatro anos no Brasil ou casar com brasileiro (a) ou ter filhos no Brasil (informação verbal) (sic)²⁶.

O haitiano que relatou ser o primeiro no Paraná a se naturalizar brasileiro conseguiu a naturalização por estar morando no Brasil há mais de quatro anos. No gráfico 4 ele aparece como haitiano e brasileiro, tendo as duas nacionalidades.

Segundo o Ministério da Justiça, ao haitiano e ao apátrida²⁷ - beneficiários do visto humanitário concedido na Embaixada Brasileira em Porto Príncipe - que tenham residido no Haiti e chegado ao Brasil até 09 de abril de 2018 é garantida a autorização

²⁵ A lei 13.445/2017 traz várias regras para naturalização, ler Seção II - Das condições de naturalização.

²⁶ Informações obtidas por meio de conversa informal no dia 13 de abril de 2018.

²⁷ Que ou aquele(a) que perdeu a nacionalidade de origem e não adquiriu outra; sem pátria (FERREIRA, 1999).

de residência para fins de acolhida humanitária e a possibilidade de livre exercício de atividade laboral no Brasil. O visto humanitário

[...] tem validade de dois anos e permite a moradia e o trabalho no Brasil. Para finalizar o processo e ter acesso aos direitos, os haitianos precisam comparecer à Polícia Federal em 30 dias e apresentar uma série de documentos, como de viagem ou oficial de identidade, duas fotos 3x4 e certidão de nascimento. A ação é classificada como acolhida humanitária (BRASIL, 2018).

O visto humanitário poderá ser concedido em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, conforme o Ministério da Justiça. O visto legaliza a situação de haitianos que viviam com protocolo de solicitação de refúgio e permite a retirada de documentos definitivos, através dos quais é possível, por exemplo, abrir conta bancária ou alugar imóveis, permitindo a moradia e o trabalho no Brasil (BRASIL, 2018).

4.2.1 A importância da língua *créole*

A língua *créole* foi e é um dos fatores mais importantes na identidade nacional no Haiti desde sua independência. A língua serviu para unificar os escravos. Originou-se do idioma francês, simplificado ao máximo, com ligeiras variantes. Com o passar dos anos, desenvolveu uma estrutura própria e autêntica, completamente diferente do francês (GRONDIN, 1985). Foi a língua dos escravos e hoje é a da maioria dos cidadãos haitianos. Como relevante base cultural de uma população e alicerce da identidade cultural e nacional do Haiti, o *créole* deixa de ser somente uma língua para demarcar a identidade dos próprios haitianos. De acordo com Grondin (1985, p. 77),

[...] grupos, movimentos e certas instituições já captaram o alto valor do *créole*, língua da massa, como instrumento de desenvolvimento. Superando as diferenças de credo religioso, de tendência política ou de rivalidades regionais, o *créole* se revela como um dos maiores elementos de unidade e de identidade, capaz de mobilizar as massas para seu desenvolvimento e sua libertação.

O *créole* é a forma de comunicação e de expressão cultural mais relevante no Haiti. Tal fato foi confirmado nesta pesquisa, visto que todos os entrevistados falavam e escreviam o *créole*, diferente do francês, língua que alguns não falavam, escreviam

ou entendiam, muito embora essa seja um dos idiomas oficiais do Haiti, juntamente com o *créole* haitiano.

O *créole* foi reconhecido como língua oficial no Haiti desde a Constituição de 1987, enquanto o francês é uma imposição do grupo dominante e dos antigos colonizadores, sendo exclusivo e oficial desde a independência de 1804 e considerado uma língua de elite, o que também é enfatizado por Araújo (2015b, p. 22):

O crioulo é a língua do lar, sendo o francês a língua dos ambientes institucionais, como escolas, bancos e órgãos governamentais; deste modo, todos falam o crioulo, pois aprendem em casa, mas nem todos possuem o domínio do francês, por não circularem nos ambientes institucionais.

Os nomes dos haitianos entrevistados foram preservados na pesquisa, razão pela qual foram usados números para identificá-los. Uma jovem haitiana será chamada de Haitiana 1. A Haitiana 1 veio ao Brasil ainda jovem, fator que facilitou sua adaptação, assim como acontece com todos os que chegam jovens e crianças. Quando chegou a Palotina (PR), falava francês e *créole* haitiano. No município, estudou inglês e português. Atualmente, é professora voluntária na escola de idiomas para os haitianos que residem em Palotina.

A língua passou a ser um recurso trabalhado e explorado junto aos entrevistados. Como destaca Raffestin (1993), a língua é um recurso, um trunfo, e por consequência está no centro de relações e consequentemente marcada pelo poder. Evidentemente, verificou-se que o poder naquele momento estava com os entrevistados. Ao observar o grupo, foi possível perceber que os haitianos comentavam entre si o questionário em *créole*, passando a impressão que era justamente para a pesquisadora não saber o que falavam. No decorrer das conversas e esclarecimentos, mesmos os haitianos que falavam razoavelmente o português, por vezes faziam de conta que não sabiam o que havia sido perguntado, demonstrando desentendimento com a língua ou até mesmo desinteresse ou negação em responder o que lhes era pedido, sem deixar transparecer os reais motivos de tal atitude. A maioria respondia tranquilamente, já outros se negavam a responder, principalmente os haitianos do sexo feminino.

Raffestin (1993) chama a atenção para o fato de que o grupo dominante que impõe seu modo de produção impõe também sua linguagem, pois a língua também é trabalho. O poder estabelecido através da cultura predominante determina uma

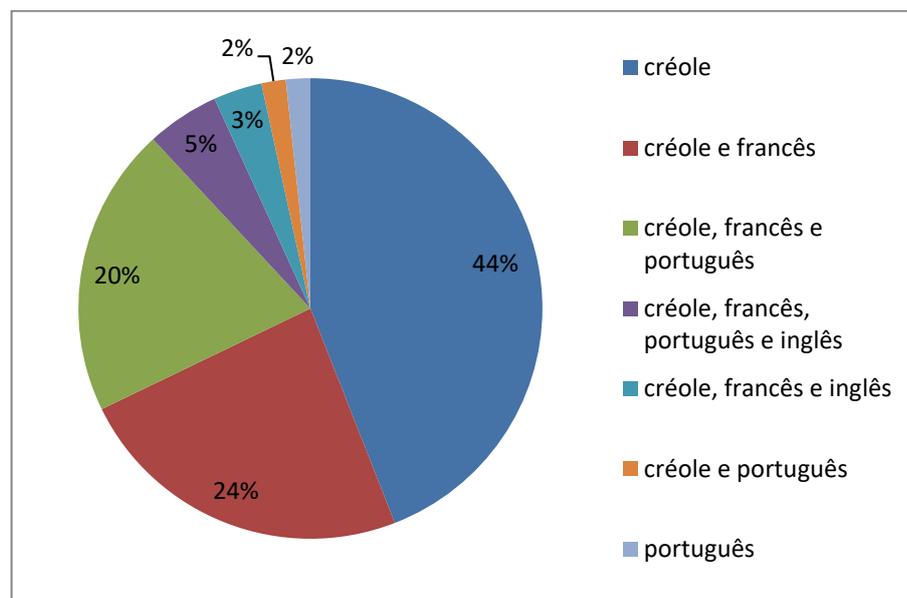
imposição do grupo minoritário a se adaptar à nova linguagem, à necessidade de falar o português nos empregos.

Haitianas desempregadas que não falavam o português relataram à professora Haitiana 1 que por não falarem a língua nativa acabavam não arrumando emprego, mesmo em trabalhos de faxinas. A dificuldade imposta em falar a língua nativa do país que lhes recebeu passa a ser resultado cultural, pois elas sempre foram submetidas ao trabalho de casa e não a ganhar dinheiro trabalhando fora de casa.

No Haiti, como a educação é paga, os meninos têm prioridade para ir à escola, enquanto as meninas ficam defasadas na educação, já que não lhes é proporcionado frequentar as séries iniciais, o que resulta em não aprendizado, por muitas, da língua francesa; elas aprendem somente o *créole* haitiano em casa. Então, o papel da mulher acaba sendo da arrumação da casa e do cuidado com os filhos. Por essa razão, tais mulheres migrantes sentem dificuldade para se adaptar a trabalhos fora de casa, como também em relação à necessidade de terem que falar outro idioma.

Sobre a língua usada pelos entrevistados, a distribuição demonstrada no gráfico 11 indica que 98% deles têm o *créole* como língua nativa. Destes, 54% falam outras línguas e 44% usam somente a língua *créole*. Já quanto à língua nativa brasileira o percentual é de 2% dos entrevistados, que equivale a uma haitiana de dez anos. Isso se deve ao fato dela ter chegado pequena no Brasil, o que fez que com não falasse e nem escrevesse o *créole*.

Gráfico 11 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo as línguas nativas.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

4.2.2 O trajeto

O trajeto percorrido pelos haitianos até chegarem ao Brasil foi variado. Com rotas flexíveis, acomodavam-se às circunstâncias do momento, adotando ou excluindo a passagem por países ou cidades em razão das melhores condições de mobilidade. Na figura 8, elaborada conforme a pesquisa feita com os haitianos de Palotina, observa-se que dos 59 haitianos entrevistados, 53 saíram do Haiti com destino ao Panamá. Apenas um haitiano teve como destino a Guiana Francesa e cinco não informaram suas rotas. Dos 53 haitianos que deixaram o Panamá, 38 (71,69%) usaram o trajeto Haiti-Panamá-São Paulo. Desses, 32 haitianos (60,37%) viajaram via aérea até São Paulo e via terrestre até Palotina. Vale lembrar que os haitianos que entraram via área no Brasil portavam o visto humanitário retirado na Embaixada Brasileira na capital haitiana, Porto Príncipe. Os demais trajetos, de 15 haitianos (28,30%) que partiram via aérea do Panamá, foram diversos. O destaque desse grupo foi de seis haitianos até Belo Horizonte. Cinco haitianos (8,47%) passaram primeiramente pelo município de Toledo (PR) para depois chegarem em Palotina. Toledo (PR) é um município que também recebe muitos haitianos para trabalhar nos frigoríficos da cidade.

Inúmeros foram os outros trajetos percorridos individualmente, apresentados na figura 8, com rotas já conhecidas, que incluem a chegada por via aérea do Panamá ao Equador de cinco haitianos (9,43%). Desses, três seguindo via terrestre em direção ao Brasil e entrando por Assis Brasil (AC) e dois por Brasileia (AC). Um haitiano percorreu de Quito, no Peru, a Tabatinga (AM). As rotas percorridas via Equador ou Peru foram feitas pelos primeiros imigrantes haitianos que chegaram a Palotina, entre os anos de 2012 e 2013, devido à dificuldade de receber visto humanitário na Embaixada Brasileira na capital do Haiti, Porto Príncipe, para entrada no Brasil, pois eram concedidos 100 por mês, durante o ano, conforme o Art. 2, parágrafo único da Resolução Normativa nº 97/2012.

Figura 8 - Mapa das principais rotas migratórias de haitianos para Palotina (2010-2018).



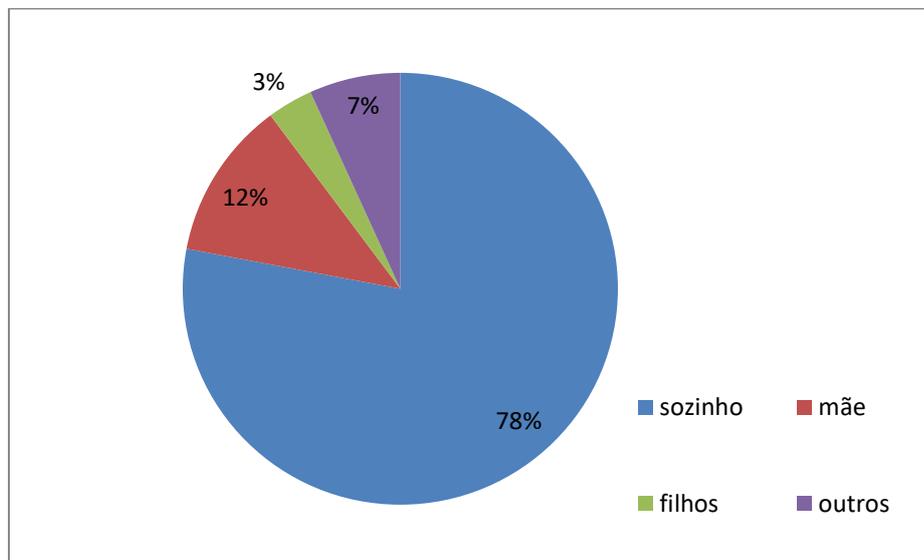
Fonte: Bruno Aparecido da Silva, 2018.

Mamed (2018) explica que os primeiros haitianos que chegaram a Palotina via aérea pelo Equador e via terrestre entrando pelo Norte do Brasil escolheram a rota

pela facilidade de entrar no Equador. A Constituição de 2007 permite a entrada de estrangeiros, por 90 dias, sem cobrança de visto e comprovação de condição econômica, não sendo um país adequado para fixar moradia devido às condições socioeconômicas frágeis e de trabalho escasso e precário. Em vista disso, é “porta de entrada” para os países da América do Sul (MAMED, 2018). Em 2010, o Equador não exigia visto para a entrada de haitianos, no caso de viagem de turismo; em 2013, houve uma tentativa de restringir o acesso deles, mas a medida não foi implementada (MAMED, 2018)²⁸. Contudo, houve redução na entrada de haitianos via área pelo Equador pela fronteira Norte do Brasil, conforme constatado na presente pesquisa, tendo muitos voos diretos do Panamá até São Paulo.

O trajeto até ao Brasil, segundo os entrevistados (Gráfico 12), na sua maioria, foi realizado sozinho (*umenm sèlman*), num total de 78%. Do restante, 12% responderam terem vindo na companhia da mãe (*manmanw*) e 10% com filhos (*pitit*) ou outros (*lót*).

Gráfico 12 – Entrevista: Com quem veio ao Brasil?



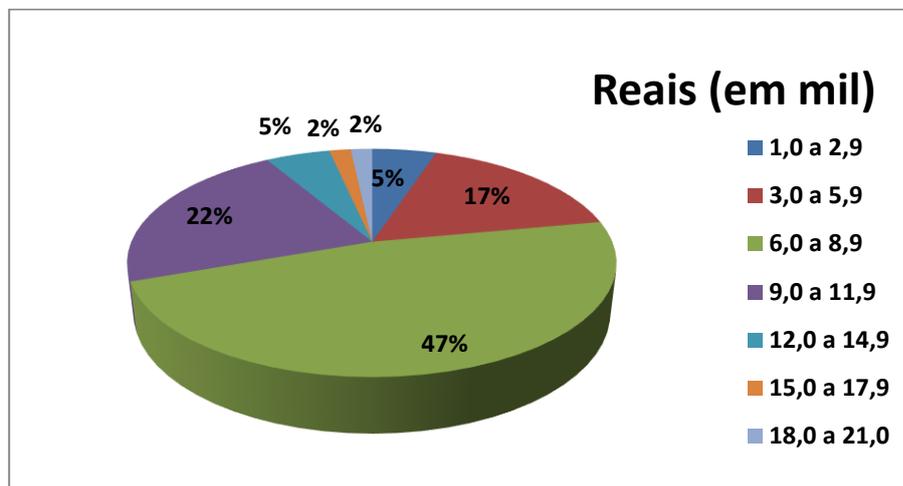
Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

No gráfico 13 é apresentada a despesa na moeda brasileira (real) referente ao trajeto feito do Haiti até Palotina, num total de 59 haitianos. Todos responderam quanto gastaram em seu trajeto. Em média, o valor gasto individualmente foi de R\$ 6

²⁸ Argentina, Chile e Peru não exigiam visto para a entrada de haitianos. Chile e Argentina liberam a entrada após autorização do oficial de imigração. Já o Peru, no ano de 2012, passou a exigir o visto de entrada (MAMED, 2018).

mil a R\$ 8,9 mil, conforme relataram 28 haitianos (47%), dentre os quais a maioria fez a rota Haiti-Panamá-São Paulo-Palotina; já 14 (22%) gastaram de R\$ 9 mil a R\$ 11,9 mil. Desses, dois haitianos seguiram via área até São Paulo e quatro haitianos via área até Belo Horizonte, os demais fizeram diversas rotas diferentes. Outros dez haitianos (17%) gastaram de R\$ 3 mil a R\$ 5,9 mil e os demais gastaram dependendo do trajeto da viagem. Um haitiano, por exemplo, gastou R\$ 10 mil percorrendo Haiti-Panamá-Ecuador-Acre-Pato Branco-São Paulo-Palotina; outro investiu R\$ 15 mil para fazer o trajeto Haiti-Guiana Francesa-Suriname-Guiana- Manaus-São Paulo-Santa Catarina até chegar em Palotina e outro desembolsou R\$ 20 mil para percorrer a rota Haiti-Panamá-Ecuador-Acre-São Paulo-Santa Catarina-Palotina.

Gráfico 13 – Entrevista: Gastos com a viagem ao Brasil.



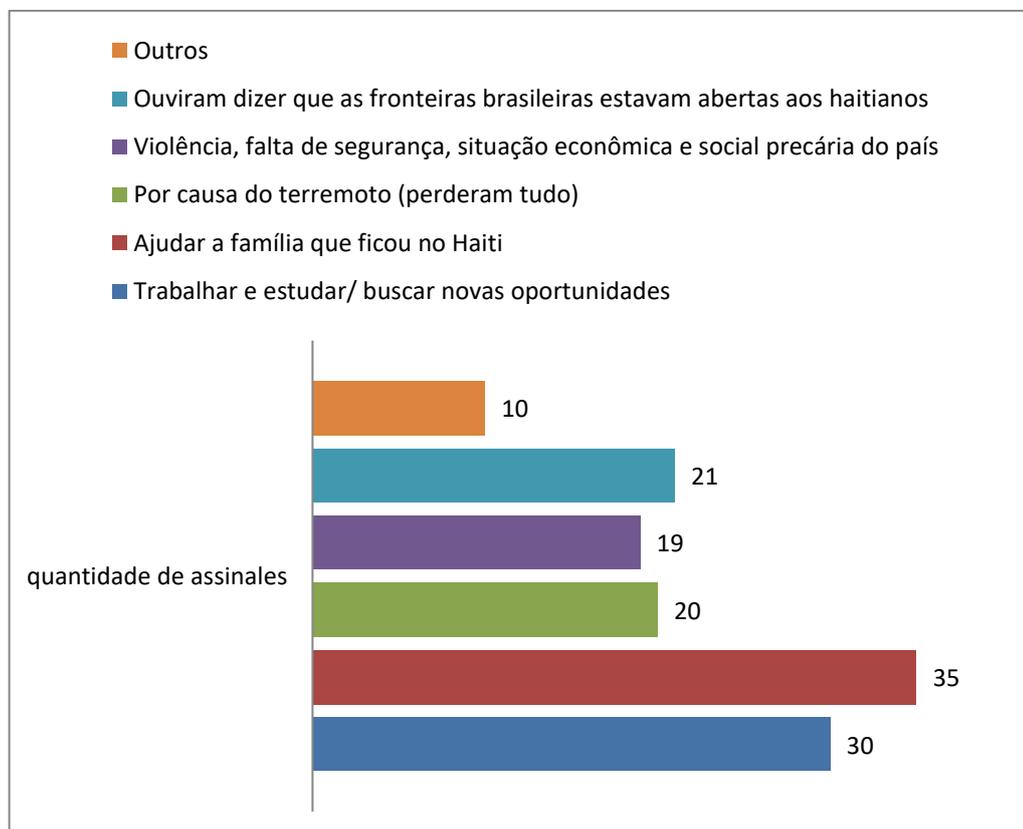
Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

O fato de o Brasil ter sido um dos principais destinos dos haitianos nos últimos anos não pode ser atribuído ao acaso, principalmente levando em consideração a MINUSTAH, encabeçada pela ONU e liderada pelo Brasil, e a Copa do Mundo de 2014 ocorrida no país. Pela influente presença e sensação de segurança das forças armadas da MINUSTAH, a boa relação entre os governos da época, aliada ao momento de progresso econômico que o Brasil estava passando e às obras para a Copa do Mundo, pode ser sido imprescindível à intenção do haitiano em imigrar para o Brasil. Além disso, não se pode reduzir os motivos decorrentes das catástrofes naturais lá causadas, como o terremoto ocorrido em 2010, ainda que possa ser um aspecto significativo para o estudo, pois o impacto do terremoto não atingiu o país

como um todo, nem com a mesma intensidade. Diversos outros motivos levaram os haitianos a migrar, como fatores sociais, econômicos e políticos.

Pela pesquisa busca-se identificar os motivos, especificados na entrevista (Apêndice A) (Gráfico 14). Os entrevistados ficaram livres para assinalar várias opções do Apêndice A. Entre as justificativas, a opção “ajudar a família que ficou no Haiti” foi a mais marcada, com respostas 35 assinaladas; em seguida aparece a opção “trabalhar e estudar/buscar novas oportunidades”, com 30. Estas questões são justamente as opções que avaliam a força de trabalho como sendo o maior interesse do entrevistado. É comum os haitianos que moram no Brasil enviar remessas de valores aos familiares que estão no Haiti, o que comprova a importância de se trabalhar para conseguir dinheiro. Na entrevista, mesmo com opções sugeridas, o entrevistado era livre para assinalar e apontar outros motivos, caso tivesse. Chamou atenção entre os entrevistados que nenhum motivo assinalado teve relação com as oportunidades que a Copa do Mundo, sediada no Brasil em 2014, trouxera motivação, ao contrário do que revelam muitos artigos sobre imigração haitiana no Brasil, os quais apontam o evento futebolístico como motivação constante para imigração.

Gráfico 14 – Entrevista: Motivos por ter deixado o Haiti.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

Quando questionados se migrar ao Brasil estava de acordo com que desejavam, dos 59 entrevistados, 49% responderam que “não” (Gráfico 15). Aqueles que desejam permanecer no Brasil estão ligados à família, com 35 respostas assinaladas; muitos estão sem seus familiares e pretendem trazê-los para fixar moradia no país. Seguem alguns relatos das negações de estarem no Brasil:

“Eu gostava de morar no Haiti”.
 “Porque eu ainda não estou trabalhando”.
 “Não encontro trabalho, nem casa, todas as coisas são ruins”.
 “Porque eu ainda não trouxe meu pai e minha mãe”.
 “Porque estou trabalhando, mas não tenho certeza do suficiente para ajudar as mulheres. Eu gostaria de mudar as coisas, e eu não entraria mais”.
 “Porque eu ainda não entrei com minha esposa e filho”.
 “A maioria deles tem preconceitos. Todos eles que têm pele um pouco clara diz que são brancos”.
 “Porque tenho estudo e não acho um trabalho melhor. Não reconhece o ensino médio completo no Paraná”.
 “Porque eu não estou trabalhando e não posso enviar nada para eles”.
 “As coisas são difíceis, falta de trabalho”.
 “Eu trabalho muito e recebo pouco e não corresponde aos meus gastos”.
 “Porque eu pensei que entrando no Brasil era fácil estudar numa universidade, mas é ao contrário”²⁹.

Com todos esses relatos, observa-se que o Brasil tem muito a fazer para receber bem o imigrante, e esse desconforto à procura do trabalho acaba dificultando a estadia e sua permanência na sociedade brasileira. É o caso de relato feito pelo Haitiano 1, que pensa em ir embora para a França, justificando que no Brasil é difícil para sobreviver. Este relato não é único entre os haitianos. Alguns dizem estar no país de passagem. Como atualmente é mais difícil entrar num país do Hemisfério Norte, onde as barreiras são mais restritas, como França, Canadá, Estados Unidos e os territórios do Caribe francês, acabam vindo ao Brasil para ficar por alguns anos, migrando em outra oportunidade novamente. Muitos revelam que a vontade sempre foi ir para os países mais desenvolvidos.

O *Diagnóstico regional sobre migración haitiana*, elaborado pela ONU (2017, p. 23) entre os países da União de Nações Sul-americanas (Unasul), informa que,

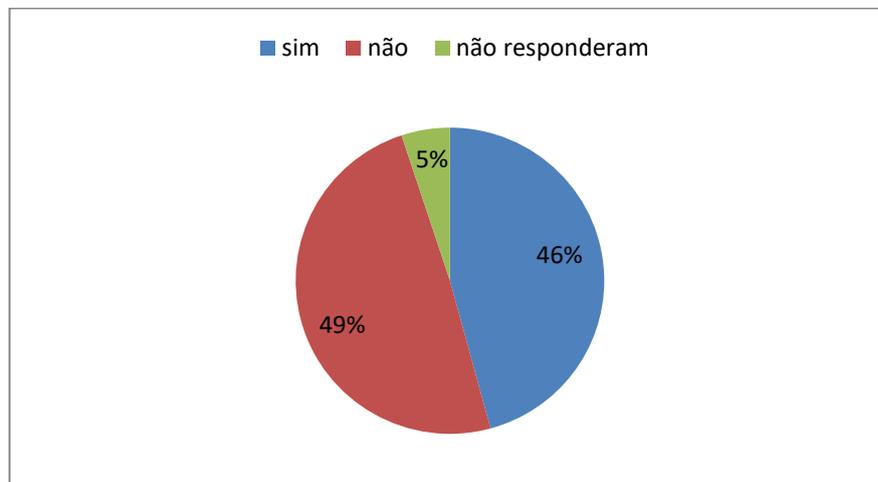
[...] actualmente ha cobrado relevancia cuantitativa y simbólica la movilidad haitiana hacia Suramérica como continuidad de la tradición diaspórica del pueblo haitiano. Dentro de ella, el mayor peso lo ha tenido Brasil como país receptor, y como actor relevante de una política de recepción, lo que hizo que la mayoría de los estudios disponibles se centraran en este país, mientras que el análisis para Chile y Argentina es aún bastante limitado.

²⁹ Informações obtidas em entrevistas semiestruturadas com os haitianos em 2018. Relatos traduzidos pela Haitiana 1.

Na mesma pergunta, 46% dos haitianos entrevistados afirmaram estar satisfeitos em morarem no Brasil, com algumas justificativas:

- “Porque eu trabalho e os meus filhos estudam”.
- “Porque eu trabalho, tenho casa e meus filhos estudam”.
- “Porque tenho tudo o que preciso, toda minha família está aqui comigo”.
- “Eu vim para o trabalho e encontrei”.
- “Porque o Haiti é muito violento”.
- “Porque tenho trabalho e eu quero porque a educação é necessária para os estrangeiros arrumarem emprego”.
- “Porque eu vim trabalhar e ajudo minha família no Haiti”.
- “Porque estou começando a me comprometer a ajudar minha família”.
- “Eu acho trabalho, eu ajudo minha família”.
- “Eu trabalho para ajudar a família”.
- “Eu vim ao Brasil para trabalhar, por falta de segurança e paz no Haiti”³⁰.

Gráfico 15 – Entrevista: Migrar ao Brasil está de acordo com o que desejava?



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

As entrevistas afirmativas demonstram a satisfação dos haitianos em ter arrumado emprego e poder ajudar a família, pois muitas delas ficaram no Haiti e dependem dessa ajuda financeira. A educação também contou como positivo para o migrante, apontada por 35 entrevistados, posto que como a educação é para todos, eles estão satisfeitos. Questões como a violência e a falta de segurança e paz no Haiti, assinaladas por 19 entrevistados, também somam para acontecer a diáspora (Gráfico 14).

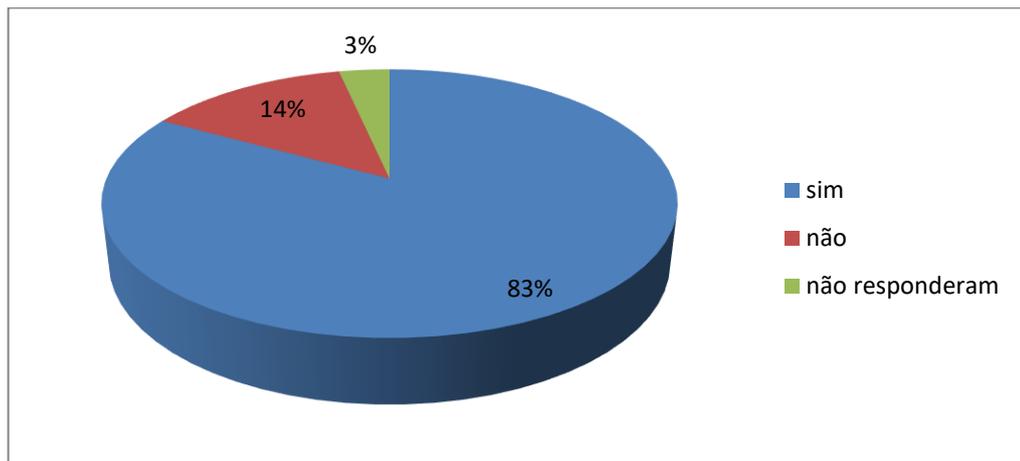
Em resumo, as respostas para essa pergunta, independente de negação ou afirmação, evidenciam a questão do trabalho entre o grupo, associada à obtenção de uma vida digna em outro país. O fato de estarem trabalhando demonstra uma relação

³⁰ Informações obtidas em entrevistas semiestruturadas com os haitianos em 2018. Relatos traduzidos pela Haitiana 1.

entre a inclusão do migrante na sociedade e a necessidade de afirmação quanto sujeito de direito.

Na indagação quanto ao destino definido, se era o município de Palotina (PR), a maioria dos haitianos respondeu que “sim”, num total de 49, equivalendo a 83% dos entrevistados. Apenas oito haitianos (14% do total) responderam que “não” (Gráfico 16). Estes justificaram que queriam residir em Santa Catarina ou São Paulo, mas nesses lugares não havia emprego. Três por cento não responderam. Quando analisado o trajeto percorrido até chegarem a Palotina (Figura 8), percebe-se que 32 dos haitianos vieram de São Paulo direto a Palotina, num total de 38. Os demais fizeram outros trajetos, às vezes mais longos ou com paradas em outras cidades brasileiras, antes de chegar a Palotina. O haitiano é atraído a Palotina devido ao emprego abundante neste município.

Gráfico 16: Entrevista: Seu destino era o município de Palotina (PR)?



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

Ao serem perguntados se gostavam de morar em Palotina, 41 haitianos responderam que “sim”, equivalendo a 70% do total dos entrevistados (Gráfico 17). E justificaram com algumas afirmações a seguir:

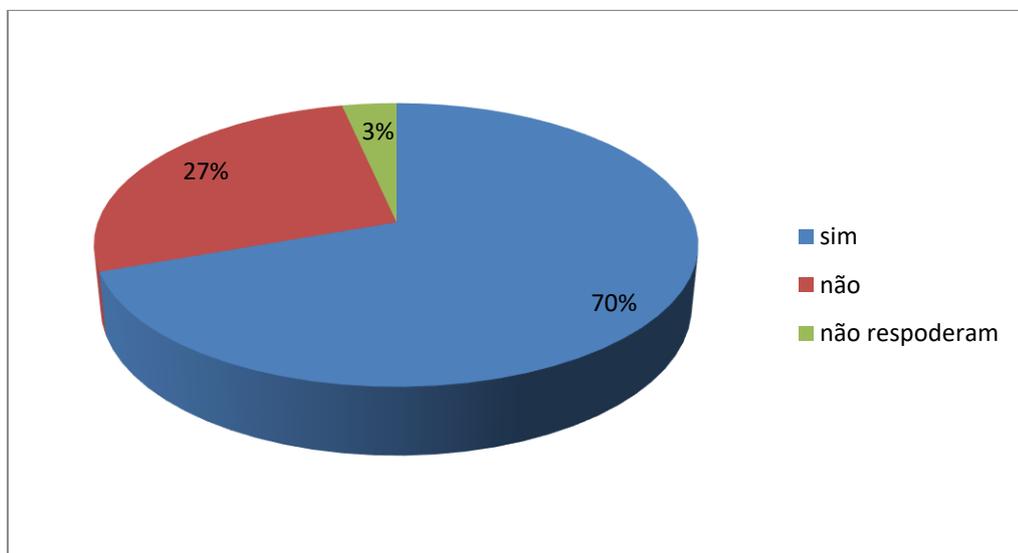
- “Conhecia pessoas que estavam nesta pequena cidade”.
- “Estou trabalhando”.
- “Aprende a linguagem”.
- “Porque é uma cidade tranquila”.
- “Porque meu pai estava aqui em Palotina, e por isso que eu queria vir pra Palotina”.
- “A cidade de Palotina é uma cidade tranquila que respeita um ao outro”.
- “Eu não tenho mais ninguém na minha cidade no Haiti”.
- “Porque me falavam sobre a cidade”.
- “Porque é tranquila, é legal”.
- “Porque é tranquila e silenciosa”.

“Porque é muito tranquila e tem serviço”.
 “Porque em Palotina acho trabalho e toda minha família é reconhecida”.
 “Eu tenho trabalho”.
 “Porque tem trabalho”.
 “Porque é uma cidade boa de morar, tem segurança, o pessoal é gente boa e gosto muito”.
 “Sim, porque eu trabalho”.
 “Sim, porque estou muito bem”.
 “Porque é aqui que estão meus conhecidos”.
 “Porque aqui tinha alguém para me receber”.
 “Porque a maioria dos brasileiros é hospitaleira e gostam de outras nações”³¹.

Entre os 16 haitianos (27% do total dos entrevistados) que responderam não gostar de morar em Palotina, alguns alegaram que:

“Não consigo exercer minha profissão de administrador”.
 “Querida São Paulo, não encontrei serviço lá”.
 “Porque a maioria deles é xenófoba”.
 “Não. Porque não consigo trabalho”.
 “Porque as coisas são muito caras aqui”.
 “Porque sofro muito preconceito”.
 “Porque estava trabalhando, me mandaram embora sem motivo”.
 “Porque não tem muito trabalho em Palotina, tem quatro meses e ainda não trabalho”.
 “Porque as coisas são muito caras em Palotina. Trabalho de pedreiro”³².

Gráfico 17 – Entrevista: Gosta de morar no município de Palotina (PR)?



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

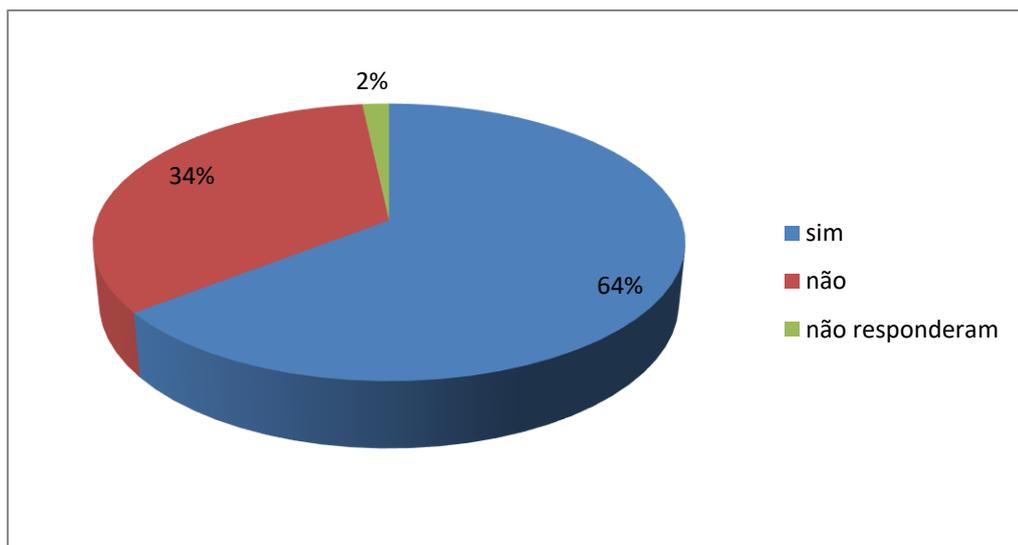
³¹ Informações obtidas em entrevistas semiestruturadas com os haitianos em 2018. Relatos traduzidos pela Haitiana 1.

³² Informações obtidas em entrevistas semiestruturadas com os haitianos em 2018. Relatos traduzidos pela Haitiana 1.

Sobre o quesito “trabalho”, os entrevistados foram questionados se já estavam trabalhando em Palotina (Gráfico 18). Dos 59 haitianos, 38 responderam estar trabalhando, equivalendo a 64% do total. Destes, 27 haitianos (71,05%) estão empregados na C.Vale³³. Neste grupo há o relato da Haitiana 2, informando ser a primeira mulher contratada pela cooperativa em questão, em março de 2014. Outros lugares de emprego foram citados, como supermercados, auxiliar de pedreiro, a cooperativa Coopavel, de Cascavel, entre outros.

Os entrevistados que responderam não estar empregados somam 20, equivalendo a 34% do total (Gráfico 18). Entre esses, oito haitianos, todos do sexo masculino, chegaram em Palotina em 2017, lembrando que as entrevistas para a pesquisa ocorreram no final deste mesmo ano. Neste grupo que respondeu “não”, destaca-se que sete são do sexo feminino e destes cinco são estudantes.

Gráfico 18 – Entrevista: Já está trabalhando?



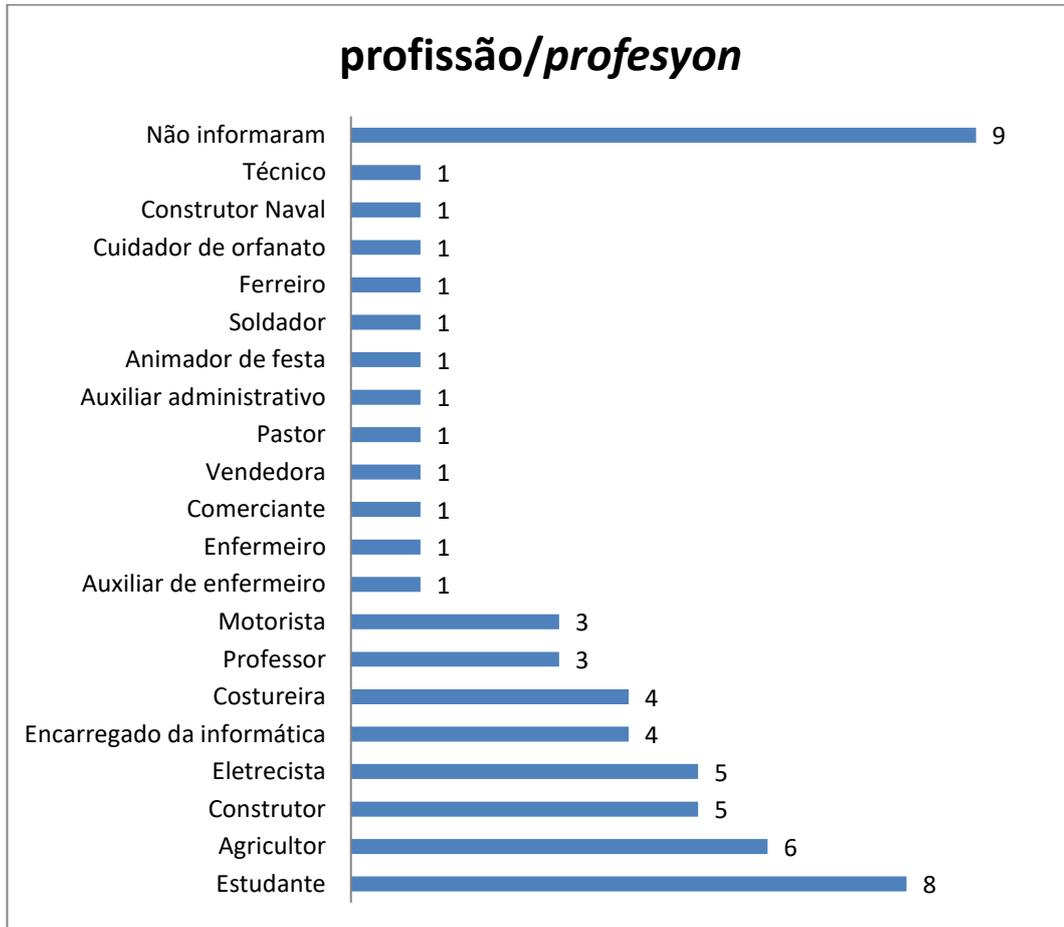
Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

4.3 O ACESSO AO TRABALHO

A presente pesquisa apresenta a ocupação que era exercida pelos haitianos que atualmente moram em Palotina antes deles terem iniciado a migração para o Brasil e nesse caso as profissões declaradas, na ampla maioria, são de baixa qualificação, não dando suporte para um bom emprego no Brasil (Gráfico 19). A profissão declarada não se apresenta como a profissão exercida no Brasil.

³³ Abordagem sobre a cooperativa agroindustrial C.Vale será feita no subcapítulo 4.6.1.

Gráfico 19 – Entrevista: Distribuição de haitianos conforme a profissão que exerciam no Haiti.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

Se observados dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2015) é possível perceber que os primeiros haitianos que entraram no Brasil, como refugiados, não atendiam ao critério do Conare e alguns acabavam sendo indeferidos, isto é, tendo o refúgio negado. Neste caso, o solicitante pode recorrer da decisão do Conare e tentar ficar em território brasileiro legalmente, seja por meio de um visto de trabalho ou permanência, casamento ou anistia, concedido eventualmente pelo governo. Há, no entanto, casos de migrantes que não conseguem obter a legalização e ficam no Brasil clandestinamente. Segundo o Conare, ao pedir refúgio no Brasil, o solicitante recebe um protocolo que permite a emissão de documentos como CPF, cartão de saúde e carteira de trabalho. Até que seu pedido seja avaliado e julgado, ele fica legalmente no Brasil, inclusive com a possibilidade de trabalhar. Diante da situação de refúgios negados, como resposta a CNIg passou a conceder visto humanitário, conforme a Resolução nº 97/2012, como já mencionado.

Desta forma, o visto humanitário flexibilizou a concessão da documentação brasileira aos dos imigrantes, em especial a carteira de trabalho.

Os imigrantes recebem carteira de trabalho quando passam pela Polícia Federal, depois de receberem o visto humanitário. Relato do Haitiano 2, em conversa informal, aponta que

[...] primeiramente, a gente passa lá no correio pra fazer o CPF, e para esse CPF a gente vai lá em Toledo (PR) para imprimir. Depois do CPF, a gente marca uma data lá na delegacia da Polícia Federal de Guaíra (PR) ou Cascavel (PR) para fazer o RNM, e aí depois de tudo isso a gente vai conseguir fazer a carteira de trabalho, no Ministério de Trabalho em Cascavel (PR) (informação verbal) (sic)³⁴.

A compreensão da inserção laboral dos imigrantes haitianos refere-se à maneira como a sociedade receptora constrói a noção do outro e sua “inserção” nesta sociedade: imigrantes haitianos foram convertidos em imigrantes trabalhadores com carteira de trabalho. Para Baeninger e Peres (2017, p. 134),

[...] a possibilidade de contar com a carteira de trabalho para imigrantes do Haiti se refletiu na inserção dessa imigração no mercado formal de trabalho no Brasil: os vínculos formais de trabalho ampliaram-se de 508, em 2011, para 23.017, em 2014.

No relatório “A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro” fica evidente a inevitável vinculação da imigração com o mercado de trabalho:

[...] o caso mais emblemático é dos haitianos, que, independente da forma como solicitaram autorização de residência e trabalho no país, passaram de pouco mais de algumas centenas de imigrantes no mercado de trabalho formal em 2011, **a ser no curto espaço de três anos (entre 2011 e 2013), à principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, superando migrações clássicas, como os portugueses.** E não só na atualidade se mantiveram na primeira posição do ranking entre os imigrantes presentes no mercado formal brasileiro, mas esse relatório comprova também que, no período analisado, é a principal nacionalidade presente nos registros da Polícia Federal no Brasil. (CAVALCANTI, et al., 2017, p. 06, grifo nosso).

Como mostra o quadro 5, de acordo com o Ministério do Trabalho, o Brasil imprimiu 80.861 carteiras entre 2010 e 2014 a imigrantes de diversos países. Entre esses países, destaque aos imigrantes haitianos, com 35.534, correspondendo com 44% das carteiras emitidas deste total (CAVALCANTI et al., 2015, p. 78).

³⁴ Informações obtidas por meio de conversa informal no dia 22 de março de 2018.

Quadro 5 - Principais países em número de carteiras de trabalho emitidas no Brasil no período de 2010 a 2014.

País	Número de carteiras
República do Haiti	35.534
Bolívia	12.344
Argentina	9.544
Paraguai	9.077
Portugal	7.618
Peru	6.744
Total	80.861

Fonte: Ministério do Trabalho, CTPS, 2010-2014. Adaptado pela autora (2018).

Conforme os dados, durante este período foi significativo o aumento das contratações dos trabalhadores estrangeiros no país, especialmente os novos fluxos migratórios, formado por pessoas do Sul global (Bolívia, Argentina, Paraguai e Peru).

Quadro 6 - Números de carteiras de trabalho e Previdência Social emitidas segundo principais países, Brasil - 2016/2017.

Principais países	Ano	
	2016	2017
Total	32.065	35.716
República do Haiti	13.555	11.231
Venezuela	2.223	8.418 ³⁵
Cuba	1.410	1.709
Argentina	1.568	1.476
Paraguai	1.382	1.182
Colômbia	1.031	1.147
Bolívia	1.286	1.109
Angola	876	954
Uruguai	868	882
China	474	880
Outros	7.392	6.728

Fonte: Ministério do Trabalho, CTPS, 2016/2017. Elaborado pela autora (2018).

³⁵ No quadro 5 a Venezuela não aparece em destaque, mas no quadro 6 está em 2º lugar, devido ao fluxo migratório que começou em 2015 e se acelerou com o aprofundamento da crise econômica e da escassez de alimentos até os dias de hoje.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, em 2017 (OBMIGRA, 2018, p. 4), do total de 35.716 estrangeiros com carteira de trabalho no país, 11.231 pertenciam ao Haiti (Quadro 6). Diminuição na emissão de carteiras de trabalho foi registrada nos anos de 2016 e 2017, referente à República do Haiti em relação ao ano de 2015, mas continua sendo a nacionalidade em destaque.

Os Relatórios Anuais (2010-2014, 2016 e 2017) do Observatório das Migrações Internacionais mostram que o mercado de trabalho formal no Brasil absorveu de forma constante e equilibrada os trabalhadores imigrantes com diferentes origens: geográficas, sociais, culturais, entre outras. Na primeira metade da presente década, o mercado de trabalho absorveu trabalhadores imigrantes, tanto nas atividades altamente qualificadas, quanto naquelas que exigem pouca qualificação.

Os haitianos se espalharam no território nacional. A Região Sul é marcada pela presença das agroindústrias e por diversas oportunidades de trabalho e emprega 39.733 trabalhadores imigrantes, 34,26% do total do país (Figura 9). Raffestin (1993) diz que essas empresas provocam uma variação na oferta de mão de obra e preferem os imigrantes. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, os haitianos são os imigrantes com maior presença no mercado formal de trabalho brasileiro. O dado é da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2016, a mais recente. Dos 115.961 trabalhadores não brasileiros contratados formalmente no Brasil em 2016, 26.127 pessoas eram originárias do Haiti, 22,53% do total do país. Destas, 16.079 (61,54%) estavam na Região Sul, 4.847 (30,14%) no Paraná (Figura 9) e aproximadamente 450 em Palotina, representando 1,43% do total da população do município (PALOTINA oferece..., 2018, p. 15).

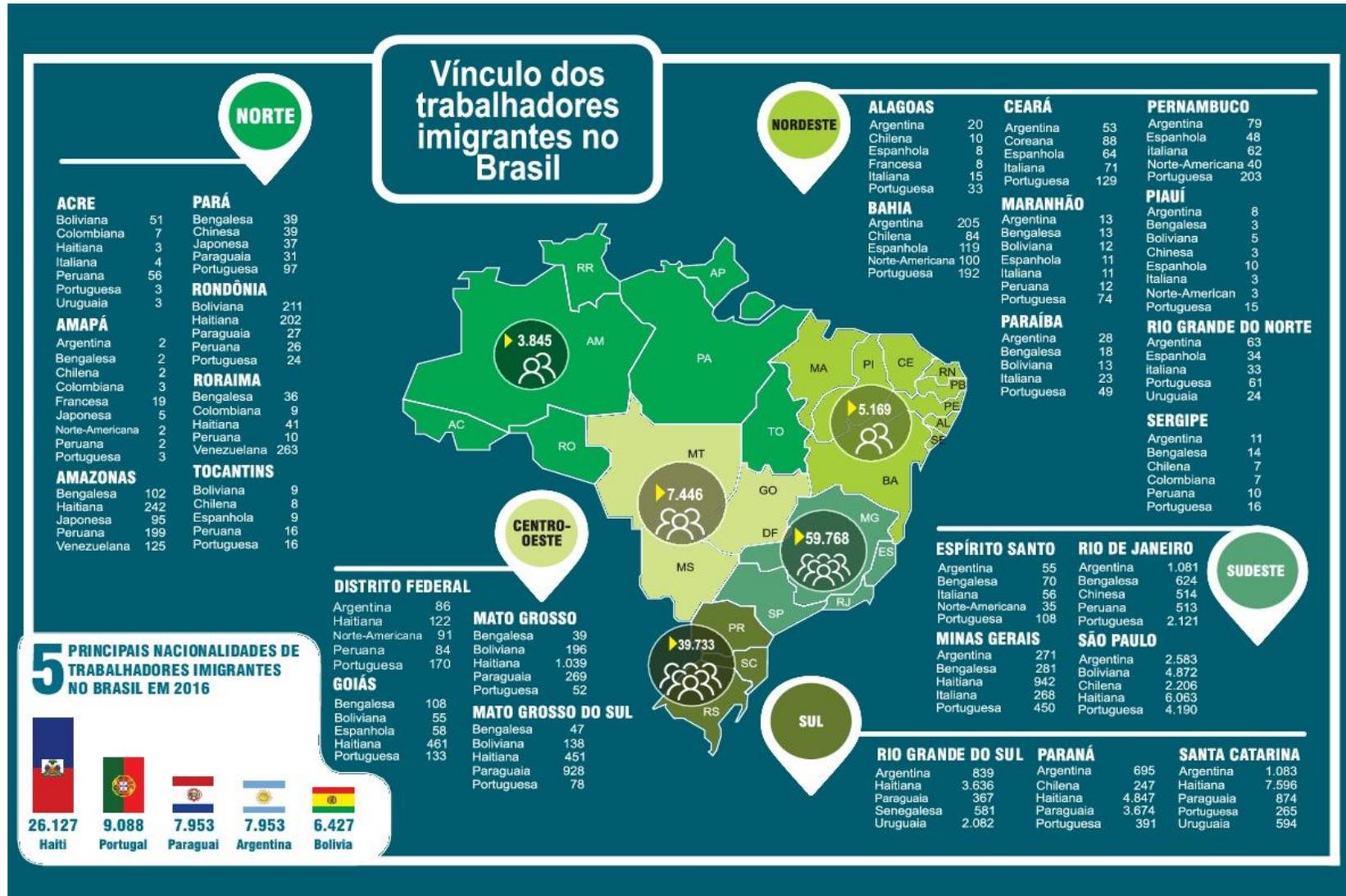
O Haiti está entre as principais nacionalidades de trabalhadores imigrantes no Brasil em 2016, entretanto, segundo o Ministério do Trabalho, esse dado já foi maior; em 2015, os haitianos somavam 34.224 trabalhadores formais. Houve queda desta nacionalidade, como em outras também, depois da crise econômica vivida pelo Brasil após 2014.

Pelos dados, observa-se que na Região Sul os haitianos estão em primeiro lugar entre os trabalhadores imigrantes formais nos Estados sulistas. No Estado do Paraná são 4.847 empregados, equivalendo a 30,14% do total da Região Sul. Os migrantes são atraídos pelos empregos nas agroindústrias, em setores de construção, comércio varejista, restaurantes, entre outros. Eles escolhem esses lugares que

ofereçam melhores oportunidades, tanto em termos de resultados de mercado de trabalho quanto de desempenho econômico e qualidade de vida.

Neste sentido, as oportunidades e as políticas migratórias são de extrema importância, pois controlam e administram os fluxos no espaço (RAFFESTIN, 1993). As medidas legais, mostradas no subcapítulo 2.2, implantadas pelo governo brasileiro confirmam esta configuração no espaço geográfico.

Figura 9 - Vínculo dos trabalhadores imigrantes formais no Brasil



Fonte: Ministério do Trabalho (2016). Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/noticia/?id=19957>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

4.4 ASSOCIAÇÃO DOS HAITIANOS DE PALOTINA (PR)

Em relação à Associação de Haitianos de Palotina (ASHAP), as informações sobre sua estruturação e orientação foram cedidas numa entrevista com a diretora da associação, ex-vereadora, historiadora e advogada palotinese Vanir Pereira da Cruz, em 07 de agosto de 2018. Ela foi fundamental para auxiliar no conhecimento não somente sobre a associação, mas também para fornecer dados sobre a história do povo haitiano em Palotina (PR). Com seus apontamentos foi possível entender o processo de chegada e de estadia desse povo.

Vanir ajudou na formação documental da ASHAP. Não presta somente apoio jurídico, como também faz parte da própria história desse povo no município. Ajuda voluntariamente com orientações de abrigo, emprego, documentação, acesso aos serviços públicos e outros acolhimentos necessários. Vanir é conhecida carinhosamente pelos imigrantes haitianos como “mãe”.

A primeira ação dos haitianos em Palotina tem como destaque a criação da ASHAP, em fevereiro de 2017 (Figura 10).

Figura 10 - Reunião da Associação de Haitianos de Palotina (ASHAP).



Fonte: Folha de Palotina (HAITIANOS contam..., 2017)³⁶.

³⁶ Disponível em: <<https://www.folhadepalotina.com.br/single-post/2017/03/22/Haitianos-contam-com-associa%C3%A7%C3%A3o-e-ganham-curso-de-Portugu%C3%AAs>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

A ASHAP, em sua recente história, tem fragilidades perante a comunidade, como não ter uma sala para reuniões. Até o presente momento a associação depende de formalização legal. A diretora Vanir comenta que os documentos necessários para tal foram encaminhados, mas ressalta que os trâmites são lentos.

A entidade tem como objetivo o desenvolvimento de projetos com foco na necessidade da comunidade haitiana, bem como manter a cultura haitiana. Atualmente, conta com a participação de 120 associados haitianos.

Na figura 11 consta o logotipo usado pela ASHAP.

Figura 11 - Logotipo da ASHAP (2018).



Fonte: ASHAP (2018)³⁷.

4.4.1 Escola de idiomas ligada à ASHAP

Uma das iniciativas destaque da Associação dos Haitianos em Palotina foi a oferta de um curso de português, atendendo às necessidades de comunicação dos haitianos, a fim de possibilitar, ainda, maior integração com a comunidade local. A ação contou com o apoio de uma franqueada da escola de idiomas *Wizard*, com material de apoio adaptado³⁸ e também da Secretaria Municipal de Educação e

³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Ashap-Associa%C3%A7%C3%A3o-Dos-Haitianos-De-Palotina-258165161320538/photos/?tab=album&album_id=258171777986543>. Acesso em: 29 jun. 2018.

³⁸ Informações obtidas por meio de entrevista gravada com a professora responsável pelo aprendizado da língua portuguesa com os haitianos de Palotina no dia 14 de dezembro de 2017.

Cultura, que cedeu espaço para a realização das aulas em uma sala de uma escola municipal (Figura 12). A aula inaugural aconteceu no dia 11 de março de 2017.

Figura 12 - Curso de português para haitianos.



Fonte: Ionara Ana Manfrin (2017).

Sobre a escola de idiomas e a ASHAP, a diretora da associação menciona que:

[...] esse foi o primeiro projeto da ASHAP, lançado em 2017, intitulado como 'Português para haitianos de Palotina'. O projeto é desenvolvido a partir de uma parceria entre a Associação dos Haitianos em Palotina e a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação. A coordenação do projeto, bem como todos os professores, é voluntária. Criado devido à grande necessidade de comunicação (idioma), o curso é considerado de suma importância para que os haitianos aprendessem a falar e a escrever em português, pensando em primeiro lugar na empregabilidade dos mesmos, mas, também, em facilitar a participação desses na comunidade local. Em 2018 novamente o projeto foi colocado em prática, funcionando na Escola Municipal Joaquim M. M. Franco, com aulas às terças-feiras à noite, das 19h às 21h, e aos sábados, das 15h às 17h, tendo 110 alunos matriculados³⁹.

Os objetivos da ASHAP, além de possibilitar o aprendizado da língua portuguesa aos haitianos, são: promover cursos profissionalizantes visando inseri-los no mercado de trabalho; promover a língua e a cultura haitiana e desenvolver a vida social destes imigrantes; proteger e representar os direitos e interesses dos seus; prevenir e contrapor-se a todas as manifestações de discriminação étnica; e orientar/esclarecer as leis brasileiras (HAITIANOS contam..., 2017).

Na história haitiana, a língua *créole* sempre foi importante. Conforme revela Grondin (1985, p. 76),

³⁹ Informações obtidas por meio de questionário via e-mail realizado com a diretora da ASHAP no dia 07 de agosto de 2018.

[...] a corrente negra luta pelo ensino em créole em todos os níveis, principalmente na escola primária, não apenas como veículo de comunicação mais eficiente para 90% dos alunos, que falam apenas esse idioma, mas também como meio de aglutinação das massas em torno da burguesia negra.

A língua portuguesa passa a ser um idioma a ser aprendido, manifestando a afirmação do que é mais importante para um povo imigrante, quando se depara com uma cultura diferente e vê a necessidade de se inserir na cultura local através da língua.

4.5 PODER PÚBLICO/SECRETARIAS MUNICIPAIS

A gestão de políticas públicas para a imigração no Brasil necessita de mais debates e análises, precisamente no efetivo atendimento de acolhimento. Ao tratar a imigração como um vetor estratégico de desenvolvimento para o país, é importante que os órgãos da administração pública estejam preparados para atender essa demanda, oferecendo serviços públicos que facilitem a inserção do imigrante. O Brasil acolhe baseado nas questões humanitárias com anseio de atender os serviços básicos (saúde, educação e saneamento básico), como garante a Constituição Federal Brasileira no Art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e **aos estrangeiros residentes no país** a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A problemática merece atenção, preparo e esforços para a efetiva inserção desses migrantes no contexto brasileiro.

Desafios são enfrentados pelas equipes de atendimento devido ao despreparo de profissionais para lidar com os mesmos, como a barreira do idioma, pois muitos não falam o português. As análises de experiências de inclusão em serviços públicos evidenciam a complexidade e a fragilidade das ações perante o imigrante no país.

4.5.1 Secretaria de Assistência Social

A assistência social é uma política pública, não contributiva, de responsabilidade do Estado e direito do cidadão, e objetiva a proteção social aos cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes. Os direitos mínimos relacionados à

assistência social são assegurados pela Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), no:

Art. 203. A assistência social será prestada **a quem dela necessitar**, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, grifo nosso).

O Ministério de Desenvolvimento Social (BRASIL, 2016) esclarece que diante da situação de vulnerabilidade que muitos dos estrangeiros se encontram no Brasil, a Secretaria Nacional de Assistência Social procura ampliar os serviços e benefícios socioassistenciais destinados a esse público. No caso específico dos migrantes que ingressarem no país, os dispositivos legais nacionais conferem o direito de permanência temporária em território nacional aos indivíduos que solicitaram refúgio, não podendo ser transferidos ao seu país de origem por questões humanitárias, como é o caso dos haitianos.

A política pública do município de Palotina foi relatada pela assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculado à Secretaria de Assistência Social, que explicou que,

[...] a política pública de Assistência Social para atender o imigrante especificamente não existe. As normativas e a tipificação nacional são diretrizes federais e vêm descritas pelo governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o MDSA. Não temos uma direção do governo municipal para atender específico esse público ou um programa que foi criado especificamente para atender esse público (informação verbal) (sic)⁴⁰.

Com a pesquisa, percebeu-se que por não existir uma política pública específica de Assistência Social voltada à população imigrante no país, ela acaba sendo atendida da mesma forma que a população nativa, como salienta a assistente social:

[...] eles são acolhidos e atendidos quando acessam o CRAS, e mesmo que não acessem, acabam sendo atendidos, pois, muitas vezes, estão instalados

⁴⁰ Entrevista gravada com a assistente social do CRAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social de Palotina (PR), no dia 26 de janeiro de 2018.

numa determinada região, num bairro onde há Unidade Básica de Saúde ou uma associação de moradores atuando. Muitas vezes, recebe-se informação e se faz a busca. O assistente social vai até a casa, realiza a visita, identifica quais as questões de assistência social e faz as atuações, os encaminhamentos e as orientações para a documentação necessária. Aqueles que não possuem a documentação não têm os benefícios dos programas sociais, como o Bolsa Família, o Programa Baixa Renda da Luz, o Baixa Renda da Água, a cesta básica, o gás (informação verbal) (sic)⁴¹.

A cesta básica e o gás são benefícios municipais, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 2.575/2010⁴², que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, define objetivos, gestão e estrutura de funcionamento. Assim sendo, a avaliação técnica e a liberação de tais benefícios dependem de parecer da Secretaria e da Assistente Social. No que diz respeito ao Bolsa Família, ao Programa do Leite, aos Programas Baixa Renda da Energia e da Água e ao Benefício de Transferência Continuada (BPC), para ser incluída em qualquer programa de Transferência de renda a pessoa deve se cadastrar no Cadastro Único. O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país.

De acordo com o responsável pelo Cadastro Único, o CadÚnico, da Secretaria de Assistência Social de Palotina, há 124 estrangeiros cadastrados, sendo deste total 57 pessoas de nacionalidade haitiana, equivalendo a 45,96%, e destes, sete haitianos são beneficiários do Programa Bolsa Família, compondo 12,28% deste total⁴³. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2015), as famílias estrangeiras que podem receber este benefício são famílias pobres, que têm como renda R\$ 89,01 até R\$ 178,00 por membro familiar, ou famílias em extrema pobreza, que são aquelas possuem renda de R\$ 89,00 por membro familiar. Caso não se enquadrem nessas duas categorias, não têm direito ao benefício. As famílias só podem participar do programa caso tenham entre seus membros gestantes, crianças ou adolescentes até os 17 anos.

Esses benefícios, por serem oriundos de programas federais ou estaduais, têm critérios mais rígidos. Se a família não se enquadrar no critério de renda, por exemplo, ela não vai conseguir acessar os programas. Somente terá direito à Tarifa Social da

⁴¹ Entrevista gravada com a assistente social do CRAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social de Palotina (PR), no dia 26 de janeiro de 2018.

⁴² Com base na lei municipal, Artigo 21 (Anexo A).

⁴³ Dados obtidos com a assistente social do CRAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social de Palotina (PR), no dia 13 de setembro de 2018.

Água, por exemplo, a família que não tiver renda per capita de meio salário mínimo, que consumir até dez mil litros de água por mês e residir em imóvel que não ultrapasse 70 metros quadrados. Se o imóvel tiver 71,70 metros quadrados ou o consumo de água alcançar 11 mil litros de água no mês, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)⁴⁴ não liberará acesso ao programa⁴⁵.

Como afirmado pela assistente social em sua entrevista,

[...] as equipes deveriam ter uma capacitação voltada para a questão da imigração. Existe um preconceito em lidar com essa população. Esquecem que já foram imigrantes também. Como existe preconceito da população, conseqüentemente haverá preconceito por alguns profissionais públicos (informação verbal) (sic)⁴⁶.

Não só a política de assistência, mas todas as políticas públicas - de saúde, educação e cultura - são essenciais para a acolhida e ajuda da ambientação desses imigrantes no país. Os imigrantes haitianos, ao chegarem ao Brasil, aventurando-se, desconhecendo a língua local, enfrentam uma barreira que dificulta o acesso a essas políticas públicas.

4.5.2 Secretaria de Educação

Na Constituição Federal, no capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I da Educação, no Art. 205 consta que

a educação, **direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A educação é promovida obrigatoriamente a partir dos quatro anos de idade, inclusive aos estrangeiros residentes no país. Os haitianos residentes em Palotina apresentam certo grau de escolaridade. Os dados referentes à distribuição de haitianos segundo a escolaridade (Gráfico 20) mostram que eles possuem o ensino médio incompleto ou completo, sendo 39 dos imigrantes entrevistados,

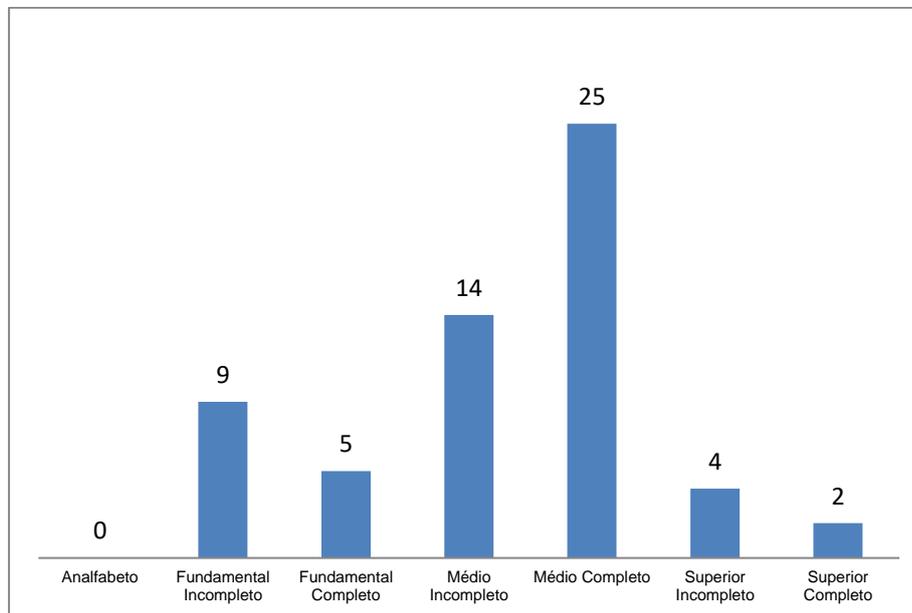
⁴⁴ Sanepar é a Companhia de Saneamento do Paraná. Responsável pelo tratamento e distribuição de água em Palotina (PR).

⁴⁵ Entrevista gravada com a assistente social do CRAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social de Palotina (PR), no dia 26 de janeiro de 2018.

⁴⁶ Entrevista gravada com a assistente social do CRAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social de Palotina (PR), no dia 26 de janeiro de 2018.

correspondendo a 66,10% do total. Nenhum haitiano se declarou analfabeto. Todos sabem escrever e ler em uma língua.

Gráfico 20 – Entrevista: Distribuição de haitianos segundo o grau de escolaridade.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2017).

Uma reivindicação haitiana é ter o reconhecimento de seus diplomas na comunidade brasileira, pois é difícil a atuação laboral na área estudada e também o seguimento dos estudos no Brasil. No entanto, os haitianos reconhecem que a possibilidade de acesso ao ensino no país passa pelo aprendizado do português, por isso muitos procuram escolas para aprender o idioma.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (BRASIL), os diplomas emitidos em instituição de ensino em outros países não serão automaticamente válidos no Brasil. Para que o haitiano reconheça seu certificado de estudo de nível fundamental e médio, conforme orientação das secretarias estaduais de Educação, não envolvendo trâmite no Ministério da Educação, é necessário: providenciar a tradução do histórico escolar e do diploma; estar de posse do histórico escolar relativo aos estudos realizados anteriormente no Brasil; e dirigir-se à Secretaria de Educação do Estado onde fixar residência no Brasil e obter a equivalência. Fazendo tal processo, estará apto a dar continuidade aos estudos de nível fundamental e médio ou utilizar a documentação para as providências relativas ao acesso ao curso superior. Contudo, esses trâmites se tornam complicados, pois a maioria não tem consigo os documentos necessários, principalmente o histórico escolar do estudo no Haiti.

Os que não possuem comprovação, no caso do Estado do Paraná, passam por análise no estabelecimento de ensino que escolhem para estudar e são regidos pela Deliberação nº 09/2001, elaborada pelo Conselho Estadual De Educação (CEE) do Estado do Paraná, na qual consta no,

Art. 35 - **O aluno oriundo de país estrangeiro** que não apresentar documentação escolar e condições imediatas para classificação deverá ser matriculado na série compatível com sua idade, em qualquer época do ano, ficando a escola obrigada a elaborar plano próprio para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades necessárias para o prosseguimento de seus estudos. (PARANÁ, 2001, p. 9, grifo nosso).

O disposto na Deliberação nº 09/01 - CEE segue os preceitos da reclassificação, a partir da qual o aluno estrangeiro tem possibilidade de promoção, sendo avaliado seu grau de desenvolvimento e experiência. Dessa forma, a escola cumpre sua função social e garante a apropriação dos conhecimentos que possibilitem a formação escolar.

Esta formalização da revalidação está disposta no Regimento Escolar de cada escola paranaense que se depara com essa situação. O CEEBJA do município de Palotina (PR), por exemplo, prevê que

Art. 144 - A matrícula do estudante proveniente do exterior, que não apresentar documentação escolar, far-se-á mediante processo de classificação, previsto na legislação vigente.

Parágrafo único - O estudante que não apresentar condições imediatas para classificação será matriculado na série compatível com sua idade em qualquer época do ano, ficando esta instituição de ensino obrigada a elaborar plano próprio (CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS, 2018, p. 66).

Existem vários casos de haitianos na primeira infância e de jovens que ingressaram nos estudos brasileiros ainda pequenos, que estão sendo alfabetizados na língua portuguesa. É o caso da Haitiana 3, hoje com dez anos de idade, que chegou em Palotina com cinco anos, foi alfabetizada em português e escolheu responder o questionário desta pesquisa em português, pois não escrevia em *créole*.

Outro caso excepcional é o do Haitiano 3, com 21 anos, que chegou em Palotina no ano de 2013, cursou a escola pública estadual e após o ensino médio entrou na faculdade, com meia bolsa de estudo custeada, pela própria faculdade, e se formou em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela União de Ensino Superior do Paraná (Uespar), tendo inclusive recebido o diploma de laureado como o melhor aluno da turma.

No tocante à escolaridade dos trabalhadores imigrantes no Brasil, a maioria dos admitidos em 2016 possuía o nível médio completo e o nível fundamental (completo ou incompleto), conforme quadro 7. Todas as categorias apresentavam saldo negativo. Os imigrantes haitianos que possuíam ensino médio tiveram o maior número de contratações (44,89%) e também o maior número de desligamentos (41,02%). A menor disparidade entre admissões e demissões ficou com a categoria “superior incompleto”, porém o resultado também foi negativo. O resultado negativo em 2016 foi de 18.774 admissões contra 26.537 desligamentos (CAVALCANTI et al., 2017).

Quadro 7 - Admissão e demissão de haitianos segundo escolaridade, Brasil, 2016.

Escolaridade	Admitidos	Demitidos
Analfabeto	685	817
Fundamental incompleto	3.642	6.409
Fundamental completo	3.732	5.213
Médio incompleto	1.825	2.590
Médio completo	8.428	10.886
Superior incompleto	198	255
Superior completo	264	367
Total	18.774	26.537

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/Ministério do Trabalho e Emprego, 2016⁴⁷. Adaptado pela autora (2018).

Analisando o quadro 7, com o número de trabalhadores haitianos admitidos e demitidos, é possível perceber a escolarização desta mão de obra migratória, apresentando uma considerável formação acadêmica. No caso dos haitianos que moram em Palotina, por não terem muitas oportunidades de emprego e estarem numa situação de poucas escolhas, e para se integrarem mais à economia palotinese, acabam procurando escolas no município para aprenderem o idioma local, para serem melhores inseridos no mercado de trabalho.

A procura pelos adultos na escola de idiomas ligada à ASHAP⁴⁸ ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é muito comum. Nas escolas municipais pela modalidade de EJA o atendimento é como ouvintes. O maior objetivo dos alunos imigrantes haitianos nas aulas é a interação e o aprendizado do idioma,

⁴⁷ Cavalcanti et.al., 2017, p. 95.

⁴⁸ Informação da escola de idiomas ligada à ASHAP, abordada no subcapítulo 4.4.1.

nas quais a professora, para facilitar o aprendizado, faz uso de um livro em francês com traduções em português⁴⁹. Nas escolas municipais o atendimento abrange educação infantil e ensino fundamental I (séries iniciais - 1º ao 5º ano), nas quais em 2018 estavam matriculados 33 haitianos. Também ocorre atendimento na EJA - no momento da entrevista não havia nenhum haitiano matriculado nesta modalidade. No município, crianças acima de seis meses de idade já podem frequentar a creche em um período, caso haja vaga. A obrigatoriedade de ser matriculado é a partir dos quatro anos de idade⁵⁰.

Os imigrantes haitianos também têm direito de se matricular nas escolas estaduais do município - ensino fundamental II - (6º ao 9º ano) e ensino médio. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o atendimento é feito pelo CEEBJA, com turmas de até 20 alunos haitianos por sala, na modalidade individual ou coletiva. No momento da pesquisa havia apenas uma turma da disciplina de Língua Portuguesa. No CEEBJA primeiramente a disciplina escolhida pelos alunos imigrantes haitianos é a Língua Portuguesa, mas nada impede que se matriculem nas demais disciplinas. No momento da pesquisa (2018), segundo levantamento feito junto às escolas estaduais, o total de alunos matriculados em Palotina (PR) era de 26 alunos haitianos.

4.5.3 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

As políticas públicas que competem à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo não possuem atividades especificamente voltadas aos imigrantes haitianos. Ações neste sentido cabem a outros segmentos municipais, como a Secretaria de Administração, através da Agência do Trabalhador ou do Conselho Municipal do Trabalho, e a Secretaria de Assistência Social, bem como a Secretaria de Educação e Cultura. Os funcionários da área da Indústria, Comércio e Turismo não recebem formação específica para atendimento ao estrangeiro. Em relação aos serviços públicos ligados à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, os haitianos têm acesso a eles como qualquer outro munícipe, podendo acessar vagas gratuitas

⁴⁹ Informações obtidas por meio de entrevista realizada com a Secretaria de Educação de Palotina no dia 02 de julho de 2018.

⁵⁰ Informações obtidas por meio de entrevista realizada com a Secretaria de Educação de Palotina no dia 02 de julho de 2018.

disponibilizadas pelo programa de qualificação profissional da Faculdade do Trabalhador⁵¹.

A procura por parte desta população junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo para esclarecimento ou trabalho é constante. São estrangeiros buscando qualificação profissional para ingresso ou manutenção no mercado de trabalho. O haitiano que procurar a Secretaria é encaminhado aos cursos oferecidos pela Faculdade do Trabalhador. A Secretaria promoveu em 2018 dois cursos contratados junto ao Sesi/Senai especificamente para os haitianos: Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para estrangeiros⁵².

A secretária de Indústria, Comércio e Turismo, Lara Biezus, afirma que a experiência foi positiva em relação aos haitianos que fizeram cursos na Faculdade do Trabalhador nas áreas de marcenaria, instalação de ar-condicionado (*split*), gastronomia e outros. Segundo ela, os haitianos se mostraram dedicados e o índice de desistência foi baixo. A Secretaria, de acordo com Lara, costuma priorizar algumas vagas para os haitianos e dialogar com os órgãos executores e professores da qualificação profissional para que sejam atenciosos, pacienciosos e dedicados, a fim de promover e facilitar o aprendizado destes imigrantes (mesmo frente a dificuldades linguísticas) por entender que são uma força de trabalho indispensável para o município de Palotina⁵³.

4.6 ALGUMAS EMPRESAS QUE EMPREGAM HAITIANOS EM PALOTINA

Ainda que os haitianos e brasileiros integrem a mesma classe trabalhadora, a situação do imigrante é sensivelmente agravada pela condição própria de estrangeiro, sem conhecimento da língua, da burocracia e legislação trabalhista, que os tornam vítimas fáceis dos circuitos de empregabilidade e superexploração, junto da necessidade imperiosa de trabalhar sobre quaisquer condições (MAMED, 2018).

Na presente pesquisa foram entrevistadas pessoas que representam duas grandes empresas palotenses que empregam haitianos. Na sociedade local

⁵¹ Informações obtidas por meio de entrevista via e-mail realizada com a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Palotina no dia 25 de outubro de 2018.

⁵² Informações obtidas por meio de entrevista via e-mail realizada com a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Palotina no dia 25 de outubro de 2018.

⁵³ Informações obtidas por meio de entrevista via e-mail realizada com a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Palotina no dia 25 de outubro de 2018.

diversos empreendimentos de pequeno porte contratam essa mão de obra imigrante. Ressalta-se a importância destas contratações por todas as empresas do município.

4.6.1 Entrevista com representante da C.Vale

A C.Vale é uma Cooperativa Agroindustrial com atuação no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraguai. Possui 142 unidades de negócios, cerca de 19 mil associados e oito mil funcionários. Destaca-se na produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, peixe, frango e suínos e atua na prestação de serviços com aproximadamente 260 profissionais que dão assistência agrônômica e veterinária aos associados⁵⁴.

A Cooperativa segue inovando através do processo de modernização da agricultura, com incentivos, comercialização da produção e fornecimento de sementes, insumos, equipamentos e acesso ao crédito desde as décadas de 1970 e 1980. Hoje ela desempenha o mesmo papel na mudança de enfoque da economia do município (BERNO; GREGORY; DEITOS, 2007). Essencialmente agrícola, Palotina apresenta uma mudança ligada à questão agroindustrial, ao beneficiamento de produtos oriundos do campo com caráter agroexportador.

Com a agroindústria de abatedouro de aves e recentemente de peixes foram criadas no município alternativas de produção, mantendo o homem do campo em sua propriedade rural e dinamizando a economia local. Segundo Berno, Gregory e Deitos (2007), o papel da Cooperativa tem-se apresentado como fundamental, uma vez que o grande fator motivador de qualquer sistema de produção é ter como vender seus produtos, diretamente ligado à criação e dotação de uma infraestrutura para a mesma poder comprar e armazenar essa produção, para exportá-la posteriormente, tanto para outros Estados do Brasil quanto para o exterior.

Devido à enorme demanda de mão de obra, estabeleceu-se uma relação com a comunidade palotinese e municípios vizinhos. A Cooperativa passou a atrair pessoas para trabalharem em seus frigoríficos. Entre essas pessoas, outros migrantes, exemplo, internos, os alagoanos, e externos, os senegaleses.

Conforme dados levantados em entrevista realizada em Palotina com representante da C.Vale, no abatedouro de aves em 2018 estavam contratados 197

⁵⁴ Disponível em: <http://www.cvale.com.br/nossa_empresa.html>. Acesso em: 06 nov. 2018.

imigrantes haitianos, que trabalham em vários setores (recepção de aves, evisceração, cortes, paletização, expedição, embutidos, lavanderia, vestuário, higienização e manutenção civil), e no frigorífico de peixes 13, totalizando 210 imigrantes num grupo de 280 estrangeiros, equivalendo a 75% deste grupo. Haitianos vindos de outras cidades brasileiras passam por um processo seletivo para trabalharem na empresa. O representante da C.Vale disse que há dificuldades relativas ao idioma do contratado, mas, atualmente, os que já falam a língua portuguesa auxiliam os novos contratados que ainda não entendem o português. O imigrante haitiano contratado não recebe regalias ou políticas diferenciadas por parte da cooperativa. O entrevistado informou que atualmente o número de contratações está diminuindo devido à estabilização do quadro funcional. Em relação ao salário, recebem via depósito em conta corrente bancária, iniciando com salário de auxiliar de produção, não fazendo horas extras⁵⁵.

4.6.2 Entrevista com representante do Sintomege

O Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral (Sintomege) tem como base territorial os municípios de Toledo e Palotina. Atua desde 1996 na intermediação de mão de obra sem vínculo empregatício, em regime de trabalho avulso, bem como na representação dos interesses dos trabalhadores empregados na área de movimentação de mercadorias em geral. A categoria do Sindicato teve sua regulamentação profissional reconhecida pela Lei nº 12.023/2009 (BRASIL, 2009), que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral, bem como a intermediação da entidade sindical junto às empresas tomadoras e os trabalhadores. As atividades da movimentação de mercadorias em geral do sindicato são de cargas e descargas de mercadorias em geral em quaisquer embalagens, a granel e ensacados, costura, pesagem, embalagem, enlonamento, ensaque, arrasto, posicionamento, acomodação, reordenamento, reparação da carga, amostragem, arrumação, remoção, classificação, empilhamento, transporte com empilhadeiras, paletização, ova e desova de vagões, carga e descarga em feiras livres e abastecimento de lenha em secadores e caldeiras, operações de equipamentos de

⁵⁵ Informações obtidas por meio de questionário via e-mail realizado com representante da empresa C.Vale no dia 07 de maio de 2018.

carga e descarga e de pré-limpeza e limpeza em locais necessários à viabilidade das operações ou à sua continuidade⁵⁶.

A mão de obra é especializada nos serviços acima citados, propiciando ao tomador do serviço rapidez e agilidade na logística de suas atividades, reduzindo o custo operacional ao mínimo necessário, pois o trabalho é remunerado por tarefa executada, aumentando, assim, a produtividade e otimizando o custo-benefício. A contratação de mão de obra é definida pela própria empresa tomadora, conforme suas necessidades laborais, permitindo que, em períodos sazonais, reduza-se o número de pessoas envolvidas no trabalho. Toda a negociação que envolve a operação a ser realizada é feita entre a empresa tomadora e o sindicato, a partir de tabela de preços de serviços apresentada pelo mesmo, baseada em acordo coletivo da categoria. A contratação segue rigorosamente a legislação trabalhista, bem como os programas de segurança no trabalho, dando todo respaldo aos colaboradores, envolvidos nas tarefas do dia a dia⁵⁷.

No momento da pesquisa (setembro de 2018) o representante do Sindicato informou que os haitianos somavam em contratação de mão de obra em 29 indivíduos, mas ressaltou que em meados de 2015 a 2016 o número era de aproximadamente 60 haitianos contratados. Ele expôs que não ocorre problema com o idioma falado pelo grupo, pois há uma tradutora. Segundo o representante, alguns apresentam dificuldades de relacionamento no grupo, mas ele não especificou quais seriam as dificuldades. Os haitianos realizam funções relacionadas às atividades de movimentação de mercadorias do sindicato, elencadas acima. Todos têm anotações em Carteira de Trabalho, como prevê a regulamentação profissional reconhecida pela Lei nº 12.023/2009, do trabalhador avulso.

O representante do Sintomege declarou que, havendo necessidade, são feitas horas extras, sendo as mesmas devidamente remuneradas. Ele frisa que os haitianos recebem salário como quaisquer outros trabalhadores brasileiros, conforme regem as leis do trabalho no Brasil. O salário corresponde ao trabalho exercido segundo a demanda e a produção de cada um. Por questão ética, o valor individual de cada empregado não foi informado.

⁵⁶ Informações obtidas por meio de entrevista via e-mail realizada com o representante do Sintomege de Palotina no dia 20 de setembro de 2018.

⁵⁷ Informações obtidas por meio de entrevista via e-mail realizada com o representante do Sintomege de Palotina no dia 20 de setembro de 2018.

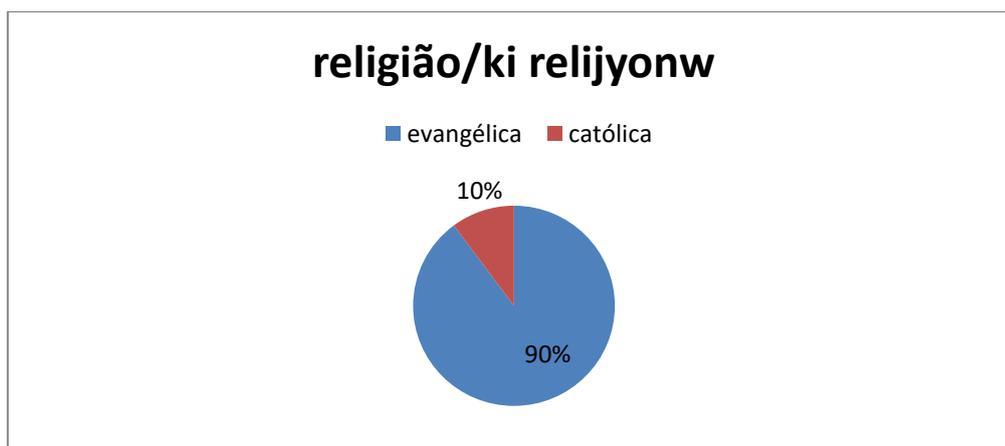
Conforme o representante, geralmente são os haitianos que procuram o Sindicato a fim de serem inseridos no mercado de trabalho. Todos recebem treinamento e usam equipamentos de segurança. Têm direito de descanso no horário do almoço⁵⁸, como previsto na legislação trabalhista brasileira.

Entre os cinco primeiros haitianos que chegaram a Palotina em 2012, alguns prestaram serviços a algumas empresas tomadoras de serviço do Sintomege.

4.7 O ACOLHIMENTO ATRAVÉS DA RELIGIÃO

O gráfico 21 mostra a distribuição dos haitianos em Palotina segundo a religião, sendo que 53 se declararam evangélicos, correspondendo a 90% do total de 59 imigrantes haitianos entrevistados. Esse grupo de evangélicos participa de diversas igrejas evangélicas em Palotina (PR).

Gráfico 21 – Entrevista: Distribuição dos haitianos segundo a religião.



Fonte: Organizado por Ionara Ana Manfrin (2018).

Devido aos grupos de evangélicos, foi inaugurada a primeira Igreja Evangélica de Haitianos - *Eglise de Dieu Mont Des Oliviers*, em agosto de 2015, sendo uma igreja em que pudessem falar em *créole* e francês (Figura 13). O pastor dessa igreja migrou a Palotina por ter parentes morando no município. Ele virou pastor e realizou seus estudos religiosos ainda no Haiti. Tinha contato com pastores haitianos dessa igreja

⁵⁸ Informações obtidas por meio de entrevista via e-mail realizada com representante do Sintomege de Palotina no dia 20 de setembro de 2018.

no Haiti. Conforme relata, o interesse em criar uma igreja haitiana em Palotina surgiu a partir da reivindicação de muitos haitianos⁵⁹.

Figura 13 - Inauguração da Igreja Haitiana em Palotina (PR) (2015).



Fonte: Disponível em: <<http://www.vivaoeste.com.br/artigo/58/Inaugurada-a-primeira-Igreja-Evangelica-de-Haitianos-na-cidade-de-Palotina/13828>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

A Igreja de Deus Montes das Oliveiras não existe apenas em Palotina, mas no Haiti, nos Estados Unidos e na França. Inclusive, a inauguração da igreja contou com a presença de um pastor estadunidense. A igreja é independente com tendências pentecostais. Nela já foram realizados três casamentos e três batizados. São bem-vindos, protegidos e aceitos em Palotina. A igreja serve como um espaço de aproximação, de informação, de amizades e de lazer entre os haitianos. Os fiéis mantêm a igreja contribuindo com o dízimo, que serve para pagar o aluguel do prédio⁶⁰.

O fator religioso abrange fonte de proteção, dignidade e diálogo com os habitantes da terra que recém chegaram. O papel da igreja no acolhimento aos haitianos no Brasil é fundamental. Os haitianos encontram na fé uma forma de se

⁵⁹ Informações obtidas em entrevista realizada com o pastor da Igreja de Deus Montes das Oliveiras no dia 17 de novembro de 2017.

⁶⁰ Informações obtidas em entrevista realizada com o pastor da Igreja de Deus Montes das Oliveiras no dia 17 de novembro de 2017.

fortalecerem e enfrentarem os desafios de residir em outro país, com culturas e características distintas.

O migrante se encontra vulnerável numa terra que não lhe pertence. Essa situação causa uma sensação de desamparo e insegurança, e é nesse sentido que a religiosidade acontece como um caminho de conforto e segurança. Na igreja, além deles fazerem amigos e família, de acordo com o pesquisador Marinucci (2013, p. 76),

[...] a dimensão religiosa pode dar um importante suporte psicossocial, oferecendo proteção diante das adversidades, ajudando o migrante a reinterpretar e dar sentido à sua biografia, resgatando sua dignidade e favorecendo o processo de diálogo e incorporação na sociedade de chegada.

Marinucci (2013, p. 76) destaca que é nas comunidades religiosas que os migrantes podem reviver aquelas relações primárias, típicas do contexto familiar, recebendo conforto espiritual. A proteção do sagrado através da espiritualidade se concretiza apoiando e refugiando essas pessoas e lhes confortando na terra onde chegaram.

No caso de Palotina, percebeu-se a importância da criação da igreja como alicerce estabelecido com o local de chegada dos haitianos e a afirmação da permanência deles no município. “Seja como for, não há dúvida de que a religiosidade do migrante pode se tornar um recurso importante para amenizar a sensação de insegurança e desamparo que caracterizam a jornada de muitos migrantes” (MARINUCCI, 2013, p. 78). A religião passa a ser de tamanha importância, estabelecendo diálogo com a comunidade e auxiliando na integração com o município escolhido para trabalhar e morar. Um momento crucial na trajetória de um migrante é o momento da incorporação na sociedade de chegada.

Diversas ações foram feitas para acolhimento da comunidade haitiana em Palotina. Entre elas, cita-se a confraternização natalina promovida pela Igreja Católica em dezembro de 2016, a qual contou com a participação dos haitianos. A Paróquia São Vicente Pallotti, juntamente com alguns paroquianos, atenderam ao pedido do papa Francisco em acolher os estrangeiros como pede o evangelho - “estive estrangeiro e me acolheste” - e, com a ajuda do grupo, organizaram um evento natalino (HAITIANOS que residem..., 2016) (Figura 14).

Figura 14 - Haitianos que residem em Palotina participam de confraternização natalina.



Fonte: Celso Becker/Folha da Terra (2016).

A participação em eventos religiosos para o migrante pode se tornar um recurso capaz de diminuir a sensação de insegurança e desamparo. A proteção que a religiosidade condiciona nos momentos difíceis acaba sendo um recurso simbólico que oferece sentido nas escolhas e decisões a serem tomadas na terra escolhida (MARINUCCI, 2013, p. 74). Para Marinucci (2013, p. 79),

[...] o migrante é uma pessoa com identidade radicalmente 'em construção'. É nesse âmbito que entra em jogo a dimensão religiosa como precioso recurso simbólico para reinterpretar a realidade, tentando conciliar o presente e o passado, num complexo e sofrido processo de 'negociação identitária'.

Portanto, além de resgatar a dignidade e a confiança, a religiosidade insere o migrante na cultura local de forma concreta e estimula a construção de uma nova identidade. As orações sempre deram força para seguir o caminho na terra desconhecida.

4.8 ONDE MORAM OS IMIGRANTES HAITIANOS EM PALOTINA?

Desde 2012, os imigrantes haitianos fazem parte da paisagem de quem vive no município de Palotina, principalmente em alguns bairros. Conforme a pesquisa, os haitianos entrevistados estão distribuídos de forma aleatória em muitos bairros e no centro, com destaque para os bairros Pôr do Sol e União, onde no período da pesquisa moravam, respectivamente, 15 e 12 imigrantes, equivalendo a 45,76% dos entrevistados (Figura 15). Os demais residiam em lugares variados (49,15%): sete

haitianos no bairro Cohapar, cinco haitianos no centro, cinco no bairro Interlagos, cinco no bairro Santa Terezinha, quatro no bairro Osvaldo Cruz, dois no Jardim Progresso e um no bairro Pioneiro. Três haitianos não informaram o local de residência.

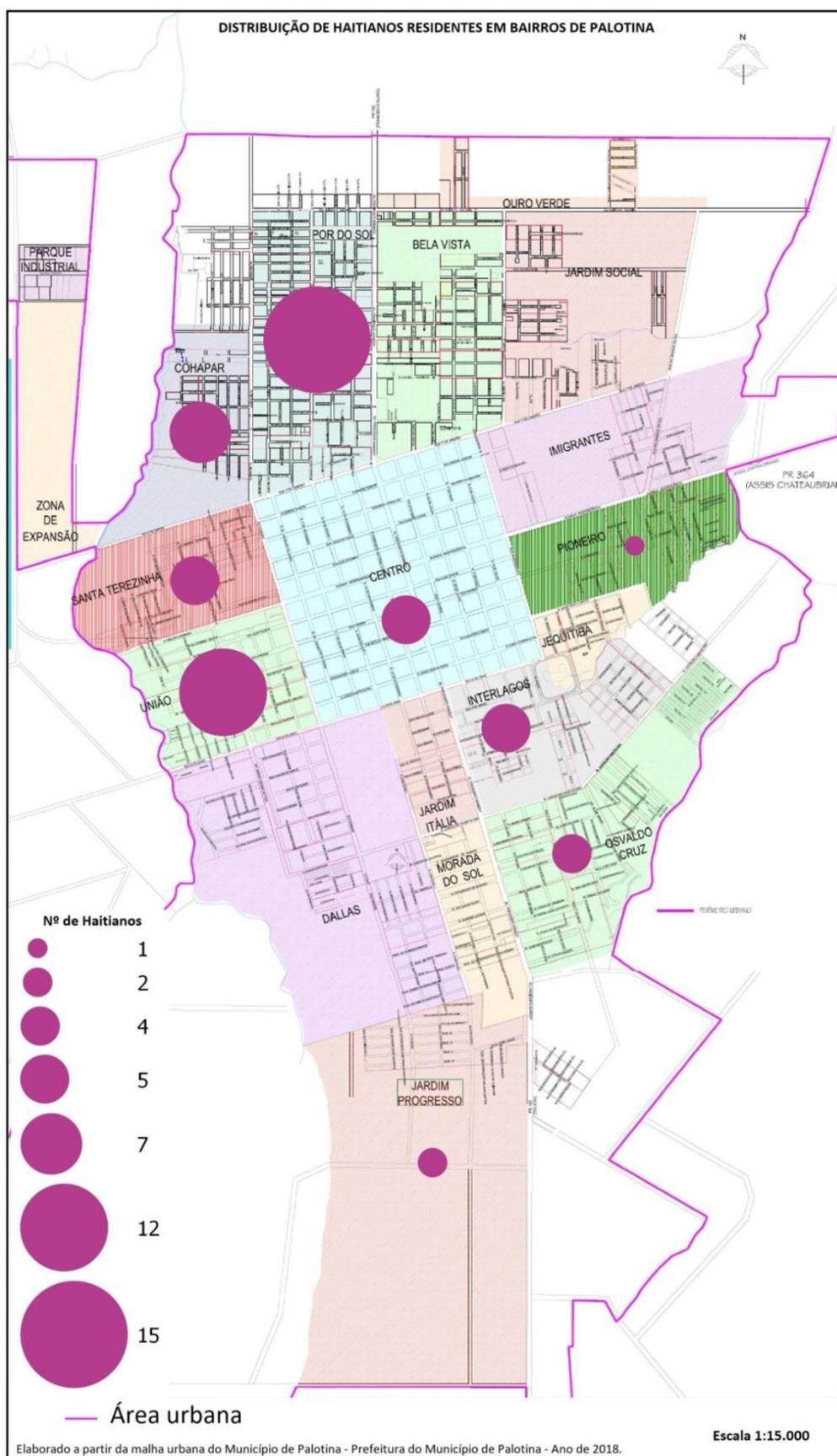
Espalhados por todos os lados de Palotina, é possível encontrar os haitianos em bancos, nos pontos de ônibus, caminhando pelas calçadas, em bares e lanchonetes, fazendo compras em mercados e trabalhando nos estabelecimentos da cidade, integrando-se aos poucos à população local e constituindo a própria comunidade fora do Haiti.

A amizade se aprofunda entre alguns deles, pois partiram da mesma comuna. Da Comuna de *Ganthier*, são 41 haitianos entre os 59 entrevistados (69%) e da Comuna de *Port-au-Prince* (capital) 13 (22%), conforme apresentado no subcapítulo 4.2. Entre eles, os laços ficam mais fortes, os contatos e as relações se aproximam. As famílias se reúnem, dividem a mesma casa, se ajudam mutuamente, mesmo, às vezes, sem se conhecer do lugar de onde vieram. Elas acabam criando uma reciprocidade de ajuda no novo lugar. É muito comum ouvir entre os haitianos de Palotina: *“fiz contato com o amigo de meu amigo e decidi morar na casa dele”*, *“um conhecido de meu amigo morava lá em Palotina e fui pra lá”*, *“trouxe para morar comigo, meus primos”*, e, *“meus filhos conseguiram vir onde eu estava”*.

Os haitianos buscam casas com aluguéis baratos e com ponto de ônibus próximos que levam à C.Vale, uma das principais empresas onde encontram emprego. O território ocupado por eles configura o espaço determinando a vinda de mais haitianos àquele bairro. Estes bairros vão se organizando e se configurando espacialmente a partir das suas práticas cotidianas, ocorrendo a atuação e ocupação resulta o processo de construção territorial.

O preço do aluguel é mais acessível para a faixa de renda do imigrante haitiano nesses bairros (em torno de R\$ 500 a R\$ 1 mil) e a maioria que imigrou para Palotina está relativamente em melhor situação do que estava no Haiti. O aluguel acaba sendo dividido pelos integrantes da casa, facilitando o pagamento.

Figura 15 - Distribuição de imigrantes haitianos residentes em bairros de Palotina.



Fonte: Prefeitura de Palotina. Adaptado por Bruno Aparecido da Silva (2018).

As pessoas quando migram constroem novos territórios. A forma como utilizam o território, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar através de suas relações econômicas e culturais vão além da concepção política (HAESBAERT, 2005). O território, imerso de relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espaço, passa a configurar de uma forma mais subjetiva, numa concepção cultural-simbólica (HAESBAERT, 2010). Os bairros palotinenses ficam marcados pelos imigrantes haitianos; o movimento ou a mobilidade exercida por eles passam a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2005). Raffestin (1993) deixa claro que o espaço ocupado é a matéria-prima para os processos de territorialização.

Todas as relações estabelecidas pelos imigrantes haitianos nos bairros de Palotina são, subjetivamente, uma forma de exercer poder, e o poder pode ser exercido numa dimensão cultural-simbólica. Haesbaert (2010) pontua que, ao distinguir os territórios construídos por um indivíduo, grupos de indivíduos, empresas ou instituições, como igreja, por exemplo, estabelecem-se objetivos de controle social através da territorialização. As intensidades de estabelecer as relações sociais variam, e nestes bairros ocupados percebe-se uma transformação cultural-simbólica incipiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na expectativa de contribuir para esclarecer aspectos sobre a imigração haitiana no município de Palotina (PR), esta pesquisa, longe de esgotar as possibilidades de estudo atinentes ao tema, espera suscitar maior interesse sobre a questão. A experiência de pesquisa com os haitianos foi extremamente enriquecedora em todos os aspectos: acadêmico, científico e humano.

São muitas as transformações econômicas ocorridas nos mais diversos lugares onde o capitalismo tem deixado marcas profundas e contínuas, causas e efeitos de migrações pelas próprias condições econômicas e sociais que os homens têm passado. Os haitianos, povo que de início resultou de uma migração forçada da África para a América, acabou reconstruindo uma identidade cultural na ilha durante a fase do Capitalismo Comercial. As transformações capitalistas geraram crises e superações. As técnicas aplicadas nos transportes, na produção agrícola e na industrialização criaram necessidades no sistema capitalista que comprovam a ato de migrar.

Caraterizado como “migrantes econômicos”, a migração dos haitianos se vincula na forma estabelecida por George (1971), como migrações econômicas temporárias, onde as deslocções, ligadas a uma complementariedade de oferta de força de trabalho e de necessidade de mão de obra, geralmente não especializada, são atraídas para esses locais com o desejo de trabalho e sustento. Essa migração, além de participar em sua maioria como mão de obra trabalhadora, se estabelece em alguns casos como migração definitiva. Torna-se definitiva, pela oferta de emprego que este outro lugar lhe proporciona, no caso, o município de Palotina.

Considerou-se que a vinda dos imigrantes haitianos não se deu essencialmente em decorrência do terremoto ocorrido no Haiti em janeiro de 2010. A mobilização foi promovida pela vontade de melhorar de vida, que já era precária e foi agravada a partir do terremoto. Porém, há de se destacar que as áreas de saída dos haitianos são justamente as áreas de maior atuação do terremoto. Por outro lado, a presença brasileira no território haitiano pela MINUSTAH pode ser considerada como fator motivador da migração, visto que os momentos de maior fluxo populacional ocorreram justamente quando estava atuando a Missão. A diáspora haitiana para o Brasil também está relacionada à dificuldade de entrada nos países do Norte (países desenvolvidos). Com essa dificuldade, mudou-se em parte o rumo das migrações.

Atualmente muitas migrações estão acontecendo entre os “países do Sul”. No caso, os haitianos, além de migrarem ao Brasil, também estão procurando países caribenhos e da América do Sul para morar.

A relação entre migração-trabalho foi estabelecida como uma condicionante, motivo da ocorrência das migrações ao longo da história de Palotina. Desde a formação do município, na década de 1950, a migração é voltada à ocupação de novas terras; trazia em pauta a transformação do espaço pelos trabalhadores da construção da infraestrutura contratados pela empresa Companhia Colonizadora Pinho e Terras Ltda. e até mesmo nas serrarias (trabalhadores do Norte do país e paraguaios) que a empresa instalava nessas áreas para auxiliar os pioneiros, com a venda da madeira do corte da mata (FREITAG, 2001). Freitag (2001, p. 97) pontua que

[...] o investimento capitalista desta empresa se propunha a instalar esse tipo de infraestrutura, pois via nela uma possibilidade de acumular capitais, posto que os colonos naquela época entendiam que era um favor que lhes prestavam tirar a madeira existente em seu *lote*.

A ocupação da região deu-se com os pioneiros vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em outro momento, imigrantes de outras regiões brasileiras foram atraídos para o Oeste do Paraná devido às plantações de hortelã, na década de 1970. Essas pessoas, em sua maioria, não vieram para comprar a terra, como foi o caso da maioria dos imigrantes sulinos. Eles vieram em busca de trabalho, os chamados trabalhadores itinerantes, que encontraram na região palotinense a sobrevivência nas plantações de hortelã. Muitos desses imigrantes trabalhavam alguns anos na atividade hortelaneira e depois iam embora. Trabalhavam como arrendatários, meeiros e desenvolviam o trabalho pesado. Diante deste contexto, é possível compreender este processo de migração que esteve imbuído pela possibilidade de trabalho no Oeste do Paraná, envolvendo as plantações de hortelã (BACKES, 2009).

Com as migrações contemporâneas, certificou-se que não é possível explicar o crescimento da vinda de imigrantes haitianos ao Brasil a partir de 2010 sem recorrer ao mercado de trabalho. Ademais, é no mercado de trabalho que é possível compreender a posição social que ocupam os imigrantes e que ocuparão os seus descendentes, porque seus lugares sociais estão marcados pela posição que seu trabalho exerce. As pessoas também migram por outros motivos, mas as questões laborais são reconhecidas nesta pesquisa como determinantes na mobilidade

humana. Este fluxo migratório foi absorvido, do ponto de vista da mão de obra, nos setores de abate de animais e seu processamento, como visto na Cooperativa Agroindustrial C.Vale localizada no município de Palotina (PR). Uma mão de obra masculina em idade ativa, barata e não especializada, demonstrando a clara necessidade de emprego e capital. A perspectiva já foi debatida em outras pesquisas que associam o mercado de trabalho ao desenvolvimento das agroindústrias no Oeste Paranaense.

A presença dos haitianos em Palotina (PR), independente do nível de qualificação, não alterou negativamente os empregos e os salários dos nativos. Efeitos da migração foram apontados na presente pesquisa como troca de culturas, na aprendizagem, na alteridade decorrente da aproximação com o diferente, na absorção da mão de obra, na utilização dos serviços públicos e na sua espiritualidade.

A migração haitiana motivada pelo trabalho manifestou-se na produção de ambientes marcados pela sua presença. O adensamento dos fluxos migratórios em alguns bairros de Palotina (PR) alterou a dinâmica do espaço vivido até então, tornando-os mais complexos em sua dinâmica social, econômica e cultural. Os migrantes haitianos vão superando sua mera condição de força-trabalho e emergem como sujeitos de direito.

Considerando a importância da identidade cultural, trazida pelos haitianos à Palotina, e com o papel da globalização na facilidade do deslocamento deste povo, as mudanças na construção cultural tanto deles como do povo local está sofrendo transformações constantes, às vezes, rápidas e permanentes. A migração é uma condição para disseminar as diferenças e semelhanças dos povos, então a cultura passa a ser um elemento considerável na produção de uma nova identidade.

Os espaços públicos marcados pela presença haitiana, filhos matriculados em escolas públicas, inserção nos serviços públicos e participação na comunidade e em espaços de lazer passam a ser notórios. A presença haitiana nos serviços públicos contribui de forma decisiva para consolidar a sua imigração. Com aqueles que se encontram no município de Palotina (PR) ocorre uma preocupação por parte dos órgãos públicos em questão de atendimento e falta de preparo adequado aos profissionais que os atendem. A pesquisa mostrou uma situação de compromisso governamental perante os estrangeiros, com leis comprometidas em assegurar os direitos deles e dos brasileiros. Havendo uma demanda social grande por parte do

grupo dos haitianos, pois muitos dependem de auxílios para sobreviverem, o que acaba trazendo alguns problemas para o município.

Espera-se que no decorrer do tempo ocorra maior efetivação e melhor estruturação de políticas públicas voltadas especificamente ao estrangeiro, que incorporem a dimensão dos direitos humanos e proporcionem um acolhimento mais adequado, contudo, minimizando as adversidades impostas e enfrentadas por esses povos imigrantes. O entendimento que o imigrante não será apenas uma mão de obra se firma em seus direitos e deveres para uma plena cidadania.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes**. 19 set. 2016. Disponível em: <<http://www.globalcrrf.org/wp-content/uploads/2018/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Nova-Iorque-para-Refugiados-e-Migrantes.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Líderes mundiais expressam forte apoio ao novo acordo sobre refugiados na Assembleia Geral da ONU**. 27 set. 2018. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2018/09/27/lideres-mundiais-expressam-forte-apoio-ao-novo-acordo-sobre-refugiados-na-assembleia-geral-da-onu/>>. Acesso em: 27 set. 2018.
- ALMEIDA, A.C.S. A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente Norte. **Rev. GEOMAE**, v. 7, n. 1, p. 9-20, 2016. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/273/pdf_190>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- ALMEIDA, C.C. Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação. **Análise Social**, v. 11 (2º e 3º), n. 42-43, p. 203-212, 1975. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912409N4uGK4qe9Zu62XR4.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- ALMEIDA, M.G. de. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas? In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-196.
- ARAÚJO, A.A.A. Limitações e estratégias de ação feminina na sociedade haitiana: categorias de articulação/interseccionalidades. **Revista Agenda Social**, v. 9, n. 2, p. 19-28, 2015b. Disponível em: <<http://revistaagendasocial.com.br/index.php/agendasocial/article/view/261>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ARAÚJO, A.A.A. **Reve de Brezil: a inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo - Brasil**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, 2015a.
- AVILA, C.F.D. O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 118-128, 2007.
- BACKES, G. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná, 1960-2009)**. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n. 1, p. 119-143, 2017. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00119.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BARBETTA, P.A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, O.M.S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BERNO, M.L.; GREGORY, V.; DEITOS, N. **Relações culturais dentro do contexto de modernização de Palotina**. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007. Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_martin_luis_berno.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 97**, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no Art. 16 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, 2012.

Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução normativa nº 102**, de 26 de abril de 2013. Altera o Art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Brasília, 2013. Disponível em:

<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=253792>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 11 de 1960**. Aprova a Convenção de 25 de julho de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, assinada pelo Brasil a 15 de julho de 1952. Brasília, 1960. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1960-1969/decretolegislativo-11-7-julho-1960-349947-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.023, de 27 de agosto de 2009**. Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso. Brasília, 27 ago.

2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12023.htm>. Acesso em: 1º nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, 25 maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 21 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 19 ago. 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Mil haitianos recebem autorização para residir no Brasil**. 18 out. 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/10/mil-haitianos-recebem-autorizacao-autorizacao-para-residir-no-brasil>>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Revalidação de diplomas**. Disponível em: <<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/retorno-ao-brasil/revalidacao-de-diplomas>>. Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Como funciona**. Brasília, 01 jul. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Brasília, maio 2016. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRUMES, K.R.; SILVA, M. da. A migração sob diversos contextos. **Bol. Geogr.**, Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

CAVALCANTI, L. et al. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2015. Brasília: OBMigra, 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>>. Acesso em: 05 set. 2018.

CAVALCANTI, L. et al. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2017. Brasília (DF): OBMigra, 2017. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em: 05 set. 2018.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS. **Regimento escolar**. Palotina, 2018.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CONVENÇÃO de Genebra de 1951. Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951). Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 27 fev. 2018.

COTINGUIBA, G. C. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

DECLARAÇÃO de Cartagena. Adotada pelo “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: problemas jurídicos e humanitários”, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de novembro de 1984. Colômbia, 1984. Disponível em:

<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

DINIZ, E. O Brasil e a MINUSTAH. **Security and Defense Studies Review**, Washington D.C., v. 5, n. 1, p. 90-108, 2005. Disponível em: <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001_g.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

ESCOTO, R. **Construção do Estado e democratização do Haiti**: uma análise das intervenções da ONU sob o enfoque da segurança humana (1993-1996 e 2004-2008). 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

EUGUR, H. O povo haitiano e o terremoto de 2010. **Remhu - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 19, n. 36, p. 260-266, 2011.

FERREIRA, A.B de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, R.H. **Migrações internacionais**: Brasil ou Japão. O movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FREITAG, L. da C. **Fronteiras perigosas**: migração e brasilidade no extremo-Oeste paranaense (1937-1954). Cascavel-PR: Edunioeste, 2001.

FROTSCHER, M.; LAVERDI, R.; VANDERLINDE, T. Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa. **Espaço Plural**, n. 20, p. 165-174, 1º sem. 2009.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1976. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B7OPINe3f0uzank4NThtaUI2dzQ/edit>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

GEORGE, P. **Geografia da população**. São Paulo: Saber Atual, 1971.

GHIZZO, M.; ROCHA M. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Espaço Plural**, Ano 9, n. 18, p. 101-110, 1º sem. 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel-PR: Edunioeste, 2002.

GRONDIN, M. **Haiti**: cultura, poder e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Relação da geografia com a cultura**. 08 set. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P5N2x78YZYk>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, 09 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

HAITIANOS buscam reconstruir suas vidas. **Folha de Palotina**, Palotina. Edição especial de Natal, 2012, p. 16. Disponível em: <https://issuu.com/folhadepalotina/docs/especial_natal_2012_>. Acesso em: 16 ago. 2018.

HAITIANOS contam com Associação e curso de português. **Folha de Palotina**, Palotina, 17 mar. 2017, p. 6. Disponível em: <https://issuu.com/folhadepalotina/docs/17032017folhadepalotina_web>. Acesso em: 08 jun. 2018.

HAITIANOS que residem em Palotina participam de confraternização natalina. **Portal Palotina**, Palotina, 28 dez. 2016. Disponível em: <<http://portalpalotina.com.br/artigo/haitianos-que-residem-em-palotina-participam-de-confraternizacao-natalina-C-8711>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Brasília. Trad. de Adelaine la Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palotina/panorama>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Palotina**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palotina/panorama>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Projeção da população total dos municípios do Paraná para o período 2016-2030**: alguns resultados. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/projecao_populacao_Parana_2016_2030_et.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros**: Toussant L’ouverture e a revolução de São Domingos. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAMED, L.H. Haitianos no Brasil: a experiência da etnografia multisituada para investigação de itinerários migratórios e laborais Sul-Sul. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”; Universidade Estadual de Campinas, 2018.

MANZINI, E.J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. **Anais...** Bauru, Universidade Sagrado Coração, 2004. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/manzinibauru2004.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

MARINUCCI, R. A religiosidade do migrante como fonte de proteção, sentido, dignidade e diálogo. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v. 8, n. 8, p. 73-88, 2013.

MORAES, I.A. de; ANDRADE, C.A.A. de; MATTOS, B.R.B. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, p. 95-113, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/35798/27329>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MORAES, M. Haiti: após 50 anos, maior ditador das Américas é admirado. **Terra**. 02 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/haiti-apos-50-anos-maior-ditador-das-americas-e-admirado,23672ae9a7225410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 16 out. 2018.

MOREL, M. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista**: o que não deve ser dito. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

OBMIGRA. **A movimentação do trabalhador imigrante no mercado de trabalho formal**: CTPS-CAGED, Relatório Anual 2017-2016. Brasília: OBMigra, 2018. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/admissoes-e-demissoes>>. Acesso em: 02 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização Internacional para as Migrações. **Diagnóstico regional sobre migración haitiana**. Caba, AR, 2017. Disponível em:

<http://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/publicaciones/Diagnostico_Regional.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil**. 2018. Disponível em:

<www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

PAIVA, O. da C. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. In: Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Associação Nacional de História (ANPUH), 2008. Disponível em:

<https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Odair%20da%20Cruz%20paiva.pdf>.

PAIVA, O. da C. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. In: TEIXEIRA, P.E.; BRAGA, A.M. da C.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 167-186.

PALOTINA oferece oportunidades aos haitianos. **Folha de Palotina**, Palotina, 25 jul. 2018, p. 15. Disponível em: <<https://www.folhadepalotina.com.br/edicoes-impresas>>. Acesso em: 05 set. 2018.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação **Deliberação nº 09/2001**. Dispõe sobre matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos que ofertem ensino fundamental e médio nas suas diferentes modalidades. Curitiba, 2001.

PROTOCOLO de 1967. Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967). Disponível em:

<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 27 fev. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/6040162/raffestin-claude-por-uma-geografia-do-poder>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

RAVENSTEIN, E.G. As leis das migrações. In: MOURA, H.A. (Org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88.

SACK, R.D. **Territorialidade humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/sack-robert-david-territorialidade-humana-sua-teoria-e-historia.html#>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SAES, L.A.M. de. A sociedade dos amigos dos negros: o antiescravismo na revolução francesa. **História econômica & história de empresas**, v. 16, n. 2, p. 269-300, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M.A. et al. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. (Texto para discussão; 398). Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

SANTOS, S. dos. Imigrantes haitianos no Brasil: entre processos de (des) (re) territorialização e exclusão social. **Reb Revista de Estudios Brasileños**, v. 3, n. 4, p. 61-72, 2016.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPÓSITO, E.S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, E.L. da; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SUTTER, C. Haiti, país mal dito. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v. 9, n. 3, p. 931-950, 2010.

TRAUB, I. A aplicação do visto humanitário no Brasil. **Novo Jurista**, 22 ago. 2017. Disponível em: <<https://novojurista.com/2017/08/28/a-aplicacao-do-visto-humanitario-no-brasil/>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

ZENI, K.; FILIPPIM, E.S. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. **Pretexto**, v. 15, n. 2, p. 11-27, 2014.

VOCABULÁRIO CRIOULO

Ayiti - Haiti

Baby - bebê

Créole - crioulo

Doc - doutor

Dokiman - documentos

Eta sivil - estado civil

Fich de idantifikasyon - ficha de identificação

Houngans - sacerdotes do vodu

Istwa - história

Laj - idade

Lòt - outros

Manmanw - mãe

Nan - do

Papa - papai

Pèmi travay - carteira de trabalho

Pitit - filhos

Profesyon - profissão

Relijyonw - religião

Sèks - sexo

Tèm konsantman lib epi klè - termo de consentimento livre e esclarecido

Tontons macoutes - bichos-papões

Umenm sèlman - sozinho

APÊNDICES

QUESTIONÁRIOS SEMIESTUTURADOS

APÊNDICE A - Questionário Aplicado aos Imigrantes Haitianos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017.

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA _____/_____/_____

DADOS PESSOAIS

- 1) NOME: _____
 - 2) DATA DE NASCIMENTO ____/____/_____.
 - 3) IDADE: _____
 - 4) SEXO () FEMININO () MASCULINO
 - 5) NACIONALIDADE: _____
 - 6) ESTADO CIVIL () SOLTEIRO(A) () CASADO(A) () DIVORCIADO(A)
() SEPARADO(A) () VIÚVO(A) () UNIÃO ESTÁVEL
 - 7) LOCAL ONDE MORA O CÔNJUGE: _____
 - 8) TEM FILHOS: QUANTOS? _____ ONDE SE ENCONTRAM: _____
 - 9) COM QUEM ESTÃO: _____
 - 10) QUE PROFISSÃO EXERCIA: _____
 - 11) LÍNGUAS NATIVAS: () CRIOULO () FRÂNÇES () INGLÊS
() PORTUGUÊS () OUTRA: _____
 - 12) RELIGIÃO: () CATÓLICA () EVANGÉLICA () AGNÓSTICO - que não conhece Deus. () OUTRA: _____
 - 13) ESCOLARIDADE: () ANALFABETO () ENSINO FUND. INCOMPLETO
() ENSINO FUND. COMPLETO () ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
() ENSINO MÉDIO COMPLETO () ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
() ENSINO SUPERIOR COMPLETO
 - 14) COM QUEM VEIO AO BRASIL: () SOZINHO () PAI () MÃE () ESPOSO(A)
() FILHO(A) QUANTOS? _____ OUTROS: _____
 - 15) DE ONDE VEIO? (CIDADE, PAÍS): _____
 - 16) QUANTO PAGOU PELA VIAGEM: _____
 - 17) ROTA ATÉ O BRASIL: _____
 - 18) DATA DA CHEGADA AO MUNICÍPIO: ____/____/_____
 - 19) QUE DOCUMENTOS VOCÊ RECEBEU QUANDO CHEGOU AQUI? _____
 - 20) MOTIVO POR TER DEIXADO O HAITI: assinale quantas opções desejar (caso tenha mais do que uma)
- () Trabalhar e estudar/buscar novas oportunidades;
 - () Ajudar a família que ficou no Haiti;
 - () Por causa do terremoto (perderam tudo);
 - () Violência, falta de segurança, situação econômica e social precária do país;
 - () Ouviram dizer que as fronteiras brasileiras estavam abertas aos haitianos.
 - () Outro. Qual? _____

21) MIGRAR AO BRASIL ESTÁ DE ACORDO COM QUE DESEJAVA: () SIM () NÃO
POR QUÊ? _____

22) SEU DESTINO ERA O MUNÍCIPIO DE PALOTINA: () SIM () NÃO

SE NÃO. Qual? _____

23) GOSTA DE MORAR NO MUNÍCIPIO DE PALOTINA: () SIM () NÃO
POR QUÊ: _____

24) JÁ ESTÁ TRABALHANDO: () SIM () NÃO ONDE? _____

25) EM PALOTINA, MORA EM QUAL BAIRRO: _____

**APÊNDICE B - Questionário Traduzido e Aplicado Aos Imigrantes Haitianos Na
Língua Créole**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017.

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

FICH DE IDANTIFIKASYON

Dat ____/____/____

Done Pèsonel

- 1) Non: _____
- 2) Dat de nessas: ____/____/____
- 3) Laj: _____
- 4) Sèks: () Maskilen () feminen
- 5) Nasyonalite: _____
- 6) Eta sivil: () selibatè () Marye () Divòse () Separe () Vèv () Inyon stab
- 7) Ki kote Madanm oubyen Mariw rete: _____
- 8) Ou gen pitit? Konbyen _____ ki kote yo ye nan moman as _____
- 9) Avèk kimoun yo ye: _____
- 10) Ki profesyon'w te fe ye na Haiti : _____
- 11) **Lang Nativ ou:** () Kreyòl () Fransè () Anglè () Pòtigè ()
Lòt: _____
- 12) **Ki relijyonw:** () Katolik () Evangelik () Agnostik- Ki pa konnen Bondye ()
Lòt: _____
- 13) **Nivo Lekòl u:** () Analfabè () Fondamantal Inkomplè ()
Fondamantal Komplè () Kolèj Inkomplè () Kolèj Komplè () Inivèsite
Konplèt () Inivèsite Inkonplè
- 14) **Avèk kimoun u vini Brezil:** () Umenm Sèlman () Ak papaw ()
Manmanw () Madanm/Mari () Pitit/Konbyen? () Lòt: _____
- 15) Moun ki peyi u ye (vil, Peyi): _____
- 16) Konbyen kòb vwayaj la koutew: _____
- 17) Wout u fè pouw rive Brezil: _____
- 18) Dat u te rive nan vil kote u rete kounye a: ____/____/____
- 19) Ki Dokiman u te resewa lè u te rive a: _____
- 20) **Motif ki fè u kite peyiw:**
 () Travay e Etid e chache nouvo opòtinite;
 () Ede fanmiw ke u kite dèyè;
 () Poutèt Tranbleman de tè (u pèdi tout as u te posede);

() Violans, Mank de sekirite; Sitiasyon ekonomik e sosyal Prekòs peyiw;

() Ou tandè Brezil te ouvè pòt li pou etranje;

() Lòt. Kiyès: _____

21) Viniw nan Brezil reponn avèk sa u te vle: () wi () Non Poukisa? _____

22) Destinasyonw se te vil Palotina: () wi () Non si non. Kiyès lòt vil? _____

23) Ou renmen rete nan vil Palotina: () wi () Non Poukisa: _____

24) Ou gentan ap travay: () wi () Non Ki kote? _____

25) Nan ki katye ou rete nan Palotina: _____

QUESTIONÁRIOS NÃO ESTRUTURADOS**APÊNDICE C - Questionário Aplicado Via E-Mail à Diretora Da ASHAP**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017.

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

- 1- Qual o ano da criação?
- 2- É verdade que os documentos ainda não estão prontos? Por quê?
- 3- Qual o objetivo da criação da ASHAP?
- 4- Houve alguma dificuldade na formação da associação?
- 5- Quantas pessoas têm associadas?
- 6- A associação tem como objetivo contar quantos haitianos tem em Palotina? Já contaram? Caso não, acha que há quantos haitianos em Palotina?
- 7- Em relação ao lazer e entretenimento, pode citar alguns eventos ou acontecimentos festivos ou não que os haitianos participaram em Palotina?
- 8- Qual a relação da escola de idiomas (que ensina o português na Escola Municipal Joaquim Monteiro Martins Franco) com a associação?

APÊNDICE D - Questionário Aplicado Via E-Mail ao Representante Da C.VALE

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017.

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

Questionário 1

- 1- Qual é o destino das exportações da cooperativa agroindustrial C.Vale de processamento de carne de aves e peixes?
- 2- Quantos haitianos trabalham na C.Vale?
- 3- O idioma dos haitianos é um empecilho para o trabalho? Tem alguém específico que trabalhe com eles na tradução?
- 4- Culturalmente, eles apresentam diferenças em relação ao brasileiro no trabalho?
- 5- Quais os setores que trabalham?
- 6- Todos têm carteira de trabalho assinada?
- 7- Eles fazem horas extras?
- 8- Como recebem o salário? Por meio de quê?
- 9- Quanto é o salário?
- 10- Como foram contratados: eles procuraram ou a empresa que os procurou?
- 11- Todos recebem treinamento para a manipulação do alimento?
- 12- Todos usam equipamentos de segurança?
- 13- Todos têm pausa de descanso além do intervalo das refeições?
- 14- Usam o serviço médico da empresa Unimed ou outra?
- 15- Algum haitiano trabalha na agroindústria de peixe?

Questionário 2

- 1- Em que época ou ano os haitianos começaram a serem contratados?
- 2- A C.Vale, quando ficou sabendo da mão de obra haitiana, chegou a ir contratá-los no Estado do Amazonas ou Acre?
- 3- Sentem dificuldades com o idioma? Existe alguém para traduzir ou que seja responsável por eles do grupo deles? Como fazem para superar este obstáculo do idioma?
- 4- Os haitianos contratados pela C.Vale tiveram ou têm regalias ou políticas diferenciadas dos demais funcionários, com habitação, saúde, educação entre outros? A cooperativa chegou a pagar aluguel para seus funcionários haitianos? Se pagava, quanto pagava?
- 5- Estão ainda contratando mão de obra haitiana? O fluxo de contratação mudou desde o início?
- 6- Existe algum haitiano muçulmano?

**APÊNDICE E - Questionário Aplicado Via E-Mail ao Representante Do
SINTOMEGE**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017.

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

- 1- Escreva sobre o Sintomege, emprega quem? Existe em Palotina desde quando?
- 2- Atualmente, quantos haitianos trabalham no Sintomege? Já teve períodos que se contratavam mais pessoas? Quantas e quando?
- 3- O idioma dos haitianos é um empecilho para o trabalho? Tem alguém específico que trabalhe com eles na tradução?
- 4- Culturalmente, eles apresentam diferenças em relação ao brasileiro no trabalho?
- 5- Quais os setores que trabalham?
- 6- Todos têm carteira de trabalho assinada?
- 7- Eles fazem horas extras?
- 8- Como recebem o salário? Por meio de quê?
- 9- Quanto é o salário?
- 10- Como foram contratados: eles procuraram ou o sindicato os procurou?
- 11- Todos recebem treinamento para o trabalho e usam equipamentos de segurança, caso precise?
- 12- Todos têm pausa de descanso além do intervalo das refeições?

**APÊNDICE F - Questionário Aplicado Via E-Mail à Secretaria de Educação de
Palotina**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
**Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE
PALOTINA PR, 2010-2017.**

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

- 1- Explique como se dá o acolhimento e a inserção na comunidade escolar aos imigrantes haitianos no município de Palotina (PR)?
- 2- Quais são as dificuldades encontradas com o grupo de haitianos perante a escola pública palotinese?
- 3- A educação pública municipal está preparada ou foi preparada para atender essa demanda de imigrantes haitianos vindos a Palotina?
- 4- É feito alguma preparação para trabalhar com esse público (haitianos)?
- 5- Algum episódio marcou a área da educação por esse público-alvo (haitianos)?
- 6- A Secretaria de Educação promove algum projeto junto à comunidade palotinese para atender os haitianos que estão fora da idade nas escolas municipais?
- 7- A modalidade EJA chegou a atender os haitianos em algum momento?
- 8- Quantos haitianos estão matriculados na rede pública de ensino do município de Palotina (PR)? Se tiver, pode informar a escola, o local da escola e a série?

APÊNDICE G - Questionário Aplicado ao Pastor da Igreja Evangélica Montes das Oliveiras

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017.

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

- 1- Ano que foi criada a igreja?
- 2- É uma igreja americana? Conte essa história.
- 3- Qual foi a intenção em se criar uma igreja haitiana em Palotina?
- 4- O pastor acha que a religião aproxima os povos que migram?
- 5- A igreja serve como um lugar de encontro, de informação, de amizades, de lazer?
- 6- Quantos adeptos estão frequentando a igreja?
- 7- Já fez casamento e batizado haitiano em Palotina? Quantos?
- 8- Os haitianos se sentem protegidos e aceitos em Palotina?
- 9- Existem outras igrejas que os haitianos frequentam em Palotina?
- 10- Os fiéis mantêm a igreja com o dízimo? Contribuem em reais com quanto quiser?

**APÊNDICE H - Questionário Aplicado e Gravado Com a Professora
Responsável pelo Aprendizado da Língua Portuguesa com os Haitianos**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017.

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

- 1- No início, quando e como o projeto começou? A questão de lugar, a disposição de ensino, conte um pouco da história.
- 2- Existe uma barreira no aprendizado da língua pelos haitianos? Eles aprendem bem ou sentem muitas dificuldades de aprender? Se tiverem dificuldades, por que você acha que isso acontece?
- 3- Quantos foram inscritos no início?
- 4- Hoje, quantos frequentam?
- 5- É um desafio trabalhar com a língua portuguesa?
- 6- A turma é formada pela maioria de homens? Quantos?
- 7- Teve alunos que dominaram a língua portuguesa?
- 8- As mulheres frequentam as aulas? Como são seus aprendizados?
- 9- E essa questão, por exemplo, da mulher, do idioma, não aprender, isso dificulta a estada dela dentro de um país que fala uma língua diferente. Por elas estarem aqui e não terem qualificação na mão de obra, elas acabam tendo, às vezes, que trabalhar nas casas e não entendem o português, o que você percebe, o que você acha dessa condição?
- 10- Você acredita que saber o idioma local ajuda na permanência dos haitianos no Brasil? Por quê?

**APÊNDICE I - Questionário Aplicado e Gravado Com a Secretaria De
Assistência Social De Palotina - Entrevista com a assistente social do CRAS,
vinculado à Secretaria de Assistência Social de Palotina**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
**Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE
PALOTINA PR, 2010-2017.**

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

- 1- Qual o papel do CRAS perante os imigrantes haitianos?
- 2- Você já atendeu algum caso específico? Gostaria de relatar?
- 3- Você acredita que as políticas públicas brasileiras são necessárias para acolher esses refugiados ou imigrantes? E por que você acredita?
- 4- Você acha que o imigrante haitiano tem problema de não procurar os serviços e as políticas públicas? Como é essa adaptação do próprio haitiano perante aos serviços públicos?
- 5- Algum haitiano teve assistência de alimentação e de hospedagem por parte da prefeitura no albergue?
- 6- Além do governo municipal, o setor privado e a sociedade civil abraçam essa causa da migração haitiana?

**APÊNDICE J - Questionário Aplicado Via E-Mail à Secretaria de Indústria,
Comércio e Turismo de Palotina**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia
Pesquisa de Dissertação de Mestrado: IMIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNICÍPIO DE PALOTINA PR, 2010-2017.

Mestranda: Ionara Ana Manfrin

Orientador: Professor Doutor Tarcísio Vanderlinde

- 1- Sobre os imigrantes haitianos, como são as políticas públicas?
- 2- Os funcionários da área de Indústria, Comércio e Turismo recebem formação específica para atendimento ao estrangeiro?
- 3- Que serviços públicos ligados à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo que os haitianos podem ter acesso e quais são eles?
- 4- No comércio de Palotina, há muitos haitianos contratados?
- 5- Ocorrem reclamações dos serviços exercidos por esses migrantes por parte de empresários palotinenses?
- 6- Existe alguma discriminação em relação ao salário pago a esses migrantes?
- 7- Ocorre muita procura desta população junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo para esclarecimento ou procura de trabalho?
- 8- O estrangeiro pode fazer os cursos da Faculdade do Trabalhador?
- 9- Existe algum curso de capacitação voltado ao grupo de estrangeiros?
- 10- Existe algum apoio para as empresas que contratam os haitianos?
- 11- Algum relato sobre os haitianos que acha interessante frente à secretaria?

APÊNDICE K - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o(a) senhor(a) para participar de pesquisa sobre imigração haitiana no município de Palotina PR, 2010-2017, sob a responsabilidade da professora pesquisadora Ionara Ana Manfrin, a qual pretende pesquisar os haitianos que estão residindo no município de Palotina (PR). Sua participação é voluntária e se dará por meio de um questionário de dados pessoais e sobre a migração.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para informações importantes para pesquisa do projeto que está em andamento. Se depois de consentir em sua participação o senhor(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O(a) senhor(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Rua Monteiro Lobato, 1038, pelos telefones (44) 9983-05642 ou (44) 3649-5214.

Consentimento Pós-informação, eu, _____,
fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador responsável

APÈNDICE L - Modelo na Língua Créole - Tèm Konsantman Lib Epi Klè

Nou invite ou pou patisipe nan rechèch sou imigrasyon ayisyèn nan vil Palotina PR, 2010-2017, anba responsablite de pwofesè chèchè Ionara Ana Manfrin, ki gen etansyon pou fè rechèch ak ayisyen ki rete nan vil Palotina. Patisipasyon ou se volontè kap fèt nan yon kesyonè nan done pèsònèl sou migrasyon.

Se ou asepte patisipe, ou pral contribiye nan infòmasyon pou rechèch pwojè as kap fèt la. Si apre ou fin patisipe ou deside desisté, ou gen dwa e libète sou konsantman ou na nan nempòt faz nan kesyon yo, li mèt avan ou apre yo pran doné yo, independan de motif la e san pèt pou ou. Ou pap depanse anyen ni ou pa resevwa anyen. Rezilta yo pral analyze e pibliye men identite w pa pibliye, ya sere yo na sekre. Pou nenpòt infòmasyon ou kapab antre na kontak ak moun ou t fè entrevi nan adrès as: Rua Monteiro Lobato, 1038, telefones (44) 99830-5642 (44) 3649-5214.

Konsantman Aprè Enfòmasyon

Mwen, _____, yo enfòm m sou sa rechèchè bezwen fè a e poukisa li bezwen kolaborasyon'm, e mwen konpran explikasyon yo. Poutèt as mwen dakò patisipe nan pwojè a, men'm ke mwen konnen mwen pap resevwa anyen e mw ka soti lè mwen vle. Dokiman sa imprime nan de fèy tou de ap gen siyati pam ak siyati rechèchè a, youn ap rete nan menm e lòt la ak Rechèchè a.

Dat: ___/ ___/ _____

Siyati Patisipan

Siyati rechèchè responsab

ANEXOS

ANEXO A - Lei nº 2.575

Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, define objetivos, gestão e estrutura de funcionamento.

A Câmara de Vereadores de Palotina, Estado do Paraná, aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 1º. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º. São usuários da Política de Assistência Social cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Art. 3º. Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º. A Política Municipal de Assistência Social segue o modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e urbanização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

Art. 5º. O município atuará em gestão compartilhada através do cofinanciamento das esferas federal e estadual, cabendo-lhe a coordenação do Sistema

Municipal de Assistência Social e a execução de serviços, programas, projetos e benefícios nos termos desta lei.

Art. 6º. Compete ao município:

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios, mediante critérios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II - executar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil e demais esferas de governo;

III - cofinanciar no limite da Lei Orçamentária Anual as entidades da Rede Socioassistencial, registradas no Conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, através de compromisso firmado entre as partes;

IV - atender às ações assistenciais de caráter emergencial;

VI - manter a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) através de estrutura física adequada com profissional de Serviço Social, garantindo o atendimento e encaminhamento de idosos e/ou pessoas com deficiência à Previdência Social, bem como aos serviços, programas, projetos e benefícios disponíveis no município;

VII - garantir que a Política Municipal de Assistência Social seja executada por equipe técnica de referência composta por assistentes sociais, psicólogos entre outros, conforme o que estabelece a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) de 2005.

§ 1º - Equipe de Referência de que trata o inciso VI é aquela constituída por servidores contratados por meio de concurso público, responsável pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

§ 2º - a prestação de serviços e ações no âmbito da Proteção Social Básica, dentre eles o **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)** e o **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de até seis anos e suas famílias**, serão executados no CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

§ 3º - a prestação de serviços e ações no âmbito da Proteção Social Especial, de média complexidade, dentre eles o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI), serão executados no CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS).

§ 4º - os serviços governamentais de alta complexidade, como o Serviço de Acolhimento Institucional/Abrigo e Albergue, e o de média complexidade, como o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua/Abordagem de Rua, serão supervisionados e receberão suporte técnico da equipe de referência do CREAS.

§ 5º - o CRAS e o CREAS são unidades públicas vinculadas à Secretaria Municipal da Assistência Social, que se constituem como polo de referência de coordenação e articulação da Proteção Social Básica e Especial, respectivamente.

Art. 7º. A instância coordenadora da Política Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal da Assistência Social, órgão gestor da Política.

Art. 8º. Compete ao Órgão Gestor Municipal da Assistência Social:

I - elaborar os instrumentos de gestão, ferramentas de planejamento técnico e financeiro da política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo eles: Plano Municipal de Assistência Social; Orçamento; Monitoramento, Avaliação e Gestão de Informação; e Relatório Anual de Gestão, e submetê-los à apreciação do Conselho Municipal da Assistência Social;

II - prover recursos, no limite da Lei Orçamentária Anual, para o pagamento dos benefícios eventuais definidos nesta lei;

III - prestar assessoramento técnico e financeiro às entidades e organizações de Assistência Social cadastradas na Secretaria Municipal da Assistência Social e registradas nos Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos do Idoso;

IV - buscar apoio nos governos estadual e federal para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos para a atuação na Política da Assistência Social;

V - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar a análise de entidades e organizações civis municipais;

VI - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

VII - elaborar e submeter aos Conselhos Municipais os Planos de Aplicação e as prestações de contas do FMAS, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI).

Parágrafo único - Os Fundos Especiais que compõem a política de assistência social serão administrados e coordenados pela Secretaria Municipal da Assistência Social e ficarão subordinados diretamente ao secretário municipal da Assistência Social, tendo como atribuição gerir os fundos e estabelecer políticas e aplicação de seus recursos em conjunto com os respectivos Conselhos Municipais da Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos do Idoso.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Assistência Social é a instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, de caráter e composição paritária entre governo e sociedade civil.

CAPÍTULO III DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Art. 10. A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social básica e especial e por níveis de complexidade.

SEÇÃO I DOS SERVIÇOS

Art. 11. Entende-se por serviços assistenciais as atividades continuadas, que visam à melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social.

SEÇÃO II DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 12. Os programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.

SEÇÃO III DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Art. 13. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas. Esses projetos integram o nível de proteção social básica, podendo, contudo, voltar-se ainda às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial.

SEÇÃO IV DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 14. Benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social, com fundamentação nos princípios da cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Parágrafo único - Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Art. 15. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 16. Benefícios eventuais nas modalidades de auxílio natalidade, funeral e calamidade pública estão previstos no Art. 22 e seus parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), devidamente regulamentados por meio de decreto emitido pela Presidência da República.

Art. 17. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - perdas: privação de bens e de segurança material; e
- III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único - Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

- I - da falta de:
 - a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
 - b) documentação; e
- II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica ou de situações de ameaça à vida;
- IV - de desastres e de calamidade pública; e
- V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 18. Ao município compete:

- I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;
- II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e
- III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 19. Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete fornecer ao município informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais, avaliar e reformular, se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios natalidade, funeral e outros benefícios previstos nesta lei.

Art. 20. Os critérios para o cadastramento dos usuários da Política de Assistência Social para a concessão dos benefícios eventuais, sua caracterização e abrangência serão propostos, avaliados e aprovados pelo Conselho Municipal da Assistência e regulamentados por meio de decreto do Executivo Municipal.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. São considerados benefícios eventuais:

I - Auxílio Natalidade: constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em bens de consumo para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família;

II - Auxílio Funeral: constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da Assistência Social, na modalidade de custeio das despesas de velório e de sepultamento, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família, no valor de um salário mínimo vigente;

III - Auxílio Transporte Funerário: constitui-se em um serviço temporário na forma de pagamento de quilômetros rodados para o transporte do corpo de usuário falecido fora do domicílio, prestado por empresas especializadas;

IV - Auxílio Alimentação: constitui-se na concessão de cestas básicas e pães às famílias cadastradas no CRAS;

V - Auxílio Gás de Cozinha: constitui-se na concessão de uma carga de gás de 13 quilos, prioritariamente para famílias com presença de crianças, idosos, gestantes e/ou deficientes;

VI - Auxílio Documentação: constitui-se no pagamento de fotografias e taxas para documentos pessoais essenciais ao exercício da cidadania;

VII - Auxílio Transporte: constitui-se na concessão de passagens intermunicipais e interestaduais para itinerantes e outras pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária causada pelo advento de riscos perdas e danos;

VIII - Auxílio Material de Construção: constitui-se na concessão de material de construção para pequenos reparos ou ainda para ampliações de residências que visem à melhoria da qualidade de vida das famílias ou que tenham sido acometidas por intempéries climáticas.

IX - Auxílio Casa Fácil: visa à concessão de planta arquitetônica e isenção de taxas municipais às famílias que buscam a casa própria.

X - Auxílio Fossa: visa à concessão de limpeza de fossa para famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Art. 22. Para atendimento de vítimas de calamidade pública, quando reconhecido pelo Poder Público, poderá ser oferecido os benefícios citados nos incisos: IV, V, VI e VIII do Art. 20 desta lei.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário, especialmente a lei nº 1.624/2001 e o decreto nº 5.374/2001, lei nº 1.945/2005.

Paço Municipal “Luiz Ângelo De Carli”,
Em 10 de setembro de 2010.

LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI
Prefeito municipal

Registre-se e publique-se.

DIOGO CELUPPI

Secretário Municipal de Administração

Observação: Lei não digitalizada, não foi impressa em Diário Oficial, encontra-se na Prefeitura de Palotina (PR), no Setor de Expediente e Apoio Administrativo.